



**SEMINÁRIOS MACRORREGIONAIS DA
AGENDA 21 PARANÁ
OS DESAFIOS POR UMA CIDADANIA PLANETÁRIA.**



**COMISSÃO GOVERNAMENTAL
AGENDA 21 - PARANÁ
REPRESENTANTES DE ÓRGÃOS E INSTITUIÇÕES PRESENTES NOS
04 SEMINÁRIOS MACRORREGIONAIS**

Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

José Tadeu Weidlich Motta

Schirle Margaret dos Reis Branco

Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia

Myrian Regina Del Vecchio

Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

Nestor Bragagnolo

Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família

Will Coutinho Hamon

Secretaria de Estado da Educação

Luiz Geraldo Machado

Helga Bruxel Carvalho Follmann

Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento

Udo Bublitz

Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Turismo

Claudia Cristina Taborda Dudeque

Secretaria de Estado da Saúde

Celso Luiz Rubio

Secretaria de Estado da Segurança Pública

Itiro Hashitani

Secretaria de Estado dos Transportes

Rosana Scaramella

Magali Fontana Barbosa

Secretaria Especial da Política Habitacional

Heloisa de Souza Braun

Companhia Paranaense de Energia - COPEL

Frederico Reichmann Neto

Guido Alfredo Cavalcanti de Albuquerque Neto

Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR

Leane Chamma Barbar Przybysz

Rubens Alves de Oliveira



SUMÁRIO

- I. Apresentação
- II. Histórico
- III. Metodologia do Seminário
- IV. Palestra: Os compromissos da Agenda 21 Global e as Perspectivas da Agenda 21 Brasileira – Márcia Facchina
- V. Palestra: Uma retrospectiva da Sustentabilidade Urbana – Clóvis Ultramari
- VI. Palestra: O desenvolvimento sustentável das cidades: Rumos aos eixos temáticos da Agenda 21 – Doutor Francisco de Assis Mendonça
- VII. Resultados apresentados na plenária dos 04 Seminários Macrorregionais da Agenda 21-Paraná
 - 7.1. Eixo Temático: **Agricultura Sustentável**
 - 7.1.1 Resultados apresentados na Plenária do Seminário de Foz do Iguaçu
 - 7.1.2 Resultados apresentados na Plenária do Seminário de Maringá
 - 7.1.3 Resultados apresentados na Plenária do Seminário de Londrina
 - 7.1.4 Resultados apresentados na Plenária do Seminário de Curitiba
 - 7.2. Eixo Temático: **Cidades Sustentáveis**
 - 7.2.1. Resultados apresentados na Plenária do Seminário de Foz do Iguaçu
 - 7.2.2 Resultados apresentados na Plenária do Seminário de Maringá
 - 7.2.3. Resultados apresentados na Plenária do Seminário de Londrina
 - 7.2.4. Resultados apresentados na Plenária do Seminário de Curitiba
 - 7.3. Eixo Temático: **Ciência e Tecnologia**
 - 7.3.1. Resultados apresentados na Plenária do Seminário de Foz do Iguaçu
 - 7.3.2 Resultados apresentados na Plenária do Seminário de Maringá
 - 7.3.3. Resultados apresentados na Plenária do Seminário de Londrina
 - 7.3.4. Resultados apresentados na Plenária do Seminário de Curitiba
 - 7.4. Eixo Temático: **Redução Desigualdades Sociais**
 - 7.4.1. Resultados apresentados na Plenária do Seminário de Foz do Iguaçu
 - 7.4.2 Resultados apresentados na Plenária do Seminário de Maringá
 - 7.4.3. Resultados apresentados na Plenária do Seminário de Londrina
 - 7.4.4 Resultados apresentados na Plenária do Seminário de Curitiba

7.5. Eixo Temático: Infra-Estrutura e Integração Regional

- 7.5.1. Resultados apresentados na Plenária do Seminário de Foz do Iguaçu
- 7.5.2. Resultados apresentados na Plenária do Seminário de Maringá
- 7.5.3. Resultados apresentados na Plenária do Seminário de Londrina
- 7.5.4. Resultados apresentados na Plenária do Seminário de Curitiba

7.6. Eixo Temático: Gestão dos Recursos Naturais

- 7.6.1. Resultados apresentados na Plenária do Seminário de Foz do Iguaçu
- 7.6.2. Resultados apresentados na Plenária do Seminário de Maringá
- 7.6.3. Resultados apresentados na Plenária do Seminário de Londrina
- 7.6.4. Resultados apresentados na Plenária do Seminário de Curitiba

8. CONCLUSÃO

- 8.1. Necessidades Priorizadas no Estado do Paraná
- 8.2. Necessidades Priorizadas Específicas às Regiões
- 8.3. Outras necessidades apresentadas nos subgrupos
- 8.4. Pós Seminários

9. PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

- 9.1. Municípios participantes dos Seminários
- 9.2. Relatores das Plenárias
- 9.3. Participantes no Seminário Macrorregionais: Desafios por uma Cidadania Planetária - Foz Iguaçu
- 9.4. Participantes no Seminário Macrorregionais: Desafios por uma Cidadania Planetária - Maringá
- 9.5. Participantes no Seminário Macrorregionais: Desafios por uma Cidadania Planetária - Londrina
- 9.6. Participantes no Seminário Macrorregionais: Desafios por uma Cidadania Planetária - Curitiba

10. SIGLAS

I. APRESENTAÇÃO

É com a sensação de dever cumprido que a Comissão Governamental da Agenda 21 Paraná traz a público mais uma importante publicação sobre a implementação da Agenda 21 Paraná.

Este trabalho vem se juntar aos volumes da " *Agenda 21 Global e Brasileira*" e " *O que o Paraná tem Feito*". O primeiro documento apresenta uma síntese dos conteúdos da Agenda 21 Global e os capítulos que compõem a Agenda 21 Brasileira. O segundo documento relaciona diversos programas governamentais já implementados no Estado do Paraná que contêm em sua filosofia o atendimento às principais diretrizes da Agenda 21. Já este volume, *Seminários Macrorregionais da Agenda 21-Paraná – Os desafios Por uma cidadania Planetária* apresenta as ações prioritárias sugeridas por um número significativo de representantes dos mais variados segmentos da sociedade paranaense.

A estratégia adotada por esta Comissão Governamental foi a da realização de quatro seminários macrorregionais, que tiveram lugar durante o mês de agosto de 2002, nas cidades de Foz do Iguaçu, no dia 15; Maringá, no dia 20; Londrina, no dia 22 e Curitiba, no dia 05 de setembro. Nesses encontros, contou-se com representantes do Ministério do Meio Ambiente, Governo Estadual e representantes de municípios paranaenses.

Os seminários foram compostos por palestras ministradas por integrantes da Comissão Nacional da Agenda 21 e por especialistas em meio ambiente, trabalhos em grupo e apresentação em plenária das propostas que se tornaram consenso após as discussões dos grupos. A metodologia utilizada permitiu a participação efetiva da população no processo de construção da Agenda 21 - Paraná.

Os participantes foram agrupados, conforme as áreas de interesse, nos seguintes eixos temáticos: Gestão dos Recursos Naturais, Agricultura Sustentável, Cidades Sustentáveis, Infra-estrutura, Redução das Desigualdades Sociais e Ciência Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável. Estes eixos estão fundamentados no tripé da Agenda 21 — Justiça Social, Eficiência Econômica e Equilíbrio Ambiental.

A Comissão Governamental espera contribuir, com a publicação de mais este documento, para disseminar a informação sobre as propostas da Agenda 21, para a descentralização das ações propostas pela Agenda, bem como para orientar as discussões quando da instalação do Fórum Permanente Agenda 21 Paraná.

Este documento expressa, principalmente, as prioridades de ações identificadas dos mais diversos setores da sociedade paranaense que participaram dos Seminários, num registro documental de fitas de vídeo e de produção de disquetes utilizados quando das apresentações dos grupos de trabalho.



II. HISTÓRICO

Em 1992, no Rio de Janeiro, realizou-se a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento Rio 92. O principal compromisso assumido pelos 179 países participantes, foi o de determinar um novo padrão de desenvolvimento sustentável: conjugar esforços por meio de uma Agenda Global, programada para todo o século XXI, para buscar o equilíbrio econômico, sem o desgaste excessivo dos recursos naturais, promover a justiça social com equidade e eficiência.

A partir de 1997, com base na Agenda Global, começa a constituição da Agenda 21 Brasileira. O Estado do Paraná insere-se nesta programação planetária, em 16 de maio de 2001, por meio do debate entre representantes do governo e da sociedade civil organizada sobre as estratégias e ações a serem priorizadas. A importante tarefa de organizar o processo de construção da Agenda 21 Paraná é assumida pelo Governo do Estado, mediante a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, que passa a coordenar a implementação da Agenda 21 no Paraná.

Em 11 de junho de 2002, o governador do Estado, no uso de suas atribuições, assina decreto que institui uma Comissão Governamental composta por representantes de cada um dos órgãos e instituições, abaixo relacionadas:

Comissão Governamental

- Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos;
- Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia;
- Secretaria de Estado e Planejamento e Coordenação Geral;
- Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família;
- Secretaria de Estado da Justiça;
- Secretaria de Estado da Educação;
- Secretaria de Estado da Cultura;
- Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento;
- Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Turismo;
- Secretaria de Estado da Saúde;
- Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano;
- Secretaria de Estado da Segurança Pública;
- Secretaria de Estado dos Transportes;
- Secretaria de Estado do Trabalho;
- Secretaria de Estado da Fazenda;
- Secretaria de Estado da Comunicação Social;
- Secretaria Especial da Política Habitacional;
- Assessoria Especial para Assuntos Indígenas;
- Companhia de Informática do Paraná – Celepar;
- Companhia Paranaense de Energia – Copel;
- Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar.

O decreto do governador confere atribuições à Comissão Governamental, a saber:

- 1- Acompanhar a preparação e a realização dos debates preparatórios ao processo de elaboração da Agenda 21 Paraná.
- 2- Efetuar as articulações necessárias para a instalação do Fórum Estadual para a Agenda 21 Paraná, identificando e indicando a representação dos diferentes segmentos da sociedade que deverão participar do Fórum.

Para efetivar os debates preparatórios, esta comissão organizou os Seminários Macrorregionais da Agenda 21 Paraná, que assim se realizaram:

- 15 de agosto de 2002 – Foz do Iguaçu.
- 20 de agosto de 2002 – Maringá.
- 22 de agosto de 2002 – Londrina.
- 05 de setembro de 2002 – Curitiba.



III. METODOLOGIA DOS SEMINÁRIOS MACRORREGIONAIS

A Comissão Governamental para a Agenda 21 Paraná definiu uma metodologia a ser adotada nos quatro Seminários Macrorregionais da Agenda – 21 Paraná, intitulados *Desafios para uma cidadania planetária*. A palestra em questão era na parte da manhã e tinha como o objetivo motivar os grupos a serem formados no período da tarde, para que, por meio da técnica de grupos de enlace se atingisse o grande objetivo proposto: permitir que um grande número de pessoas, representativas dos mais diversos segmentos da sociedade civil organizada, pudesse de maneira participativa, contribuir na discussão de temas específicos, apresentando resultados em um curto espaço de tempo.

Organização dos seminários

1ª Fase: Divisão dos grupos a partir dos seis eixos temáticos da Agenda 21 Brasileira

- Gestão de Recursos Naturais.
- Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável.
- Redução das Desigualdades Sociais.
- Cidades Sustentáveis.
- Infraestrutura e Integração Regional.
- Agricultura Sustentável.

Para cada eixo temático, foi designado como coordenador um integrante da Comissão Governamental; outros integrantes desta comissão deram apoio ao processo, acompanhando as diversas etapas de trabalho dos grupos preestabelecidos.

O coordenador de cada grupo, antes de abrir as discussões, fez uma breve contextualização sobre o tema, de cerca de 15 a 20 minutos, colocando claramente aos participantes os objetivos do seminário: após cada seminário, deveria estar produzido um documento-síntese do grupo, no qual estariam listadas as necessidades e prioridades relativas ao eixo temático de cada grupo, no que diz respeito a região onde vivem os participantes, com relação aos compromissos que a Agenda 21 deve conter. Lembrou-se ainda aos participantes que o objetivo geral do Seminário era o de levantar temas norteadores para compor a Agenda 21 Paraná, ainda que de forma indireta.

A seguir, duas grandes questões foram colocadas aos grupos de discussão, de forma a direcionar o debate e atingir, de forma mais precisa, os objetivos propostos:

- 1) **Quais são as principais necessidades para o Estado do Paraná, dentro do eixo temático em discussão no seu grupo?**
- 2) **Priorize as necessidades apontadas.**

2ª Fase: Divisão do grupo em subgrupos.

Pressupondo-se a participação de cem pessoas por eixo temático, o grupo inscrito em cada eixo, foi dividido em cinco subgrupos de vinte integrantes cada. Além do número de participantes inscritos por eixo, a definição do número de subgrupos criados, dependeu de variáveis como espaço disponível, número de orientadores, tempo previsto e outros procedimentos.

3ª Fase: Definição de um coordenador e um relator em cada um dos subgrupos.

A escolha de um coordenador e um relator foi feita pelo próprio grupo. Coube ao coordenador o papel de conduzir o grupo no desenvolvimento das atividades, buscando o envolvimento e a participação de todos os integrantes, garantindo que no tempo disponível fossem obtidos os resultados esperados. Coube também ao coordenador a apresentação dos resultados do trabalho. Ao relator coube registrar as conclusões do grupo e controlar o tempo disponível para o cumprimento da tarefa.

4ª Fase: Apresentação dos resultados de cada um dos subgrupos para o grande grupo.

5ª Fase: Elaboração de documento final.

Nesta fase os coordenadores de cada subgrupo, com os respectivos relatores (opcional), reuniram-se para a compilação dos dados e elaboração do documento final. Neste momento também definiu-se qual dos integrantes do grupo faria a apresentação dos resultados finais do eixo temático na plenária de encerramento do seminário.

6ª Fase: Pós-Seminários.

Compatibilizar as informações produzidas pelos quatro seminários Macrorregionais e gerar um documento sobre todas as manifestações expressas no Contexto do Estado do Paraná, constitui a meta fundamental para estabelecer os Temas Norteadores da Construção da Agenda – 21 Paraná, através do Fórum Permanente, mantendo os debates e implementando ações concretas de curto, médio e longo prazo, no decorrer do Século 21, num constante desafio por uma Cidadania Planetária.

É importante assinalar que antes da realização dos quatro Seminários foram feitos todos os esforços necessários de mobilização e articulação pública para a realização de inscrições antecipadas, envio de correspondências prévias e convites, elaboração e distribuição de documento com resumo da Agenda 21 Global e Brasileira, e definição dos aspectos de logística necessários à boa organização do evento.

Programação dos seminários

AGENDA 21 PARANÁ — Compromisso para o Século 21

Os desafios por uma cidadania planetária

- 8:00 Recepção, inscrições e distribuição de material
- 8:15 Apresentação cultural
- 8:30 Abertura do seminário.
José Antônio Andreguetto.
Secretário de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Paraná.
Prefeito Municipal
Promotoria de Justiça e demais autoridades
- 9:10 Os Compromissos da Agenda 21 Global e as Perspectivas da Agenda 21
Brasileira
Márcia Facchina, representante do Ministério do Meio Ambiente
- 9:50 O Desenvolvimento Sustentável das Cidades: Rumo aos Eixos Temáticos da
Agenda 21
Clóvis Ultramari, da Universidade Livre do Meio Ambiente, Doutor em Meio
Ambiente e Desenvolvimento. (Foz do Iguaçu e Maringá).
Francisco de Assis Mendonça, Doutor e Professor da Universidade do Paraná,
Curso de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento. (Londrina e
Curitiba).
- 10:30 Avisos gerais
- 10:40 Coffee-break
- 11:00 Início das discussões dos grupos por Eixos Temáticos
- 12:30 Almoço
- 13:30 Prosseguimento das discussões dos grupos por eixos temáticos
- 16:30 Coffee-break
- 16:45 Apresentação das Conclusões dos Grupos em Plenária
- 17:45 Encerramento
21 Metas Brasileiras Rumo à Sustentabilidade
Márcia Facchina, representante do Ministério do Meio Ambiente

ESTRATÉGIAS DE COORDENAÇÃO GERAL.

No intuito de estabelecer ao processo construtivo da Agenda – 21 Paraná, os princípios democráticos de Participação Pública e de não vincular conotação política partidária aos eventos mencionados, adotaram-se premissas básicas de condução e viabilidade ao pretendido: Distingue-se pois:

- A Comissão Governamental da Agenda – 21 Paraná, tem a honra de dar as boas-vindas aos presentes neste evento.
- É relevante a representatividade de cada um e de todos, no contexto do Estado do Paraná e, essencialmente, no espaço regional e local.
- Informamos que a comissão organizadora está a inteira disposição, com o intuito de esclarecer quaisquer dúvidas e fazer as orientações necessárias.
- Localizar os membros da comissão é fácil, observe quem usa os coletes e as camisetas brancas com as logomarcas do Governo do Estado do Paraná e da Agenda – 21.
- Respeite os horários da programação, a fim de que possamos cumprir as etapas previstas, principalmente o horário previsto para o almoço.
- Permaneça com o seu crachá, pois manteremos contato com maior facilidade.
- As cores dos crachás identificam os grupos de trabalho por eixo temático, conforme a identificação nas portas das salas.
- A comissão organizadora, ao definir os grupos por cores, primou pela heterogeneidade de experiências, conhecimentos e formações como princípio norteador dos trabalhos em grupo, enriquecendo assim o resultado final das discussões.
- As palestras são a base do trabalho em grupo.
- Participe nos debates dos grupos, reflita. Mantenha o diálogo. Estabeleça o consenso. Represente sua entidade. As atuais e futuras gerações irão acompanhar este momento. Na plenária final serão apresentados os resultados dos grupos, que lhe proporcionará o conhecimento geral das idéias e compromissos propostos.
- Na palestra final, a representante do Ministério do Meio Ambiente, fará uma abordagem sobre as 21 Metas Brasileiras Rumo a Sustentabilidade priorizadas na Agenda – 21 Nacional.
- Este processo não acaba aqui, a Agenda – 21 é um compromisso a ser firmado entre todos os setores e segmentos sociais, no qual a troca de experiências, o estabelecimento de parcerias, assim como o envolvimento de todas as instâncias ao longo desse processo, são condições imprescindíveis para que possamos atingir o desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, e a fim de nos empenharmos na consolidação de um documento e de instituir o Fórum Permanente da Agenda – 21 Paraná aguardamos, via internet www.pr.gov.br/sema o envio de experiências pertinentes aos temas.

COMISSÃO ORGANIZADORA

Infra-estrutura e logística

Laércio Biscaia – IBID
Sérgio Paulino Groff – IBID
Lúcia Regina da Rosa Groff – SEMA
Sionara Schmitz – SEMA
Schirle Margaret dos Reis Branco – SEMA

Equipe técnica.

Antônia Schwinden – Revisão
Kátia Mischur – IBID
Rosane Fontoura – IBID

Mobilização e Articulação

- Órgãos Governamentais – Estadual e Municipal
- Entidades do Setor Produtivo
- Sociedade Civil - IBID

Comissão Governamental

Coordenação Geral:
José Tadeu Weidlich Motta
José Roberto Mazucatto
Schirle Margaret dos Reis Branco

Coordenações e apoios técnicos da Comissão Governamental (Seminários Macrorregionais- Grupos por eixos temáticos)

Agricultura Sustentável

Coordenadores:
Nestor Bragagnolo – SELP em Foz do Iguaçu, Maringá e Londrina
Udo Bublittz – SEAB em Curitiba
Apoio Técnico: Magali Fontana Barbosa – SETR

Cidades Sustentáveis

Coordenadores:
Clóvis Ultramari – UNILIVRE em Foz do Iguaçu – Maringá
Heloísa de Souza Braum – COHAPAR em Londrina – Curitiba
Apoio Técnico:
Rubens Alves de Oliveira – SANEPAR
Itiro Hashitani – SESP

Ciência e Tecnologia

Coordenadores:

Aldi Feiden – UNIOESTE/TOLEDO em Foz do Iguaçu

José Roberto Rodrigues – UEM em Maringá

Francisco de Assis Mendonça – UFPR

Dirce Grandó Diaz Santis – SEMA e UTP em Londrina - Curitiba

Apoio Técnico:

Mirian Del Vecchio – SETI

Gestão de Recursos Naturais

Coordenadores:

José Tadeu Weidlich Motta em Foz do Iguaçu, Maringá, Londrina e Curitiba

Apoio Técnico:

Celso Luiz Rubio – SESA

Leana Chamma Barbar Przybysz – SANEPAR

Infra-estrutura e Integração Regional

Coordenadores:

Cláudia Cristina Taborda Dudeque – SEIT em Foz do Iguaçu – Maringá – Londrina - Curitiba

Apoio Técnico:

Guido A. C. de Albuquerque Neto -

Frederico Reichmann Neto – SETR

Rosana Scaramella - SETR

Redução das Desigualdades Sociais

Coordenadoras:

Silvana Borgelot Cordeiro – SEED em Foz do Iguaçu

Helga Bruxel C. Follmann - SEED em Maringá – Londrina

Will Coutinho Hamon – SECR em Curitiba

Apoio Técnico:

Luiz Geraldo Machado – SEED

A Comissão Governamental registra agradecimentos pela efetiva participação dos técnicos regionais da SEMA, durante o processo construtivo da Agenda 21 Paraná, no tocante aos quatro seminários macroregionais.





"A Agenda 21 Paraná é um processo, que, por ora, é coordenado pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente, por intermédio da Comissão Governamental composta por 21 membros, mas que em parceria com a sociedade paranaense, poderão ter a oportunidade de discutir, de discutir o quê? Como poder crescer economicamente, como poder gerar empregos, como poder desenvolver, preservando aquilo que é fundamental, aquilo que muitos esquecem, de que tudo que nós necessitamos para desenvolver está associado à questão ambiental, faz parte do Meio Ambiente, ou seja são recursos renováveis ou não renováveis".

José Antônio Andrechetto
Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Trecho do Discurso no Seminário da Agenda – 21 Paraná
Londrina, 22 de agosto de 2002

"O sexto aspecto que observo é o da valorização da participação comunitária. Hoje, não se consegue sucesso num projeto, se não se tiver a participação comunitária. Isso, na prática, não se mostra tão fácil, pois os técnicos oriundos de outras áreas que não a social, ainda não estão preparados para essa práxis. Mas, enfim, alguém na equipe, agora compulsoriamente multidisciplinar, tem de entender do assunto da participação da população."

Dr. Meio Ambiente Prof. Clóvis Ultramari
Universidade Livre do Meio Ambiente –UNILIVRE
Trecho da Palestra no Seminário da Agenda 21 Paraná
Maringá, 20 de agosto de 2002

"O problema de um só na verdade é o problema de todos, com o tempo todos sentimos as consequências do que de início parecia afetar apenas uma área, uma região, ou um país distante de nós"

José Tadeu Mota
Integrante da Comissão Governamental SEMA
Seminário da Agenda 21 Paraná
Curitiba, 05 de setembro de 2002

"Público sensível com os problemas e junto com a sociedade, espera que o Brasil e toda sociedade construam um País melhor do que recebemos dos nossos antepassados. É a nossa obrigação social. A disposição constitucional é a deixa para o nosso futuro, para aqueles que irão nos suceder na terra, numa sociedade mais justa, numa terra mais bonita e melhor de viver."

Dr. Manoel Recker
Promotor da Justiça em Maringá
Seminário da Agenda 21 Paraná
Maringá, 20 de agosto de 2002

"...estamos acompanhando Johannesburg porque nós temos que nos comprometer, pois fazemos parte do planeta Terra que de certa forma pede um SOS urgente. Devemos responder sim a este chamado com algumas práticas e atitudes de cada um e todos, num somatório de esforço"

Schirle Margaret dos Reis Branco
Integrante da Comissão Governamental SEMA
Seminário da Agenda –21 Paraná
Curitiba, 05 de setembro de 2002

"Temos que tratar o Meio Ambiente com profissionalismo. O Meio Ambiente é fundamental no processo de resgatar a cidadania, resgatar a auto-estima, resgatar o valor essencial da vida."

João Ivo Calede
Prefeito em Exercício de Maringá
Trecho da fala no Seminário da Agenda –21 Paraná
Maringá, 20 de agosto de 2002

"Estamos construindo uma ponte entre o desenvolvimento que nós vivemos hoje, que não estamos contentes com ele, e o desenvolvimento que nós queremos sustentar. Então, a construção da Agenda XXI é essa ponte que vai nos levar onde nós estamos querendo chegar."

Márcia Facchina
Ministério do Meio Ambiente
Trecho do Discurso no Seminário da Agenda – 21 Paraná
Foz do Iguaçu, 15 de agosto de 2002

" A solução é uma ação coordenada, e a Agenda é uma grande possibilidade. É preciso agir no presente e pensar no futuro com responsabilidade"

Dr. Francisco Mendonça
Universidade Federal do Paraná - UFPR
Trecho da Palestra no Seminário da Agenda –21 Paraná
Curitiba, 05 de setembro de 2002



IV. COMPROMISSOS DA AGENDA 21 GLOBAL E AS PERSPECTIVAS DA AGENDA 21 BRASILEIRA

Márcia Facchina

Ministério do Meio Ambiente

Trecho da Palestra no Seminário da Agenda – 21 Paraná Curitiba, 05 de Setembro de 2002

Se a Agenda 21 não for elaborada e discutida da forma como vai ser feita aqui, ela não será uma Agenda 21. E outra coisa, Agenda 21 não é uma agenda ambiental. É uma agenda de desenvolvimento na qual logicamente o ambiental é uma parte importantíssima do tripé econômico/ social/ ambiental.

E pelo número de inscritos, posso ver que pessoas de todos os setores estão participando, até organismos não-governamentais.

“ A Agenda 21 não é um documento do governo, é da sociedade.”

A Agenda 21 chegou ao Brasil em 1992, Rio de Janeiro, e a proposta aconteceu em 1997. A demora de 1997 não é tão longa assim, para 2002, se pensarmos em termos de tamanho do país. Aqui no Paraná, foram escolhidos os temas:

- Agricultura Sustentável;
- Cidades Sustentáveis;
- Infra-Estrutura e Integração Regional pra uma cidade sustentável;
- Redução das desigualdades sociais;
- Gestão dos Recursos Naturais, e
- Ciência e Tecnologia.

São temas de referência para elaborar esse documento. Foi feito em nível nacional de concorrência pública, para ser discutido esse tema, formando os seis eixos básicos para compor a Agenda 21 Brasileira.

Com relação à metodologia, achávamos que esses temas já nos dariam uma visão da realidade brasileira. Mas não! Então, numa análise crítica, nos fez consultar algumas parcelas da população e mesmo assim atingiu-se um público muito pequeno. Então consorciamos uma Agenda 21 que foi entregue ao Presidente da República em julho de 2000. Com base nesse documento iniciou-se uma segunda fase, de debates nos estados brasileiros. Visitamos todos os estados, bancos e parceiros regionais, montamos equipes e distribuimos uma grande quantia de documentos. Para as equipes que formaram grupos, foram apresentados os temas, questionando se as pessoas tinham algum comentário, algo a incluir ou excluir dos temas apresentados. E, com base nessas propostas do Estado, voltamos para fazer um debate e elaboramos planos pra saber quais eram as metas para a Agenda 21 Brasileira, dependendo da Política do Estado em relação à Política Regional. Ao final fizemos 26 relatórios porque o Distrito Federal e o Amapá não participaram. Então, partimos com mais de 3.800 propostas, aproximadamente 40 mil pessoas envolvidas.

Vocês mesmos vão verificar que muitas das propostas da Agricultura Sustentável estão também em Cidades Sustentáveis, Recursos Naturais ou outro tópico. Água, por exemplo, está em todos. Como

reunir novamente e criar diretrizes próximas, então, das 3.800 propostas, subdividimos em 21 temas por dimensão da sustentabilidade. Então, dessas metas, nós realizamos encontros menores, regionais, grupos com representantes comunitários que tiveram participação no primeiro evento, e com o cuidado de disponibilizar os cinco documentos regionais com as dimensões da sustentabilidade. Aí para chegar no documento final da Agenda 21 era necessário chegar ao meio final de implementação.

De quem é a responsabilidade; é sempre, tudo do Governo? Foi interessante verificar que grande parte ia para o eixo institucional, foi preciso reconhecer a nossa responsabilidade como cidadãos. Com isso tudo, chegou-se ao final da Agenda 21 Brasileira, que são estes dois volumes. Com as propostas sugeridas pela comunidade e com as ações prioritárias selecionadas para a implementação da Agenda 21 Nacional. As dificuldades que vocês terão para elaborar as suas propostas são as mesmas que os demais grupos já tiveram em várias regiões do Brasil.

Mas vocês vão ter do as Paraná, do Estado de vocês, e é bem mais atualizado e fácil e gostoso de trabalhar porque é o real, com seus problemas do dia-a-dia. Quando você está trabalhando em nível de Brasil, a coisa é tão diversificada, culturalmente, socialmente falando, que fica difícil elaborar os itens. Com base em todos esses encontros que nós tivemos com a população brasileira nos diferentes setores e nas diferentes regiões, nós podemos retirar as premissas para implantação da Agenda 21.

São áreas para qualquer um que for formular e que vai servir para vocês também. Nossa Agenda 21 particular, que a gente precisa fazer também.

Estabelecer uma abordagem multissetorial tendo em vista as dimensões: econômica, social e ambiental. É importante trabalhar todas as áreas.

Promover a sustentabilidade progressiva e ampliada. Aos poucos trabalhar também a sustentabilidade cultural, profissional etc.

Promover o processo estratégico participativo. A Comissão Organizadora Brasileira é bem participativa. Não é um plano que sai do governo e vem pronto, tem que ser participativo e contar com os segmentos integrantes da sociedade.

Estabelecer envolvimento constante dos atores e estabelecimento de parcerias, e espero que cada um de vocês reflita com seu vizinho, um e outro, e aos poucos a gente vai tomando conta do plano de uma sociedade e não de um plano de governo. Num futuro bem próximo, se nós nos envolvermos com as nossas localidades, com os nossos problemas e recursos, poderemos chegar a um ponto em que a descontinuidade administrativa não nos atinja tanto. Porque hoje, como nós estamos tão distantes dos planos que são elaborados, como nosso processo participativo ainda está caminhando, não está estático, no dia-a-dia do nosso governo, o que acontece é que a cada Governo leva a uma descontinuidade dos processos, e o que acontece é que nós perdemos recursos financeiros, humanos e tempo. Se Joannesburgo não nos deu grandes coisas, pelo menos eu concordo com Coffi Anan, acho que reunir tantos países, a gente tem tantas pessoas falando de problemas do mundo, problemas ambientais, principalmente sociais, que acho que já é um grande ganho. Ter a discussão na mesa, ali, é importantíssimo.

Concordo também com a conclusão do nosso Presidente, ao dizer que tudo bem, eles não querem atingir a meta de 10% de energia, não concordam com isso e aquilo, mas nós vamos, nós temos que nos aliar com os países que concordam e temos que trabalhar em roda. Nós aqui temos os nossos

recursos, temos que trabalhar pela nossa sustentabilidade independentemente de outros países. O ideal seria no contexto global, mas se eles não querem, e nós estamos aqui fazendo a nossa Agenda.

Entender que o processo é tão importante quanto o produto. O processo de elaboração que é isso que estamos vivendo aqui é importante, e a implementação mais ainda.

Estabelecer consenso e superar os entraves normais ao processo de desenvolvimento.

Estamos construindo uma ponte entre o desenvolvimento que nós vivemos hoje, que não estamos contentes com ele, e o desenvolvimento que nós queremos sustentar. Então, a construção da Agenda 21 é essa ponte que vai nos levar onde nós estamos querendo chegar. Porque de uma coisa nós temos certeza: isso que está aqui, nós não queremos mais.

Os princípios gerais que nortearam a Agenda 21 Brasileira, mais uma vez eu repito que elas não foram formuladas dentro de uma sala, foram princípios escolhidos em reuniões como esta. A Agenda 21 deve obedecer a dois princípios independentes: a ética da sustentabilidade como valor universal e a afirmação da identidade brasileira nas suas particularidades históricas e regionais.

Em todas as regiões que nós conversamos e discutimos o processo de elaboração da Agenda 21, a ética foi um ponto principal, todo mundo citou demais que nós temos que incluir a ética em todos os nossos processos, e não esquecer de, principalmente, incluir nas escolas, para que a gente converse muito com as nossas crianças para regredir um pouco esse caminho obscuro que nós estamos percorrendo.

A identidade brasileira. Afirmar nossa identidade, nós somos um país com diferenças imensas, mas muito mais bonito. Nós temos culturas maravilhosas de norte a sul do país e temos realmente que dar força para isso.

A construção do desenvolvimento nacional sustentável. É uma tarefa para a sociedade brasileira não apenas para os governos, já falamos sobre isso.

O processo de concentração de renda aparece como forte obstáculo à sustentabilidade, tanto para a disparidade dos segmentos sociais como para as regiões e forte influência nas diferenças socioambientais.

Temos que trabalhar fortemente pela inclusão social e costume deixar claro, não é só aumentar o salário e lavar as mãos. Temos que fazer com que a sociedade tenha trabalho, saúde, moradia e incluir essa massa imensa que nesse processo de desenvolvimento, fomos permitindo que fosse ficando de lado. Então, precisamos criar mecanismos que incluam essa fatia expressiva de nossa população.

São estes os 21 temas básicos, que serão base para os seis eixos que vocês irão trabalhar hoje. Então, mesmo que você não esteja no grupo que discute sua área, você sabe o que quer que aconteça na sua cidade para melhorar, mesmo que sua pós-graduação não seja em planejamento urbano, você pode dizer o que quer fazer pela sua cidade. Dividam bem os grupos. Pensem nessas premissas e no Estado que vocês querem mudar.

Boa sorte a todos e bom trabalho!

V. UMA RETROSPECTIVA DA SUSTENTABILIDADE URBANA

*Arquiteto Clóvis Ultramari
Universidade Livre do Meio Ambiente –UNILIVRE
Trecho da Palestra no Seminário da Agenda 21 Paraná
Maringá, 20 de agosto de 2002*

Primeiramente gostaria de agradecer ao convite para participar da Agenda 21 PR, acreditando que eu possa contribuir para as discussões que teremos no período da tarde. Gostaria, também, de parabenizar formalmente o Secretário Estadual do Meio Ambiente do Paraná, o qual apostou na idéia de voltar a se discutir a Agenda 21 aqui no Estado. Aproveito ainda para parabenizar a Sra. Schirle Margaret pela iniciativa e dedicação para que este evento se realizasse. Acredito que o número de pessoas aqui presentes prova que essa foi uma atitude acertada. No evento anterior, em Foz do Iguaçu, a comissão organizadora nos relatava que tivemos aproximadamente 800 pessoas presentes. No momento, aqui em Maringá, devemos contar com aproximadamente 500. Um número, sem dúvida, significativo.

O meu tema, inicialmente, é Desenvolvimento Sustentável, para depois discutirmos um pouco Desenvolvimento Sustentável nas cidades. Confesso que considero esses temas bastante difíceis de serem explorados em termos conceituais; no entanto, eu diria que é um conceito, ou uma expressão muito fácil de se usar, apesar de não os entendermos ainda integralmente. É, no entanto, uma palavra panacéia. Ao se elaborar um projeto, ao se fazer um discurso político, ou ao se fazer uma defesa técnica, a palavra sustentabilidade mostra-se sempre apropriada. É a palavra que, estrategicamente, sempre se coloca na justificativa de um determinado projeto. Ela é muito útil e pelo fato de ser útil, acaba por desgastar-se. Quando se tenta entender o que significa a palavra sustentabilidade, normalmente, recorre-se à sua conceituação por meio de exemplos. Aliás, sempre que fica difícil conceituar algo, conceitua-se com exemplos. Porém, existem coisas relacionadas à sustentabilidade e ao desenvolvimento sustentável em que há consensos, em que parece não haver muita dúvida.

A primeira, é que a sustentabilidade tem de ser ampla, tal como, acredito, que a Márcia Facchina deva ter exposto na sua apresentação. É o que se fala, por exemplo, da Agenda 21, a qual não deve ser, tão-somente, uma agenda ambiental. Isso quer dizer que a Agenda 21, ou seja, que o conceito de sustentabilidade, que o conceito de desenvolvimento sustentável, tem que ser mais que isso. Não só ambiental, mas social também. A conceituação mais tradicional que se usava quando do início dessas discussões, no início da década de 1990, até chegar à Conferência do Rio, era de que a sustentabilidade deveria ser ampla, sendo, ao mesmo tempo, social e ambiental. Mais que isso, quando se fala em social, fala-se em socioeconômico.

O segundo consenso, e esse é um consenso bastante difundido quando se discute a questão da sustentabilidade, é que ela deve se preocupar com a garantia das necessidades da geração presente e com as necessidades das gerações futuras. As pessoas que trabalharam essa questão historicamente mostram a sustentabilidade desta maneira.

Sendo assim, existem esses dois consensos. Resumindo então, apesar da dificuldade de seu entendimento, definimos sustentabilidade dessas duas maneiras: a primeira é que a sustentabilidade tem que ser ampla e a segunda é que temos que nos preocupar não apenas com a geração presente, mas também com as futuras.

Tentando explicar um pouco as dificuldades de se trabalhar a sustentabilidade, aproveitarei justamente esses dois aspectos que são consensos. Apesar de consensos, eu diria que esses aspectos

são difíceis de se efetivarem na prática. Essa é, pois, a grande questão que envolve a sustentabilidade: a de como colocá-la em prática. Confesso que tenho participado de muitos projetos que assumem esse desafio há um certo tempo. Sem querer ser pessimista, ao contrário, pretendo deixar uma mensagem otimista, devo dizer que muitas das experiências que ensaiaram a migração da teoria para a prática do Desenvolvimento Sustentável mostraram-se iniciativas decepcionantes. Todas as iniciativas que foram aqui apresentadas e que serão motivo de discussão, logo mais, à tarde, tenho certeza, em se fazendo uma análise profunda de cada uma delas, mesmo daquelas propostas que parecem ser as mais óbvias, aquelas que se preocupam com as necessidades prementes da população e com a conservação dos recursos naturais, sempre revelarão um outro lado.

O que quero provocar aqui é uma desconfiança, ou então tentar mostrar as dificuldades que temos com esses dois consensos da sustentabilidade. O que na teoria incentiva grandes consensos, às vezes, na prática, exige que se busque um utópico ponto de equilíbrio, como se esse fosse possível numa sociedade sempre heterogênea em meio a uma natureza complexa. Evidentemente, esse ponto de equilíbrio, na prática, nem sempre tem sido possível. Sei que posso cometer uma heresia frente a muitas pessoas deste auditório, pois aqui há um grupo de ambientalistas honestos em defesa da conservação da natureza. Mas não posso negar que vivenciei momentos em que se acaba fazendo uma opção: ora somos mais verdes, ora somos mais sociais. Às vezes, implementa-se um projeto com tristeza; faz-se a opção, mas sabe-se que há o compromisso de se trabalhar nas duas frentes, a social e a ambiental. E isso nem sempre é possível.

Gostaria de citar um exemplo, de minha experiência, na Região Metropolitana de Curitiba e que deve se repetir em outras regiões do Estado e do Brasil. O setor leste desta Região é uma área de interesse ambiental, por conta de seu potencial em termos de produção hídrica regional. Por essa razão, esse setor leste deveria ser preservado, devendo ter um índice de ocupação bastante baixo. Porém, o que se observa é que o custo da terra, nessa região, é baixo, em comparação com outras áreas onde os planejadores urbanos definem como as melhores áreas para se ocupar e que, por isso, são inacessíveis à população carente. Então o que aconteceu nesse processo todo, foi uma grande defesa em se conservar esse setor leste da Região Metropolitana de Curitiba, ao mesmo tempo, que se tem uma procura por moradias para quase 3 milhões de habitantes. Que solução pode-se dar? Esse não é o único exemplo de trabalho que eu tenho participado e que revela uma situação em que aquele ponto de equilíbrio que falávamos no início parece muito difícil de ser obtido. Em um determinado momento você tem que defender a conservação da área, porque, senão, a partir de 2035, não se vai mais ter água em Curitiba ou essa será disponibilizada a um alto custo. Em outro momento, faz-se a defesa de ocupação da área para atender à população necessitada, em número crescente, sem moradia, que tem que morar em algum lugar, porém não tem condições financeiras para morar onde o planejamento considera adequado. Essa população vai ter que morar, justamente, naquelas áreas de interesse ambiental. Dessa maneira, num momento, o técnico, ou até mesmo o político, expressa-se e age segundo um determinado discurso; em outro momento, tende a assumir um discurso contrário. Não vejo nenhum erro, não há nenhuma falha; o que observo é uma imposição da realidade. Particularmente, não consigo ver uma saída para isso. Se fosse possível implementar (ou se fossem priorizados) grandes programas habitacionais populares em terras consideradas adequadas, seguramente a polêmica seria menor.

Cito esses problemas para mostrar a dificuldade de se trabalhar a sustentabilidade de forma correta, ou seja, de forma ampliada, trabalhando-se a questão ambiental e a questão social integradamente. Desnecessário dizer, evidentemente, da necessidade de se ter clareza da complexidade do todo e perceber, na prática, os limites de um conceito idealizado.

O segundo consenso que gostaria de discutir é aquele que diz respeito à necessidade de se preocupar com as gerações presente e futuras de forma equilibrada. Qual a dificuldade que temos em trazer isso para a prática? Qual é o equilíbrio correto? Quais são os valores exatos daquilo que é correto se consumir hoje, e quanto vai sobrar para a geração futura consumir? Como saber quando vai ser essa geração futura? Quanto ela vai consumir? Qual o perfil dessa população? Enfim, como obter o valor do equilíbrio entre o consumo mínimo para hoje e o desejado para amanhã? Evidentemente, isso é um cálculo impossível. Há aproximadamente 10 ou 15 anos, quando começou mais fortemente o movimento ambientalista, gastaram-se muitos esforços para se calcular esses valores. Tomemos o exemplo do cálculo das reservas de petróleo. Essa é uma questão muito evidente, pois é um recurso natural que é finito, que irá acabar em algum momento. Então, a preocupação que se tinha era a de calcular quantos barris são consumidos no momento e, a partir daí, extrapolar esse consumo para o futuro. Alguns, entretanto, começaram a ver problemas nesse cálculo aparentemente simples. Primeiro, mudaram as taxas demográficas, mudando a população que se imaginou ter no final do século passado, a partir de cálculos feitos em 1970. Desnecessário aqui dizer que as taxas de crescimento demográfico vêm caindo e que, para aquilo que nos interessa mais de perto, o Brasil é um dos países que está na frente nesse movimento de queda. Outra questão importante que colocou em dúvida os cálculos anteriormente feitos é que, nesse período, novas tecnologias surgiram, ou, minimamente, novas perspectivas de novas tecnologias têm se mostrado promissoras. O per capita que se consumia de petróleo pode não ser exatamente aquele que se consumirá no final do Século XXI. Estaria aí, pois, uma dificuldade a mais para se trabalhar a sustentabilidade: saber o quão grande seremos e o quanto se vai consumir em gerações futuras. Outros aspectos poderiam ser aqui lembrados, como, por exemplo, a persistência de determinados hábitos, de determinados padrões e níveis de consumo. Quando comecei a trabalhar com informações das cidades do Paraná, lembro que se trabalhava com uma média máxima de 180 litros / dia per capita no consumo da água para os habitantes urbanos; acredito que essa média hoje se aproxima de 250 litros / dia ou até mais. Há uma crença de que programas de educação ambiental, por exemplo, poderiam conseguir uma alteração em concordância com os ideais de sustentabilidade, ou seja, o de uma redução no consumo de recursos naturais. Não gostaria aqui de discutir até que ponto isso é possível, mas devo dizer que, mais uma vez, tenta-se implementar aquilo que eticamente se considera correto. É evidente que é importante reduzir os atuais níveis de consumo, porém coloco em dúvida se apelos éticos, morais, ou seja, virtuais consensos sociais, podem, por si só, implementar mudanças significativas.

Enfim, toda a introdução aqui apresentada foi pensada para identificar os limites das tentativas de se conceituar, de se mensurar e de se implementar o desenvolvimento sustentável.

Mais difícil ainda é quando se trabalha com desenvolvimento sustentável no espaço urbano. De fato, conceitualmente é difícil se pensar no desenvolvimento sustentável de uma maneira mais genérica; pode-se dizer que, no espaço urbano, essa tarefa é ainda mais difícil. Procurando as razões para essa dificuldade, diria que, primeiramente, essa discussão de sustentabilidade se dá paralelamente à formação do movimento ambientalista recente. Ora, esse movimento, em suas origens, caracteriza-se, claramente, por uma visão contrária às cidades. Hoje, esse movimento está mais profissional e já conta com uma visão mais ampla e mais crítica. Mas quando iniciou, era um movimento que colocava a cidade como o espaço da insustentabilidade. Isso significa que a grande proposta era a de retornar ao campo, como se isso fosse possível. Havia também, paralelamente a isso, uma questão muito importante, que era a preocupação com o crescimento demográfico. As grandes populações eram, de fato, as causadoras dos grandes danos ambientais. Muito mudou de lá para cá. Já não se acredita mais na possibilidade do desaparecimento das cidades, classificando de utópicos os projetos de retorno ao campo. Igualmente, já foi revisto o medo da explosão demográfica. Na realidade, arrisco dizer que, agora, a

questão demográfica está, mais uma vez, sendo revista. Se, num primeiro momento ela foi apresentada como uma das causas do problema ambiental, posteriormente foi apresentada como inofensiva, ressaltando-se o padrão de consumo dos países e classes ricas como os grandes geradores de impactos ambientais. Mais recentemente, parece que a demografia, mais uma vez, ganha importância no debate ambiental, mas em conjunto com outros aspectos da sociedade contemporânea. Assim, diria que se volta a discutir essa questão e começa-se a ver o crescimento demográfico realmente como uma agressão ambiental em potencial. Porém, agora isso ocorre de uma forma, acredito, mais crítica e um pouco mais inteligente. Acredito que já seja reconhecido por muitos técnicos e estudiosos que o impacto no meio ambiente por parte da população é um fato a ser considerado, não há porque ignorá-lo; todavia, sabe-se que seu impacto é diferenciado, dependendo do nível de consumo de cada um e que as previsões feitas no passado não se efetivaram.

Mas é na primeira fase do entendimento da questão demográfica que o movimento ambientalista se sustentou por muito tempo. Com isso entende-se porque o movimento via a cidade como algo insustentável. Com base nessa visão, muito tempo se perdeu em projetos e tentativas para evitar o crescimento das cidades. Muitos desses projetos que buscavam manter o homem no campo são válidos, não pela filosofia que os sustenta, mas tão-somente pela melhoria de vida que trouxeram a um pequeno grupo de pessoas diretamente envolvidas. Foram e são programas extremamente válidos, porém por mais que tenham tido sucesso, eles não foram capazes, e não o serão, de reverter o processo de urbanização. Infelizmente, não tenho, de memória, dados mais recentes, mas na última década, mais de 50% dos municípios do Paraná perdem população. Então qual é o cenário do Paraná, com áreas que se esvaziam? E não são necessariamente as áreas urbanas, pois a população rural desses 50 % dos municípios perde população e se vê uma concentração muito grande em algumas áreas. Estamos em uma delas aqui em Maringá; em Foz do Iguaçu a situação se repete. Então, tem-se um cenário que é o de esvaziamento de algumas áreas, aliás de muitas áreas, e tem-se a concentração em alguns pontos do território. Não apenas no Paraná, mas em todo o Brasil. Isso significa uma urbanização que vem acontecendo no Paraná desde sempre, que vem acontecendo no Brasil desde sempre, e que já aconteceu nos países mais desenvolvidos. Nesse último caso, têm-se taxas de urbanização superiores a 95 %. Isso me parece ser um processo inevitável. Parece, pois, sem sentido insistir numa reversão desse processo, pois ele está acontecendo e vai ficar ainda mais consolidado. Se temos hoje uma população urbana no Brasil superior a 80%, o que já é bastante, devemos saber que ainda há muito espaço para que esse percentual cresça ainda mais.

A partir do momento que se tem consciência desses fatos, a busca da sustentabilidade, aquela sustentabilidade possível, parece mais próxima da realidade, mais adequada às exigências impostas pela prática. Então, para simplificar um pouco, eu entendo essa questão de sustentabilidade, como uma postura que deve ser assumida. Então, acredito que o significado desta questão da sustentabilidade no dia-a-dia, na prática, está no atendimento às necessidades da maior parte da população. Parece que estou substituindo um idealismo por outro, mas é dessa maneira que acredito ser possível se aproximar do ponto de equilíbrio entre os interesses sociais e ambientais, ainda que este não esteja exatamente equidistante dos extremos.

Para a segunda parte da minha fala, eu gostaria de apresentar a relação no dia-a-dia, simplificando um pouco a questão da sustentabilidade. Começaria por simplificar a questão ambiental. Esse não é um assunto novo para o planejamento urbano. As preocupações com questões ambientais, nas áreas de urbanismo, nas áreas de parcelamento do solo, nas secretarias de planejamento municipais, dentre outros, são preocupações básicas utilizadas por urbanistas e por planejadores no espaço urbano, há muito tempo. Todavia, adjetivadas diferentemente: saneamento, uso do solo, parcelamento da terra, aspectos físico-territoriais, dentre outros.

Assim, acredito ser possível dizer que grande parte das legislações urbanas tem uma preocupação ambiental. Vide a Lei Federal n.º 6.766. Para quem não é familiarizado com ela, é a legislação básica da ocupação do solo urbano. Fundamentalmente ela tem uma feição ambiental. Ela é de dezembro de 1979, portanto, anterior à popularização da questão ambiental. Estou falando disso, porque acredito ser possível olhar para trás nesses anos que tenho trabalhado com cidades e concluir que os problemas são parecidos, os de hoje e os ontem. Sempre se buscou algo, tal qual hoje se busca a sustentabilidade urbana. Sempre se buscou conciliar interesses da população com o respeito ao suporte natural. Manteve-se a busca, mudaram-se os adjetivos e alterou-se a forma de olhar para os substantivos.

Vou agora apresentar nove pontos que, claro, por serem complexos, mereceriam mais tempo para debatê-los. Infelizmente, seremos obrigados a ficar na superficialidade, sendo ousados algumas vezes, mas procurando provocar um debate futuro. Como é possível entender as cidades nesse período, ver o que alterou? Tanto em termos ambientais, como em termos urbanos. Já simplifiquei isso, e muito. Se olharmos para trás, pela experiência desses anos que temos trabalhado em cidades, podemos conseguir levantar alguns pontos para observar as alterações na postura de como entender a cidade e como trabalhá-la.

O primeiro aspecto que gostaria de relatar, falando bem rapidamente, é que a cidade agora deixa de ser vista com aquela perspectiva de que poderia desaparecer. A partir de agora, ela existe e é um fato. Temos os exemplos de urbanização no Paraná. E eu podia me aprofundar um pouco mais, pois acho que o Paraná é um Estado que tinha uma estrutura urbana um pouco diferente dos estados do Nordeste e do Norte. Tenho receio que hoje nosso Estado repete o que acontece nessas regiões, que é a do desaparecimento dos municípios pequenos e da concentração muito grande em poucas áreas. Isso quer dizer, aquela estrutura que se tinha, formada por muitas cidades pequenas, algumas de porte médio e, finalmente, um pólo regional ou uma capital, agora desaparece. Se fizermos um mapa, chamado de hierarquia urbana, do Estado do Paraná, nos anos 70, 80, 90 e 2000, será possível perceber que o desenho vai ficando mais simples e a concentração vai ficando maior. Quando comecei a trabalhar na Região Metropolitana de Curitiba, a concentração em relação ao Estado do Paraná, sem falar em termos absolutos, e sim em termos percentuais, essa concentração que excedia 17%, quase 18%, ficou em quase 30%.

Assim, o que se observa nesses anos, digamos, numa retrospectiva de 15 anos, é que a cidade deixa de se algo combatido pelo ambientalismo de forma generalizada, ou seja, ela deixa de ser o espaço da insustentabilidade e passa a ser entendida como um fenômeno que pode e deve ser melhorado. Pensar de forma contrária era uma fuga. A partir do momento que se considera a cidade como um fato, somos forçados a buscar soluções para os problemas que lhe caracterizam; não há mais como evitar essa busca. Não tenho dúvida de que esse é um fato extremamente positivo.

O segundo aspecto que gostaria de lembrar diz respeito ao meu trabalho com o que se convencionou chamar de Boas Práticas, ou seja, experiências locais bem-sucedidas. Esse fato está relacionado inclusive com a fala do prefeito em exercício, aqui de Maringá. Ele cita o projeto da retirada de crianças e trabalhadores do lixão municipal. Isso é um exemplo que poderia ser considerado uma Boa Prática. Não o conheço em detalhes, mas vocês, que são daqui, é claro, saberiam falar muito melhor. Mas esse seria um projeto, como tantos outros que tive a oportunidade de observar pelo Brasil todo. Tenho muito prazer em dizer que, na sua grande maioria, essas experiências vêm de municípios pobres e do interior longínquo do Brasil. Há excelentes exemplos que confirmam essa minha afirmação. Têm-se bons projetos que, muitas vezes, mesmo pequenos, apresentam grandes resultados na área urbana, na área ambiental, ou na área social. Pensando num cenário brasileiro, essas coisas estão acontecendo no lugar certo e onde é mais necessário. Eu acho bastante animador, pois assim se têm então boas notícias vindo de lugares inesperados. Eu diria ainda que, no cenário internacional, o Brasil é um país que se ressalta, é um dos países mais bem representados em coletâneas de experiências inovadoras na área urbano ambiental. Não saberia medir essa afirmação, mas um bom indicativo é a posição de nosso país na Conferência Habitat II, em 1996, em Istambul, na qual o

Brasil destacou-se em número e em qualidade das experiências apresentadas. Essa Conferência teve como um de seus objetivos a agremiação de projetos que deram certo nas cidades. Concorremos com outros países similares que não tiveram essa experiência.

O terceiro aspecto é para onde está convergindo a grande preocupação, em termos de projetos urbanos. A partir dessa minha retrospectiva em projetos, é possível observar um número significativo de municípios que tem trabalhado com projetos que de alguma forma tem a ver, por exemplo, com resíduos sólidos. Seja projeto social, com crianças ou trabalhadores de lixões; seja por meio de procedimentos legais a serem aplicados em área de lixões; seja por um processo mais caro, de uma coleta seletiva de lixo, como é o caso de Curitiba; seja, ainda, com projetos alternativos de coleta de lixos tóxicos, lixos hospitalares etc. Enfim, é possível observar um número significativo de projetos nessa área. Além do trabalho com lixo que muitos municípios brasileiros têm priorizado, citaria também os projetos de saneamento: água e esgoto. Esses projetos de água e esgoto são, também, projetos que já vêm se repetindo com grande recorrência. Um terceiro projeto de importância em termos de recorrência é o de reurbanização de áreas de risco ou de ocupação irregular, esses sempre formulados de maneira integrada, priorizando não apenas a reestruturação física, mas também o padrão da moradia, a questão dos resíduos sólidos, do saneamento, da participação comunitária, da geração de renda. Lembro, no entanto, que os recursos financeiros nacionais quase não mais existem para projetos urbanos. Então, os recursos são, normalmente, internacionais, seja do Banco Mundial, seja de instituições menores. E eu gostaria de dizer para vocês que existem mais recursos financeiros disponíveis do que tradicionalmente se imagina. Todavia, esses recursos são disputados: se há muitas instituições internacionais oferecendo recursos financeiros para instituições públicas e para ONGs nacionais, há, também, muitos interessados nesse dinheiro. Retornarei a essa questão mais adiante, para tentar explicar como é que se consegue esse recurso.

A quarta mudança que tenho podido observar é de postura ante a realidade. Quando comecei a trabalhar com a questão urbana, tinha-se a presunção de que seria possível mudar a cidade inteira, a partir de um plano diretor ou a partir de uma normatização. Hoje, ficou evidente que isso não é possível, sabe-se que a cidade não pode ser totalmente resolvida. Aquele sonho que tínhamos de transformar a cidade em sua totalidade, agora é revisto e já podemos entender um pouco mais e perceber que não é bem assim. Então, meio a uma evidente sensação de caos e de uma cidade insustentável, tem-se um compartimento da cidade com projetos muito bons, projetos que, num primeiro momento, parecem abandonar a idéia de tudo mudar para garantir, minimamente, a mudança de um pouco. São projetos que não estão na mídia, mas que, como numa transformação silenciosa, lenta mesmo, apresentam excelentes resultados de mudança. São projetos que envolvem um bairro, uma comunidade, nada mais que isso. Projetos implementados por uma ONG, ou por uma agência governamental. Apresentam resultados muito interessantes, sem, porém, mudar toda a cidade.

O que também caracteriza esses projetos, e agora inicio a quinta mudança que tenho observado, é que eles são "múltiplos". Aqueles projetos setoriais antigos, nos quais trabalhava-se, por exemplo, a habitação entendida como a oferta da moradia, ou de saneamento entendido como a oferta da água, simplesmente, já não são mais possíveis. Agora, cada projeto deve contar com outros projetos complementares. Nesses casos, e isso é muito importante, a questão social revela-se muito fundamental, como, por exemplo, o acompanhamento das famílias que moram nos reassentamentos ou nos novos loteamentos habitacionais. Apesar de não serem suficientes, essas são questões necessárias de serem consideradas para o sucesso de um projeto que agora deve ser múltiplo. O melhor exemplo que eu posso apresentar é o Projeto Favela Bairro, no Rio de Janeiro. Para quem trabalha nessa área, esse é um projeto que vale a pena conhecer, pois ele conta com resultados muito bons, que vão desde a questão fundiária e de direito de posse até a questão da água, a questão do esgoto, a questão ambiental, a questão da reeducação formal e do apoio à organização da co-

munidade. Com isso gostaria de dizer que os projetos clássicos e mais simples realizados no passado, agora se revelam complexos, mais difíceis de serem executados, porém com melhores resultados melhores e mais duradouros, ou seja, mais sustentáveis.

O sexto aspecto que observo é o da valorização da participação comunitária. Hoje, não se consegue sucesso num projeto, se não se tiver a participação comunitária. Isso, na prática, não se mostra tão fácil, pois os técnicos oriundos de outras áreas que não a social, ainda não estão preparados para essa práxis. Mas, enfim, alguém na equipe, agora compulsoriamente multidisciplinar, tem de entender do assunto da participação da população. Porém, novamente, passar da obviedade do discurso para a implementação, na prática, encontra dificuldades. Trabalhei em um projeto onde a comunidade contou com uma participação efetiva desde o início. Segundo os novos cânones do planejamento, excelente. A área a ser trabalhada era uma ocupação irregular (invasão) em área de interesse ambiental. Devido a restrições ambientais e evidentemente, à falta de titularidade da terra, a comunidade não tinha acesso ao serviço de água. A partir do trabalho de diversas instituições, sobretudo não-governamentais, esse serviço é finalmente ofertado, depois de quase 15 anos de ocupação. Mais importante que isso é o fato de a própria comunidade, agora organizada, ser convidada a manter, monitorar e dar sustentabilidade financeira ao serviço. Tal participação parecia, pois, estar completa, desde a escolha das prioridades até a manutenção do que havia sido anteriormente criado. Assim, tinha-se uma população que participou da discussão, definiu o que era preciso ser feito e qual seria a prioridade. Em discussões com essa comunidade, foi definida, então, a oferta da água como a prioridade para o assentamento. Depois, discutiu-se o perfil desse projeto, como é que ele deveria ser. A população participou ativamente. Até aí, foi um sucesso. O problema iniciou quando da manutenção do sistema de coleta e distribuição da água. O resultado foi um desastre. Claro, o processo de organização foi altamente positivo, mas devo alertar que o discurso da participação comunitária pode também ser usado para descompromissar o Estado de responsabilidades que são unicamente suas. Hoje, se você conversa com a comunidade envolvida nesse projeto, todos demonstram interesse em serem atendidos pela concessionária estatal de água e esgoto, descomprometendo-se da tarefa de manutenção da rede água.

O sétimo aspecto que gostaria de apresentar aqui, resumidamente, é a questão da concorrência, da competitividade, a qual eu já sinalizei anteriormente quando falávamos que talvez tenhamos mais recursos do que imaginamos, porém com um grande número de requerentes. Hoje, para se obter um recurso, tem que se ter capacitação, tem que se estar preparado para idealizar e para justificar projetos de intervenção. Um exemplo disso é o Fundo Nacional do Meio Ambiente, o qual conta com recursos do Banco Mundial, e é organizado e gerenciado pelo Ministério do Meio Ambiente. Para se conseguir esses recursos, deve-se submeter o pedido a um edital disponibilizado por esse Ministério. Em outras palavras, para se conseguir esses recursos, tem que se estar preparado. Deve-se elaborar o projeto, usando palavras-chave, tais como: sustentabilidade, participação da comunidade, o uso de recurso local. Enfim, muitas das coisas que são faladas neste evento são palavras-chave na elaboração desses projetos. Só que existe uma concorrência muito grande. Isso é que eu pude observar que mudou nesses 15 anos. Apesar de ser um recurso gerenciado pelo Ministério do Meio Ambiente, e esse é apenas um exemplo entre muitos, ou seja, um recurso governamental, é disponibilizado a partir de regras de mercado. A Prefeitura que tem condições para contratar um grupo de consultores, ou uma empresa consultora, para elaborar a proposta para esse edital, estará, obviamente, mais capacitada. Porém, as prefeituras que não têm condições para pagar alguém para elaborar a proposta ou não têm corpo técnico para isso, dificilmente vão poder obter esse recurso.

O oitavo aspecto que eu vejo nesta longa retrospectiva é um dado muito polêmico, mas que tenho muito prazer em apresentar e discutir. Esse novo aspecto diz respeito ao *marketing*, o qual deixa de ser tão criticado e começa a ser entendido de uma maneira mais positiva. Não

vou entrar no mérito, claro, dos desvios de dinheiro, que passam das prioridades sociais para a propaganda pessoal ou partidária. Essa não é minha área de trabalho, nem de interesse; não tenho capacidade para discutir isso. O que quero defender é a importância desse *marketing* (talvez até devesse usar outra palavra) para uma cidade, para a auto-estima da população, para o envolvimento dessa população em programas governamentais e mesmo para a manutenção de determinados padrões de serviços prestados pelo poder local. É temeroso chegar numa cidade e falar para um público que a conhece muito bem, que mora aqui. Todavia, arrisco dizer que, das cidades paranaenses, Maringá conta com aspectos bastante positivos em termos da necessária identidade urbana. Maringá tem uma boa urbanização e tem muita área verde, a despeito de problemas, certamente. Mas, ela tem uma imagem. Essa imagem foi vendida, não tenho dúvida, mas não acredito que seria mantida caso não houvesse um conteúdo de verdade. Sem conteúdo, a imagem criada pelo *marketing* dura pouco, não vai além do período do mandato de um político. Enfim, acredito ser importante mostrar o que se está fazendo, deve-se mostrar para a população para que ela se sinta envolvida no processo, e, também, sintam-se capacitada para cobranças. Poderia ainda falar do *marketing* como elemento de apoio para a atração de atividades econômicas à cidade, mas estou vendo que o tempo está se esgotando, e vou ter de acelerar um pouco, deixar para outra oportunidade aquilo que ainda falta apresentar. Só vou deixar aqui para pensarmos depois: na valorização desse *marketing*, eu diria que a maneira de se apresentar a cidade muitas vezes altera-se: se, antes, falávamos a um governo capaz de distribuir recursos segundo prioridades sociais, agora, parece que somos forçados a apresentar a cidade de maneira atrativa, pois o interlocutor não é mais o governo e sim o mercado. Exemplificaria esse fato com a busca de geração de renda por meio do turismo. Não é possível apresentar-se como pólo turístico mostrando uma imagem ruim, com violência ou pobreza. Infelizmente é assim. Eles estão mostrando o lado bom, correndo o risco de esconder o lado ruim. Os prejuízos que se pode ter com essa prática é que eu gostaria de propor para um debate logo mais à tarde.

O último aspecto, o qual já ficou um pouco definido anteriormente na minha fala, é quanto à valorização do poder local que, no Brasil, já inicia com a Constituição Federal de 1988. O município assume agora um papel extremamente importante no processo de transformação urbana e no processo de transformação ambiental. Hoje, quem faz realmente a transformação da realidade das populações urbanas, é o município. Digo isso porque, em parte, há um certo vazio em termos de políticas urbanas em nível nacional. Tem-se agora, o Estatuto das Cidades, que muitos de vocês devem conhecer. Mas, passamos por um hiato muito grande em termos de propostas do governo federal, mesmo do legislativo, em termos de política urbana. Hoje, quem assume, realmente, é o município. No texto da Agenda 21, isso fica bastante evidente: no território do local que as coisas acontecem.

Essas e outras mudanças, eu acredito, poderão ser confirmadas nas discussões que teremos à tarde, com a formulação de propostas urbanas, sociais e ambientais. Acredito que esta oportunidade servirá para comprovar ou para desmentir o que eu disse.

Espero que tenha conseguido transmitir uma visão otimista da questão urbana. Fico agora à disposição para responder a perguntas.

Muito obrigado a todos.

VI. O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS CIDADES: RUMO AOS EIXOS TEMÁTICOS DA AGENDA 21.

*Dr. Francisco Mendonça
Universidade Federal do Paraná- UFPR
Trecho da Palestra no Seminário da Agenda – 21 Paraná
Curitiba, 05 de Setembro de 2002*

Os interesses de todo governo devem refletir o interesse do Estado em sua totalidade, pois o Estado é permanente e os governos são transitórios. Nesse sentido, o debate dos ambientalistas evidencia a necessidade e a possibilidade de serem colocadas em prática, no dia-a-dia, questões de fundamental interesse para a solução dos problemas ambientais que afligem a sociedade do presente e do futuro. É nesta perspectiva que entendo as propostas da Agenda 21 como uma Ação Coletiva Coordenada. Observo, com felicidade, o fato de estarmos passando de um momento de sensibilização, que vai além daquele estado de torpor e mesmo de resignação – como se uma série de catástrofes houvessem retirado a possibilidade de vida na Terra no futuro para o homem, passando à condição de poder cumprir os objetivos agendados para o século XXI. Uma luz parece descortinar um futuro de possibilidades para a continuidade da vida e da sociedade humana na Terra. A Agenda 21 prevê e sugere práticas coletivas e práticas individuais para a construção deste futuro.

O jornal *Folha de S. Paulo*, do último sábado (17/08/2002), traz em seu editorial, uma abordagem interessante sob o título “procura-se água”, que agora retomo para iniciar com vocês uma reflexão acerca do tema que aqui nos trouxe:

“(...) A tragédia anunciada por Malthus pode ser evitada. A água pode, no limite, ser produzida. A questão é que hoje utilizamos os recursos naturais num ritmo bem maior do que o da sustentabilidade. É preciso ir estabelecendo padrões de consumo mais racionais sob pena de legar às próximas gerações um mundo pior do que o que encontramos”.

Os reflexos da teoria malthusiana parecem ainda estar no centro das discussões. Grande parte das preocupações da Agenda 21 (local, estadual, nacional e planetária) está ligada à questão da relação entre a explosão demográfica e os recursos naturais do planeta e, por conseguinte, à qualidade e às condições de vida do homem. É fato consensual tratar-se de uma teoria e de uma previsão catastrófica - cujas causas assentavam-se em explicações excessivamente parciais e tendenciosas, mesmo se considerarmos que na sua época de formulação poucas eram as técnicas de conservação da natureza, e políticas de desenvolvimento humano praticamente não existiam; tratava-se de um outro contexto histórico e a discussão que ora se coloca demanda outros matices. Mesmo que a teoria malthusiana não encontre mais eco em nossos dias, a relação entre população e recursos deve sempre ser repensada.

A partir dos anos 1960/1970, algumas palavras e eventos nos chamam atenção e, ou pelo menos, nos fazem atentar para a necessidade de se pensar no cotidiano e no presente. Faço alusão a algumas conferências ocorridas nos últimos quarenta anos – Reunião do Clube de Roma no final dos anos sessenta, Conferências de Estocolmo em 1972, do Rio de Janeiro em 1992 – que se voltaram para a abordagem dos limites de recursos naturais do planeta em face do desenvolvimento da sociedade. A idéia de ecodesenvolvimento surgida por ocasião da primeira conferência foi suplantada, nos anos oitenta, pela de desenvolvimento sustentável, que foi aclamado por ocasião do lançamento do Relatório *Nosso Futuro Comum* da Comissão Brundtland. A conferência do Rio teve como um de seus resultados principais a criação da Agenda 21, ou seja, a busca da explicitação dos compromissos dos Estados, dos governos e de todos os homens para com o

futuro do planeta. Em Estocolmo avançou-se bastante na institucionalização do tratamento ambiental pelos Estados e governos, no Rio os problemas ambientais passaram a envolver o homem (socioambiente) e, agora em 2002, a conferência de Johannesburgo, ou Rio + 10, avançou nestas discussões e colocou a erradicação da pobreza do planeta como uma condição *sine qua non* para a melhoria das condições ambientais na Terra.

Nos últimos quarenta anos uma questão tem sido colocada peremptoriamente: Como será o futuro do planeta? De antemão é preciso ponderar, e uma certeza já temos: Não podemos pensar no futuro descompromissadamente! Existe uma qualidade de ar, de água, de solo, de vegetação etc. mínima para que os seres humanos possam viver e continuar vivendo na Terra, e é preciso garanti-la.

O carvão mineral e o petróleo, bases da sociedade moderna-industrial, e outros minerais são bens e recursos naturais limitados; há que se pensar em outras alternativas e, em face do fato de o planeta ser limitado, já se pensou até mesmo na Lua e em Marte como outras opções de exploração. Tudo isso são conjecturas de um futuro ainda bastante incerto e fortemente calcado nos progressos da tecnologia. Portanto, é preciso pensar, sobretudo, na Terra, cujo ecúmeno é bastante reduzido; por exemplo, acima de 5.000 metros só respiramos e sobrevivemos com uma tecnologia altamente sofisticada, não vivemos nos fundos dos oceanos, e a vida nos desertos é quase impossível. Enfim, o espaço para a realização da vida é extremamente reduzido quando pensamos no planeta, no sistema solar e no universo; é imperativo pensarmos e agirmos com maior responsabilidade em todas as nossas ações cotidianas, seja individualmente, seja coletivamente.

O modelo de desenvolvimento moderno que marca a história do Ocidente constrói e destrói paulatinamente a natureza e a sociedade; é algo paradoxal, mas o resultado tem gerado alta degradação ambiental e péssimas condições de vida para a maioria dos seres humanos. Um dos graves problemas discutidos na reunião do Clube do Roma, em 1968, e na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento de Estocolmo, em 1972, foi a morte de milhares de africanos, não de doença ou pela guerra, mas de fome. Isso atesta a incompetência do ser humano em gerenciar o planeta, porque ao mesmo tempo em que o homem vai à lua milhares morrem de fome, ou por problemas decorrentes da subnutrição associados à falta de saneamento básico, escolaridade, habitação e serviços de saúde. Será que não podemos ser um pouco mais humanos?

Temos que refletir sobre estas questões e tentar mudar nossas ações tendo em vista a garantia da vida para as gerações futuras. Todavia, no aspecto particular de nossa exposição para esta conferência, uma questão se coloca de maneira mais direta:

Qual a característica de uma cidade sustentável? Podemos adiantar, de antemão, que não há receita-ário para enquadrar uma cidade na condição de "cidade sustentável"; a sustentabilidade de uma cidade deve ser resultante de seu processo histórico de construção e da dinâmica cultural de sua sociedade. Nesse mesmo período dos anos sessenta e setenta, intensifica-se no Brasil o processo de urbanização-industrialização, revelando a "urbanização corporativa" – conforme a análise do geógrafo Milton Santos, que se traduz num acelerado crescimento das cidades marcado por um total descaso social. Acontece, paralelamente, nesse mesmo período, a industrialização-modernização da agricultura brasileira e paranaense e a expansão da fronteira agrícola para as bordas da Amazônia Legal, o que resultou num dos mais intensos processos de êxodo-rural da história do país e na explosão urbana.

Pressionado pelo interesse internacional, o Brasil implanta um processo oficial de criação de suas regiões metropolitanas (nove) visando ordenar o crescimento urbano e, sobretudo, disciplinar o transporte urbano. Parece-me que Curitiba, uma das nove regiões metropolitanas então instala-

das, não apresentava as características necessárias para fazer parte do sistema de regiões metropolitanas do país, mas a ação dos políticos locais e regionais resulta em seu favor.

Nesse período as cidades não crescem sadamente, elas explodem, incham, e assim também as pequenas e grandes cidades regionais que recebem os contingentes de trabalhadores expulsos do campo, que superlotam os perímetros urbanos de Curitiba, Maringá, Londrina, Cascavel e Foz do Iguaçu etc. formando extensos bolsões de miséria na periferia das cidades. É uma urbanização problemática, que todos conhecemos como um fenômeno de "favelização". Não se trata de "urbanização espontânea" como boa parte dos urbanistas nomina o processo, trata-se, isto sim, de algo que nunca foi espontâneo; é uma consequência da expulsão do homem do campo. Nós todos temos conhecimento desse crescimento urbano insano e de seus males resultantes.

Para ilustrar esse rápido processo de urbanização excludente que se processou no Brasil e no Paraná muitos são os exemplos e os estudos de casos já elaborados. Um trabalho recente lançado pelo IPARDES (Revista Paranaense de Desenvolvimento, n. 100, 2002) evidencia a hierarquia atual das cidades brasileiras, no qual podemos identificar a cidade global (São Paulo e Rio de Janeiro), as metrópoles nacionais (Curitiba dentre elas) e regionais, e outras.

No Paraná, vamos identificar Curitiba como respondendo prontamente à condição de cidade metrópole no âmbito nacional. É em meados da década de noventa que Curitiba atinge a condição de metrópole nacional, tendo sido classificada na condição de metrópole regional nas décadas anteriores, e de apenas capital de estado nos anos cinquenta e sessenta, o que revela uma ascensão vertiginosa que traz embutido uma série de problemas. Na última década foi considerada uma das cidades brasileiras em termos de qualidade de vida e agora, em 2001 e 2002, ela cai pra segundo lugar, suplantada por Porto Alegre.

Mas, o que significam essas qualificações? Sim, elas são baseadas no IDH – Índice de Desenvolvimento Humano da Unesco que leva em consideração vários quesitos como moradia, escolaridade, longevidade, serviços de saúde etc. Curitiba apresenta um dos melhores IDHs do país, mas trata-se de dados gerais e medianos, pois é inadmissível que se aceite que uma cidade com cerca de 10% de seus habitantes vivendo em subhabitações e com todos os seus rios altamente poluídos seja considerada como de boa qualidade de vida, isto para não falar de outros graves problemas. O mais importante a observar é que esta realidade se evidencia também nas outras grandes cidades paranaense, com níveis e intensidades diferenciadas, mas com quadro bastante similar, afinal em todas elas o processo de urbanização foi muito parecido.

Ao pensarmos na Agenda 21 podemos nos questionar: Como se encontram a qualidade e as condições de vida da população nas cidades paranaenses?!

Para tratar da qualidade e das condições de vida na cidade podemos distinguir, para melhor argumentar, alguns aspectos de nossa abordagem. Podemos entender qualidade de vida como sendo um termo que está relacionado não somente à infra-estrutura e equipamentos da cidade, mas também à qualidade do ar, da água, da vegetação, do solo etc., ou seja, àquilo que todo ser humano precisa para viver como espécie biologicamente constituída. As condições de vida se associam os aspectos atinentes ao homem como ser social, que vive em coletividade; assim, sob este termo, podemos encontrar as condições de saúde, de habitação, de escolaridade, de lazer, de cidadania etc.

Quando enfocamos simultaneamente a qualidade de vida associada às condições de vida na cidade, estamos tratando do Ambiente Urbano, perspectiva segundo a qual podemos abordar a cidade em sua totalidade. Esta visão possibilita a prática de uma gestão urbana de caráter mais integrativo que o planejamento urbano clássico modernista.

Cientes das preocupantes condições socioambientais das cidades paranaenses, é possível criticar a realidade urbana do estado, e a partir daí, indicar os pontos a mudar. O ambiente urbano entendido por essa iniciativa da Agenda 21 envolve a infra-estrutura urbana na condição não apenas de qualida-

de, mas também de natureza da cidade. O tema cidades sustentáveis é um desafio atual, e é um desafio para todos porque evidencia a necessidade de termos na cidade ar com qualidade respirável, água com qualidade para ser ingerida – portanto limpa – e vegetação em quantidade e qualidade suficiente para garantir a dinâmica do ar, da água e da fauna na cidade, isto para não falar dos outros atributos urbanos.

Do ponto de vista social, a situação é bastante preocupante. Para tratar somente de um dos aspectos do social, vejamos; as pessoas estão cada vez mais introspectivas e se protegendo mais, dentro de suas casas, com trancas, portões, segurança etc. A violência urbana é um problema universal, mas a brasileira tem atingido índices e matizes alarmantes. Quando pensamos em geração futura, sem ser fatalista, devemos nos questionar: Que mundo vamos deixar para nossos filhos, para nossos netos? É verdade que uma grande parcela da responsabilidade pelo estado de coisas que ai está é do Estado e dos governos, mas também é verdade que existe uma cota de responsabilidade individual no processo que cabe a cada um de nós.

Para que possamos melhor pensar e agir sobre o que legaremos às gerações futuras, parece imperativo evocar três princípios básicos: o princípio da precaução, o princípio da responsabilidade e o princípio da participação.

A precaução se coloca no sentido de, em face do que queremos para o futuro, agir com precaução no sentido de construí-lo no presente; a responsabilidade, neste âmbito, é tanto coletiva quanto individual. O princípio da responsabilidade veio a tona nos anos 60 e nos faz pensar, quase com o mesmo sentido daquela máxima de Saint Exupery, no livro O Pequeno Príncipe que diz que “você se torna responsável por tudo aquilo que cativa”, ou por aquilo que a gente se deixa cativar. Na sociedade moderna mais atual trabalham-se muito pouco a emoção e o sentimento; nós cobramos muito das nossas crianças o aprender, ir para a escola, aprender informática, criar um profissional desenvolvido. Mas desenvolvemos muito pouco em nós e em nossas crianças o apego destituído de segundos interesses pelas pessoas, pelos animais, enfim pela natureza. Se nós não temos amor, nós nunca somos responsáveis, porque não temos apego. Por que não colocarmos como prioridade essa questão da afetividade com o próximo e com a natureza?

Quanto ao princípio da participação, ele evoca, por si só, a idéia de sociedade democrática. A evolução humana parece ter evidenciado de várias maneiras a insustentabilidade dos governos antidemocráticos, ditatoriais e totalitários, enfim, dos regimes de exceção. Não há sociedade que prospere sem que os homens se sintam parte e construtores de sua história; uma sociedade aberta e participativa conduz à prática da cidadania, condição ímpar para uma vida plena e com qualidade na cidade. Neste aspecto vale lembrar o pensamento de Michel Foucault e Jurguen Habermas, para os quais os chamados grupos de discussão, que aqui concebo como formas excelentes de participação, são indispensáveis para o desenvolvimento social.

Legar aos outros a responsabilidade das mudanças necessárias a se implementar na sociedade é covardia, é isentar-se do processo, é negar a própria responsabilidade. Dizer, por exemplo, a sociedade deve fazer isso ou o Estado deve fazer aquilo é muito fácil. O Estado é uma construção social e a sociedade somos todos nós. Nossas causas, as causas ambientais, suplantam as ideologias, mas estou certo de que não devemos combater as ideologias e ficar à mercê da vontade política irresponsável. Vamos pensar no futuro e vamos construí-lo com muito amor, sobretudo porque não acredito que se possa ter uma colaboração participativa sem envolvimento. Envolvimento pensando em futuro envolve precaução.

Como é que nós vamos fazer tudo isso?! A construção da Agenda 21 estadual e das Agendas XXI municipais e locais vai nos propiciar o deslanchar de um processo. Ela, a Agenda 21, não é a solução, coloca-se apenas como um caminho para a mudança, e poderemos fazer muito se a aceitarmos

como um direcionamento para nossas ações.

Para concluir, quero retomar algumas palavras do Eduardo Neira Alva publicadas no livro "Metrópoles Insustentáveis"; veja,

"... Admitindo que a sustentabilidade do desenvolvimento fosse realmente aceita como uma nova forma de racionalidade social, econômica e ambiental – tanto na ordem nacional quanto internacional –, uma das condições de seu realismo teria de ser uma mudança de atitude da população urbana, especialmente no que se refere aos estilos de vida e estrutura de consumo. Transformações desse tipo só podem decorrer do desenvolvimento da cidadania e suas conseqüências práticas: participação política, disciplina cívica e solidariedade social".

Um desenvolvimento desse tipo só pode transcorrer da cidadania, com uma mudança de atitude da população urbana, com consciência, e influenciando conseqüências práticas com participação política e solidariedade social. No mundo existem inúmeros exemplos de cidades que conseguiram reverter quadros de degradação ambiental e das condições de vida que estavam praticamente insolúveis. Nos anos 1950/1960 pensou-se que o rio Tâmisa, na Inglaterra, era irrecuperável, isto para não falar de outros casos. Quero dizer que é possível sim recuperar ambientes degradados, populações marginalizadas e excluídas; tudo é possível de ser mudado para melhor, o ser humano é muito criativo e a tecnologia é uma excelente arma que pode ser utilizada para o bem.

Os grandes temas chamados para a discussão dentro da Agenda 21 dão base para as mudanças necessárias; estou certo de que devemos ser otimistas, senão não adianta fazer muita coisa. A solução é uma ação coordenada, e a Agenda é uma grande possibilidade. É preciso agir no presente e pensar no futuro com responsabilidade.

Muito Obrigado.





EIXO TEMÁTICO: AGRICULTURA SUSTENTÁVEL - RESULTADOS DO SEMINÁRIO REALIZADO EM FOZ DO IGUAÇU

Indique as principais necessidades para o Estado do Paraná, dentro do eixo temático em discussão no seu grupo. Priorize as necessidades apontadas.

- Financiar o pequeno produtor com base de troca, revisão do enquadramento dos programas de governo e para o crédito rural com juros e prazos diferenciados, seguro sob o total da produção estimado, subsídios a produtos estratégicos e financiamento para moradia rural.
- Organizar uma política agrícola comprometida com o desenvolvimento das pequenas propriedades garantindo uma renda mínima, assistência técnica pública, gratuita e isenta ao pequeno produtor.
- Incentivar a agricultura orgânica e reconhecimento do selo ecológico, com linhas de crédito para a agricultura em fase de conversão.
- Taxar os produtos importados que venham a concorrer com produtos similares produzidos pela agricultura familiar e suprimir o uso dos produtos transgênicos até que se tenham informações científicas claras e precisas sob todos os aspectos ambientais e de saúde, que envolvem esses insumos.
- Profissionalizar e capacitar o agricultor para gerenciar sua propriedade, desenvolvimento de pesquisa junto aos agricultores, transformando-o em multiplicadores.
- Incentivar o associativismo e outras formas de organização, visando à participação dos agricultores no gerenciamento de políticas públicas e na viabilização de empreendimentos de renda.
- Criar alternativas para que ocorra a indenização dos produtores que contribuem com parcelas de reflorestamento, inviabilizando áreas férteis e produtivas.
- Propor que o IAP atue como órgão orientador com aplicação da legislação por igualdade para pequenos e grandes empreendedores.
- Proceder a mudanças na lei ambiental já discutidas (mata ciliar e reserva legal).
- Incluir no currículo escolar diferenciado para a agricultura, fazendo com que o meio ambiente e a agricultura se tornem disciplina escolar, preparando profissionais de educação para transmitirem os conhecimentos.
- Investir em Pesquisa e tecnologia voltada e adequada à agricultura sustentável.
- Estabelecer uma Política de comercialização de produtos diferenciados para viabilizar a diversificação e reconversão das propriedades.

Notas explicativas

(*) Não foram feitas alterações nos textos apresentados em plenária, apenas os verbos iniciais foram flexionados no infinitivo.

(*) A ordem apresentada foi de acordo com a apresentação dos grupos.

EIXO TEMÁTICO: AGRICULTURA SUSTENTÁVEL RESULTADOS DO SEMINÁRIO REALIZADO EM MARINGÁ.

Indique as principais necessidades para o Estado do Paraná, dentro do eixo temático em discussão no seu grupo. Priorize as necessidades apontadas.

- Estatizar a extensão rural no Paraná e aumentar o número de técnicos destinados à assistência técnica, principalmente na Agricultura Familiar, paralelamente criar um programa de apoio e contratação de profissionais de assistência técnica junto aos municípios.
- Estimular e fortalecer um programa de incentivo à pesquisa agrícola visando à melhoria de produtividade e redução do uso de agrotóxicos, juntamente com um controle biológico de pragas.
- Recuperar e conservar a cobertura vegetal do Estado do Paraná mediante a implantação de corredores da biodiversidade (ecológicos).
- Fixar no orçamento da União, do Estado e dos Municípios um percentual do valor bruto do agronegócio destinado à implementação de uma agricultura sustentável e gerenciada pelas municipalidades.
- Fortalecer as Associações de Produtores Rurais voltadas à diversificação e agroindustrialização, criando linhas de crédito específicas para a implantação do agronegócio.
- Incluir no currículo a disciplina de agricultura sustentável, juntamente com a Educação Ambiental, visando a uma maior conscientização a respeito destes temas.
- Massificar a capacitação de produtores rurais e compatibilizar as várias linhas existentes, visando à melhoria tecnológica ambiental, econômica e social deste setor.
- Recolher e destruir todo B.H.C, D.D.T. e L.V.C. (estocado nas propriedades agrícolas do Estado do Paraná). Idem as embalagens de agrotóxicos (velhas, vazias ou cheias).
- Elaborar um Programa Estadual de fomento à agricultura orgânica e outras alternativas sustentáveis, visando apoiar a produção e até a sua comercialização.
- Criar mecanismos que descentralizam do Banco do Brasil e disponibilizem microcrédito ao agricultor familiar. Incluir o SICREDI (Sistema de Crédito Cooperativo) ou outros no repasse de recursos dos programas de governo.
- Criar um programa específico de manejo e conservação do solo, águas e de incentivo à produção agrícola na região do Noroeste do Paraná.
- Proibir os produtos transgênicos. O Paraná deve tomar a decisão de manter o mercado de produtos convencionais e orgânicos que já possui. Estudar e divulgar os níveis de resíduos químicos nos subprodutos agrícolas, em especial da soja transgênico (óleo de soja, margarina...).

EIXO TEMÁTICO: AGRICULTURA SUSTENTÁVEL - RESULTADOS DO SEMINÁRIO REALIZADO EM LONDRINA.

Indique as principais necessidades para o Estado do Paraná, dentro do eixo temático em discussão no seu grupo. Priorize as necessidades apontadas.

- Criar Conselhos de Desenvolvimento Rural com a capacitação e qualificação dos membros, considerando o planejamento regional (Bacias Hidrográficas) e as comunidades de Trabalho.
- Incentivar as agroindústrias (associativismo/cooperativismo) com a participação do produtor com adequação da legislação conforme particularidades por produto, respeitando a vocação agrícola regional.
- Redefinir a política agrícola com base na definição dos conselhos de desenvolvimento rural buscando a sustentabilidade da atividade:
 - √ facilidade de acesso ao crédito;
 - √ redimensionamento para pequenos e grandes proprietários;
 - √ planejamento;
 - √ preço mínimo;
 - √ seguro agrícola (independente de financiamentos);
 - √ fortalecimento da assistência técnica e extensão rural.

Criar fundos de aval para a agricultura:

- √ provenientes da comercialização (taxa sobre o comprador do produto primário e final);
 - √ destinados à capacitação de técnicos e produtores, à viabilização da assistência técnica, à recuperação de áreas de preservação permanente, à infra-estrutura local etc;
 - √ de recursos internacionais compensatórios pelo seqüestro de carbono promovido por nossas florestas (Protocolo de Kyoto);
 - √ para educação para produtores rurais e familiares.
- Ampliar/Divulgar o atendimento do Programa Saúde da Família para área rural.
 - Reativar escolas agrícolas.
 - Estabelecer Linhas de crédito para construção de casas e/ou saneamento básico no meio rural.
 - Incentivar a pesquisa regionalizada e aproximada ao setor produtivo com difusão de tecnologia da agricultura sustentável.
 - Capacitar tecnicamente e gerencialmente o produtor rural.
 - Incentivar financeiramente a propriedades com práticas agrícolas conservacionistas (produtos orgânicos, plantio direto etc.).
 - Revisar/aprimorar a legislação trabalhista do meio rural.

EIXO TEMÁTICO: AGRICULTURA SUSTENTÁVEL - RESULTADOS DO SEMINÁRIO REALIZADO EM CURITIBA.

Indique as principais necessidades para o Estado do Paraná, dentro do eixo temático em discussão no seu grupo. Priorize as necessidades apontadas.

- Revisar / alterar a Legislação Agrícola Ambiental existente com vistas às condições locais e do zoneamento agrícola.
- Criar mecanismos de compensação financeira para os agricultores que usem tecnologias ambientalmente corretas. Incentivar parcerias entre Estado e sociedade civil para ações de controle ambiental.
- Definir em legislação específica as responsabilidades dos arrendatários e proprietários em relação aos contratos de arrendamento com vistas a uma agricultura sustentável.
- Apoiar a legalização das propriedades em situação irregular.
- Desenvolver uma educação que incentive o resgate de técnicas que levem em conta valores regionais e culturais.
- Reestruturar e otimizar os Conselhos Municipais existentes criando os de desenvolvimento rural, evitando a proliferação de pequenos conselhos que não se comunicam entre si.
- Implantar auditoria dos recursos aplicados às questões ambientais.
- Reestruturar e fomentar a pesquisa e os serviços de extensão rural.
- Desenvolver Políticas Públicas que incentivem a divulgação, inclusive via internet e aplicação das produções científicas, de acordo com as necessidades da sociedade.
- Incentivar o associativismo estimulando formas de organização social, auxiliando na agregação de valores e comercialização de bens, segundo as bases do agronegócio.
- Capacitar agricultores para uso racional e controlado de agrotóxicos e demais insumos, quando o uso for devidamente indicado.
- Apoiar o não-uso dos agrotóxicos e demais insumos químicos mediante o estímulo (via crédito, pesquisa e assistência técnica) à agricultura orgânica, à biodinâmica e aos demais métodos alternativos de produção.
- Revisar a legislação do trabalhador rural quanto à previdência.
- Responsabilizar as instituições financiadoras sobre os danos ambientais causados por empresas rurais que tenham recebido financiamento.
- Desenvolver políticas, por meio educacional, de agricultura de subsistência a todos os agricultores, independente da produção agrícola, visando à alimentação das famílias de forma sadia e equilibrada em termos nutritivos.
- Revisar rigorosamente as normas dos agrotóxicos envolvendo recomendações técnicas, dosagens e classificações toxicológicas.
- Proibir o uso dos agrotóxicos não liberados em outros países.
- Implantar uma Educação Global para agricultura e meio ambiente:
 - √ Educação ambiental; Educação para o exercício da cidadania.
 - √ Formação de técnicos para difusão de tecnologia na área de agroecologia;
- Melhorar e ampliar os estoques reguladores de produtos por parte do governo federal e estadual.





EIXO TEMÁTICO: CIDADES SUSTENTÁVEIS - RESULTADOS DO SEMINÁRIO REALIZADO EM FOZ DO IGUAÇU.

Indique as principais necessidades para o Estado do Paraná, dentro do eixo temático em discussão no seu grupo. Priorize as necessidades apontadas.

- Tornar obrigatório do Plano Diretor de todas as cidades com vistas à sustentabilidade, independente do número de habitantes, e com acompanhamento e fiscalização por todos os poderes públicos.
- Criar programas de educação ambiental, dentre os quais:
 - √ Criar mecanismos e atrativos, para que o homem opte pela permanência no campo e/ou pequenas cidades;
 - √ Criar cooperativas para aproveitamento de lixo reciclável;
 - √ Criar meios de preservação de rios, vales e espaços ecológicos;
 - √ Criar conselhos comunitários e associação de moradores visando à sustentabilidade do seu meio social.
- Realizar (por parte do Poder Público Municipal) fóruns e debates para avaliação de programas e operacionalização do Plano Diretor.
- Desenvolver programas de habitação social, em conjunto com o desenvolvimento de infra-estrutura básica de saúde, lazer e de educação, com ênfase em Centros de Capacitações e de Oportunidades de Trabalho.
- Tornar obrigatório o respeito à permeabilidade do solo nas áreas urbanas, em leis específicas para cada realidade local.
- Desenvolver estudos, pelo Governo Estadual, para identificação da vocação econômica dos municípios.
- Desenvolver programas governamentais de utilização de lotes urbanos não-edificados, como hortas comunitárias, dando suporte a famílias com baixa renda.
- Descentralizar os programas de atendimentos básicos essenciais, como postos de saúde, segurança e educação, em atendimento às questões de cidadania, que poderão ser viabilizados por meio da instituição do "Dia da cidadania", quando cada Secretaria estadual levaria seus serviços à Prefeitura, em dias predeterminados.

EIXO TEMÁTICO: CIDADES SUSTENTÁVEIS - RESULTADOS DO SEMINÁRIO REALIZADO EM MARINGÁ.

Indique as principais necessidades para o Estado do Paraná, dentro do eixo temático em discussão no seu grupo. Priorize as necessidades apontadas.

- Investir e priorizar a implantação de Programas do Governo Estadual e Federal que desenvolvam ações eficazes em relação à erosão, galeria de águas pluviais, saneamento básico, resíduos sólidos etc.
- Desenvolver ações de debate em fóruns regionais. Exemplo: o turismo, que ao ser divulgado nos municípios, geraria mais empregos, pois a partir dele muitas outras

atividades diferente seriam praticadas, melhorando a qualidade de vida da população. Obs: implantação de projetos na área do turismo educativo e palestras nas escolas com especialistas do segmento turístico.

- Desenvolver ações pedagógicas voltadas para o estudo do meio ambiente com vistas à valorização dos patrimônios naturais e culturais.
- Estabelecer Políticas Públicas na criação de novos pólos de Desenvolvimento Sustentável mediante o planejamento e a participação da comunidade. Tais pólos devem objetivar a formação de um ambiente com qualidade de vida para seus habitantes. Que a população esteja constantemente avaliando e discutindo o desenvolvimento da sua cidade numa ação participativa e cidadã.
- Implementar programas de conscientização para o cumprimento do plano diretor do município para que haja uma estruturação adequada capaz de promover o desenvolvimento integral dos cidadãos.
- Fortalecer o poder Judiciário, em especial o Ministério Público para cumprimentos da legislação em sua totalidade.
- Criar uma política de fomento à tecnologia, com as universidades estaduais e outros institutos de pesquisa estaduais ou federais, principalmente no tocante ao reaproveitamento de resíduos.
- Adotar incentivos ao desenvolvimento da AGENDA 21 municipal, como uma obrigatoriedade, tal qual ocorre com a lei de responsabilidade fiscal.
- Desenvolver a conscientização da população por meio de programas de educação ambiental em nível estadual e municipal, com vistas à prioridade ao saneamento, aos recursos hídricos e à destinação de esgotos etc.
- Exigir do poder público federal, estadual e municipal a implementação de projetos adequados com técnicos devidamente treinados para promover a conscientização.
- Implementar políticas de moradia de interesse social, acessíveis à população, melhorando-lhe a qualidade de vida e renda.
- Priorizar o ensino e saúde pública, com investimentos na área física, na formação e valorização dos profissionais e na imagem das instituições que trabalham na área.
- Promover a promoção humana, por meio de cursos como: artesanato, jardinagem, horta comunitária, dentre outros, segundo as potencialidades regionais para o desenvolvimento sustentável. Outros exemplos são: o apoio ao turismo rural mediante programas de agroindústrias caseiras, feiras de produtor rural, melhoria nas propriedades rurais etc.; a criação de cooperativas de produtos reciclados para a geração de renda e a criação de associações para comercialização de produtos industrializados.
- Dar continuidade ao programa de Vila Rural com adaptações às necessidades de cada município.
- Priorizar as ações municipais nas áreas de preservação e em áreas verdes.
- Viabilizar assessoria técnica para os municípios, para projetos, implantação e gerenciamento de aterro sanitário.
- Reforçar as atuais políticas restritivas a agentes poluidores.

EIXO TEMÁTICO: CIDADES SUSTENTÁVEIS - RESULTADOS DO SEMINÁRIO REALIZADO EM LONDRINA.

Indique as principais necessidades para o Estado do Paraná, dentro do eixo temático em discussão no seu grupo. Priorize as necessidades apontadas.

- Priorizar os planos de ação e gestão de recursos hídricos, coibindo a poluição gerada pelas indústrias e demais usuários da água estabelecendo critérios mais rigorosos no tratamento dos efluentes antes do lançamento nos córregos ou ribeirões.
- Implantar conselhos municipais de meio ambiente nos municípios paranaenses garantindo na composição dos mesmos a real representatividade da comunidade local, visando a um melhor gerenciamento de fundos municipais e de projetos.
- Propor plano de gestão dos resíduos sólidos priorizando a implantação da coleta seletiva mediante consórcios microrregionais para sua viabilização.
- Divulgar a Agenda 21 junto aos diferentes segmentos dos municípios paranaenses.
- Implantar o Licenciamento ambiental municipal atendendo às necessidades de implementação de obras e serviços, fazendo cumprir a lei vigente, bem como a sua revisão e fiscalização, garantindo que os recursos gerados pelas multas de órgãos estaduais sejam revertidos ao município de origem.
- Planejar a cidade quanto à ocupação de espaço físico, aspectos socioeconômicos e culturais, mediante a elaboração e implantação do plano diretor incorporando os instrumentos do estatuto das cidades.
- Exigir relatório de impacto ambiental na solicitação e aprovação de novos loteamentos, bem como a implantação de equipamentos que venham trazer impactos no uso e na ocupação do solo urbano.
- Definir as bacias hidrográficas como unidades de planejamentos e gestão ambiental.
- Estabelecer legislação específica quanto à inibição da poluição visual e sonora integrada com a legislação de uso e ocupação do solo, assim como monitorar de forma mais severa a emissão de gases poluentes gerados por veículos, indústrias, restaurantes, hospitais etc.
- Fazer cumprir o código sanitário ambiental quanto à criação de animais dentro do perímetro urbano, bem como implantação de empresas agro-industriais que possam gerar conflitos no uso e ocupação do solo urbano.
- Priorizar as ações municipais das faixas de preservação permanente e áreas verdes propondo a implantação de parques lineares no fundo de vales, protegendo e recuperando as nascentes.
- Implementar a educação socioambiental para a sociedade em geral, além de criar programas específicos da educação ambiental sensibilizando o poder público e setor privado. Elaboração de uma cartilha para crianças, com linguagem adequada tratando a temática ambiental e Agenda 21.
- Desenvolver ações eficazes em relação ao saneamento básico, bem como a conscientização do uso adequado das redes de drenagem e de esgoto através de programas de governo municipal e estadual, visando cumprir a lei vigente pela adesão para instalação da rede de esgoto por parte dos cidadãos, sendo o mesmo feito pela empresa responsável na forma de tarifa.
- Fortalecer as ONGs no sentido de apoiar as ações governamentais na preservação e recuperação ambiental.
- Fortalecer a implantação dos programas habitacionais de interesse social com a

participação da comunidade por autogestão, assim como ação social de recepção e apoio para com os imigrantes que chegam nas médias e grandes cidades. Quanto aos pequenos municípios gerar oportunidades de trabalho mediante a implantação de indústrias e turismo rural.

- Fortalecer ações quanto aos assentamentos irregulares favorecendo uma ocupação adequada e instituindo programas de geração de renda viabilizando a inclusão social.
- Promover o desenvolvimento sustentável e a apropriação do território por meio de programas que incentivem o turismo e demais atividades no setor primário, secundário e terciário que valorizem as potencialidades locais e regionais.
- Aumentar os investimento com equipamentos, veículos e capacitação de corpo técnico, entidades e profissionais que atuem nos municípios na área ambiental.

EIXO TEMÁTICO: CIDADES SUSTENTÁVEIS - RESULTADOS DO SEMINÁRIO REALIZADO EM CURITIBA.

Indique as principais necessidades para o Estado do Paraná, dentro do eixo temático em discussão no seu grupo. Priorize as necessidades apontadas.

- Educar para o Desenvolvimento Sustentável e para a Democracia, possibilitando maior participação popular e o fortalecimento da cidadania.
- Elaboração de Planos de Desenvolvimento Regional que norteiem os Planos Diretores Municipais, os quais deverão focar limites naturais das bacias hidrográficas e atender à demanda das relações de produção e trabalho no espaço urbano.
- Criação de Conselhos Municipais com autonomia para gestão dos recursos oriundos dos Fundos Municipais de Meio Ambiente.
- Criação de Sistemas de Gestão Integrada para coleta e destinação final de resíduos urbanos decorrentes de atividades antrópicas.
- Elaboração de Política Habitacional com enfoque no atendimento de famílias com renda até 03 salários mínimos, priorizando remoção de ocupações de áreas de risco e a urbanização/regularização fundiária, além de promover fiscalização para evitar implantação de loteamentos clandestinos e ocupações irregulares.
- Buscar a equidade da distribuição de renda.
- Promover o resgate do caráter público dos espaços urbanos, pelo fortalecimento da organização social existente e da redução da desigualdade refletida no espaço urbano.
- Racionalização da atividade legislativa, compatibilizando a legislação federal, estadual e municipal.
- Democratização da informação e criação de programas para acesso e participação popular.
- Racionalizar a utilização e o consumo dos recursos naturais, reduzindo desperdício e buscando fontes alternativas de energia.
- Promoção do Consumo Sustentável mediante a conscientização da população e da "responsabilidade empresarial" na produção e remoção/destinação final de resíduos industriais, com mecanismos de fiscalização pela população.
- Implantação de infra-estrutura de saneamento básico (água, esgoto, drenagem) em ocupações urbanas, com prioridade para as localizadas em área de manancial e/ou fragilidade ambiental.





EIXO TEMÁTICO: CIÊNCIA E TECNOLOGIA. RESULTADOS DO SEMINÁRIO EM FOZ DO IGUAÇU.

Indique as principais necessidades para o Estado do Paraná, dentro do eixo temático em discussão no seu grupo. Priorize as necessidades apontadas.

- Pesquisar alternativas energéticas não poluentes (pesquisa e desenvolvimento).
- Incentivar projetos inovadores que tenham preocupações voltadas para as questões estaduais e regionais ambientalmente sustentáveis.
- Criar centros de pesquisas e áreas experimentais em níveis regionais.
- Incluir a Agenda 21 nas leis orgânicas de cada município.
- Criar redes de informações, por meio das tecnologias da informação e comunicação.
- Incentivar pesquisas que visem à redução de resíduos.
- Formar em nível profissionalizante (pós-médio, tecnológico) em Gestão Ambiental.
- Criar e/ou estruturar os órgãos gestores para implementação de programas socioambientais como pesquisas tecnológicas visando à industrialização agrícola para a agregação de valor principalmente para a agricultura familiar.
- Incluir na dotação orçamentária recursos para pesquisas em ciência e tecnologia.
- Ofertar em todos os níveis uma educação voltada para a formação de pesquisadores.

EIXO TEMÁTICO: CIÊNCIA E TECNOLOGIA - RESULTADOS DO SEMINÁRIO EM MARINGÁ.

Indique as principais necessidades para o Estado do Paraná, dentro do eixo temático em discussão no seu grupo. Priorize as necessidades apontadas.

- Conservar os Recursos Naturais Não Renováveis
 - √ Erosão
 - √ Florestamento sustentável
 - √ Prática mecânica de preparo do solo
 - √ Mecanismo de combate a pragas mais tecnológico
 - √ Fonte de renda social
 - √ Informação sobre as novas tecnologias
 - √ Comunicação acessível
 - √ Ciência e Tecnologia pensando em médio e longo prazo (não ao imediatismo)
- Educação
 - √ Difundir a informação (diversas tecnologias tv/rádio/internet). Repasse à população e não só à elite

- √ Formação técnica / profissional
- √ Pequenos municípios
- √ Ampliar as novas idéias para microempresas (Ciência e Tecnologia)
- √ Cooperativismo (integralização)

- Agricultura
 - √ Novas tecnologias (centro de pesquisas e universidades)
 - √ Tecnologias adaptáveis à realidade brasileira ou terceiro mundista.
 - √ Transformar os elementos primários em produto final (consumidor)
 - √ Transformação genética

- Industrialização
 - √ Agroindústria (manufatura de produtos)-Pequenos Municípios
 - √ Empreendedorismo.
 - √ Empresas de tecnologia (incubadoras tecnológicas).

EIXO TEMÁTICO: CIÊNCIA E TECNOLOGIA - RESULTADOS DO SEMINÁRIO EM LONDRINA

Indique as principais necessidades para o Estado do Paraná, dentro do eixo temático em discussão no seu grupo. Priorize as necessidades apontadas.

- Dar ênfase à educação fundamental (Ciência e Tecnologia).
- Rediscutir o sistema de ensino, formando cidadão.
- Substituir tecnologias comprovadamente degradantes do ambiente e da sociedade por tecnologias ecologicamente corretas.
- Melhor conhecimento/divulgação e maior fiscalização das leis vigentes pelo Estado e pela sociedade, com maior rigor quanto às tecnologias sujas.
- Descentralizar os centros de pesquisa do Estado, capacitando e equipando os centros de pesquisas regionais.
- Democratizar a formação e o conhecimento científico, e maior acessibilidade aos recursos tecnológicos.
- Aumentar o aproveitamento do potencial humano brasileiro e paranaense no desenvolvimento de pesquisas, bem como o aumento de capital destinado ao desenvolvimento tecnológico para as diversas instituições de pesquisa no Estado.
- Viabilizar o acesso a tecnologias limpas colocando-as a serviço do homem e da conservação da natureza, visando atingir um desenvolvimento sustentável.
- Criar incentivos fiscais para a implantação de tecnologias limpas em todo e qualquer processo produtivo e de formação profissional.

- Desenvolver novas formas de reutilização de resíduos industriais, comerciais e residenciais, bem como melhor aproveitar as tecnologias já existentes.
- Incentivar o desenvolvimento de tecnologias alternativas e criar formas de divulgação para a implementação de tecnologias limpas junto à sociedade.

EIXO TEMÁTICO: CIÊNCIA E TECNOLOGIA - RESULTADOS DO SEMINÁRIO EM CURITIBA.

Indique as principais necessidades para o Estado do Paraná, dentro do eixo temático em discussão no seu grupo. Priorize as necessidades apontadas.

- Proporcionar melhorias no campo educacional em ciência e tecnologia buscando:
 - √ Fomentar a construção da consciência cidadã;
 - √ Enfocar a realidade local;
 - √ Capacitar docentes para uso de novas tecnologias;
 - √ Aprimorar os atuais e criar novos centros de ciência;
 - √ Proporcionar condições ao acesso gratuito à Internet.
- Intensificar investimentos na área da pesquisa científica e tecnológica objetivando:
 - √ Desenvolver alternativas para a produção de energia limpa e sustentável;
 - √ Estimular melhorias em tecnologias renováveis;
 - √ Realizar inventários integrados de estoques e perdas de recursos naturais;
 - √ Estabelecer parcerias entre universidades, institutos de pesquisa e demais instituições da sociedade.
- Incentivar práticas alternativas de agricultura, agroecologia, permacultura, farmacologia, ecoconstrução, dentre outras, associadas à redução no consumo de materiais não degradáveis.
- Capacitar tecnicamente os órgãos de gestão em todos os setores e níveis de atuação governamental.
- Incentivar a produção científica e tecnológica na racionalização e gerenciamento do uso da água.
- Democratizar a informação científica e técnica por meio:
 - √ Do livre acesso à produção científica e tecnológica;
 - √ Da inclusão digital;
 - √ Da radiodifusão e teledifusão comunitárias.
- Desenvolver um planejamento urbano e rural mais integrado – preocupação com o “sustentável”, mediante a:
 - √ Avaliação de indicadores de responsabilidade e qualidade de programas;
 - √ Interação do setor produtivo com: comunidade, educação e demais setores institucionais.







EIXO TEMÁTICO: GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS – RESULTADOS DO SEMINÁRIO EM FOZ DO IGUAÇU.

Indique as principais necessidades para o Estado do Paraná, dentro do eixo temático em discussão no seu grupo. Priorize as necessidades apontadas.

- Conservar, recuperar e monitorar os ecossistemas, garantindo a conexão entre remanescentes.
- Desenvolver e disponibilizar tecnologias sustentáveis tanto para (conservação e adequação do solo, incentivos, zoneamento agrícola e capacitação) principalmente aos pequenos e médios produtores rurais.
- Minimizar a geração, destinação e tratamento adequados de resíduos sólidos e líquidos e de emissões gasosas.
- Incluir a Educação ambiental em todos níveis escolares estendidas às comunidades e divulgação ampla dos planos e políticas ambientais.
- Garantir inserção nos orçamentos para a implementação de ações ambientais.
- Incentivar e realizar planejamento físico-territorial dos Municípios, dando entre ênfase à conservação e recuperação de mananciais de abastecimento superficiais e subterrâneos.
- Incentivar a utilização de fontes alternativas de geração de energia.
- Investir na capacitação de RH para implantação e implementação de planos e políticas ambientais.
- Garantir a aplicação de recursos financeiros destinados à pesquisa em recursos naturais.
- Garantir e ampliar o controle da utilização dos recursos naturais, principalmente minerais e promover a recuperação de áreas degradadas.

EIXO TEMÁTICO: GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS – RESULTADOS DO SEMINÁRIO EM MARINGÁ

Indique as principais necessidades para o Estado do Paraná, dentro do eixo temático em discussão no seu grupo. Priorize as necessidades apontadas.

- Implantar programa de conscientização e educação ambiental amplo e informação técnico-científica, envolvendo todos os segmentos da sociedade civil organizada.
- Estimular a gestão integrada dos recursos naturais, incrementando e consolidando os comitês de bacias hidrográficas.
- Aplicar as leis ambientais e integração entre os órgãos fiscalizadores, bem como capacitação de recursos humanos.
- Manter as áreas existentes de conservação, criação de novas áreas e criação de corredores ecológicos interligando as mesmas.
- Regular e transparência na aplicação dos recursos advindos do ICMS ecológico para que seja investido prioritariamente em ações voltadas ao meio ambiente.
- Fazer uma adequação científica para criação, introdução e controle de espécies exóticas.

- Formar grupo de estudos técnico-científicos para avaliar e acompanhar os OGMS (Organismos geneticamente modificados).
- Supressão da poluição do ar, principalmente a sonora e a proveniente de queimadas de resíduos e combustíveis urbanos e rurais, odores industriais e aplicação de agrotóxicos.
- Estudar os focos epizoóticos potenciais, envolvendo as espécies hospedeiras e os agentes etiológicos.
- Avaliar qualitativa e quantitativamente os recursos naturais hídricos, edáficos, atmosféricos e da biodiversidade.

EIXO TEMÁTICO: GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS – RESULTADOS DO SEMINÁRIO EM LONDRINA.

Indique as principais necessidades para o Estado do Paraná, dentro do eixo temático em discussão no seu grupo. Priorize as necessidades apontadas.

- Divulgar as leis referentes às questões ambientais e incentivo da área governamental no cumprimento das mesmas.
- Necessidade do cumprimento da legislação na área ambiental e incentivo financeiro ao proprietário que mantiver sua reserva legal e preservação permanente (exemplo: redução de impostos).
- Recuperar a mata nativa e corredor da biodiversidade.
- Capacitar as pessoas (agentes ambientais comunitários ou técnicos) para preservação de mananciais e rios.
- Implantar Programas de conscientização da utilização dos recursos hídricos (tanto urbano quanto rural).
- Revitalizar os fundos de vale e encostas. Que o Estado em parceria com a comunidade afim, Ministério Público e prefeitura construa um projeto para resolução de questões relacionadas à população ribeirinha principalmente dos fundos de vale sempre observando os aspectos sociais, econômicos, de saúde e de segurança.
- Projetos de reciclagem associados à comercialização.
- Incentivar o desenvolvimento de projetos que dêem direção e/ou encaminhamento correto para todos os tipos de lixo inclusive considerando a diferenciação nas cores de embalagens para disposição dos resíduos.

SOLOS

- Conservar e manejar adequadamente o solo e diversificação de culturas.

GERAL

- Criar um programa estadual dos recursos naturais por meio da educação ambiental nas Escolas.
- Capacitar o profissional da educação e inserção do conteúdo na grade curricular (Educação formal).
- Envolver a sociedade, mediante parcerias públicas e privada para proteção dos recursos naturais (Educação informal).

EIXO TEMÁTICO: GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS – RESULTADOS DO SEMINÁRIO EM CURITIBA.

Indique as principais necessidades para o Estado do Paraná, dentro do eixo temático em discussão no seu grupo. Priorize as necessidades apontadas.

- Instalar Comitês e subcomitês da reserva da biosfera da Mata Atlântica e dos comitês e subcomitês das bacias hidrográficas e instalação dos conselhos municipais do meio ambiente e das secretarias do meio ambiente em todos os municípios do Paraná.
- Incentivar estudos que busquem a utilização de recursos renováveis, bem como a racionalidade no uso de recursos não renováveis mediante a realização de pesquisa, mapeamento e implantação de banco de dados.
- Criar Políticas Educacionais que capacitem professores e agentes multiplicadores para educação ambiental, com implementação de programas e socialização de informações.
- Integrar os três níveis governamentais (União, Estado e Municípios), a sociedade civil organizada e organizações não governamentais, para fomentar a sensibilização e capacitação dos envolvidos nas ações de gestão dos recursos naturais considerando a realidade local.
- Garantir a biodiversidade mediante a ampliação das áreas protegidas (Unidades de Conservação), com a elaboração e implantação de planos gestores das unidades novas e as já existentes.
- Implementar alternativas para o uso e ocupação do solo com o incentivo à agricultura orgânica e biodinâmica.
- Recuperar e reconhecimento de sistemas, como o SISTEMA FAXINAL, como formas de proteção de biomas, e a manutenção do agricultor no campo, podendo servir como modelo sustentável, criando legislação específica e políticas públicas.
- Aplicar tecnologias “limpas” que conciliem a conservação e o desenvolvimento.
- Incrementar o Saneamento Básico contemplando tecnologias alternativas.
- Disponibilizar alternativas de sobrevivência visando ao desenvolvimento sustentável para as populações locais.







EIXO TEMÁTICO: INFRA-ESTRUTURA E INTEGRAÇÃO REGIONAL – RESULTADOS DO SEMINÁRIO EM FOZ DO IGUAÇU.

Indique as principais necessidades para o Estado do Paraná, dentro do eixo temático em discussão no seu grupo. Priorize as necessidades apontadas.

TRANSPORTES

- Implementar a Ferroeste
- Implantar o Ramal que liga Ferroeste ao lago de Itaipu e Guairá.
- Implementar um sistema para atendimento do Estado (Ferroviário).
- Implementar a hidrovia nos rios Ivaí, Piquiri e Paraná.
- Incentivar uso do Sistema hidroviário de Foz-Guairá.
- Recuperar a malha rodoviária do Paraná, inclusive as municipais.
- Colocar calçamento poliédrico nas estradas rurais.
- Reduzir as tarifas (pedágio).
- Melhorar os transportes coletivos (intermunicipais e urbanos), com ênfase na redução da poluição do ar.
- Revisar os contratos das concessionárias (rodovias alternativas).
- Quebrar o monopólio das empresas de transporte coletivo.
- Instalar tecnologia de ponta para os aeroportos internacionais do Paraná.
- Implantar o aeroporto Regional do Oeste.
- Estender as concessões para novas empresas (aeroportos).

SANEAMENTO

- Retornar à condição de uma empresa 100% estatal.
- Implantar sistemas para saneamento (normais e até alternativos) em todo o território paranaense, onde não for possível a implementação do tradicional.
- Enviar as embalagens de agrotóxicos novamente para as indústrias que os produziram (sem a tríplice lavagem).
- Criar Programa de sensibilização estadual para a Coleta Seletiva, em todas as cidades, facilitando assim o trabalho dos catadores de lixo.
- Buscar parcerias entre municípios na construção de aterros sanitários e reaproveitamento do lixo orgânico (compostagem, biodigestor etc.).
- Investir em saneamento rural (coleta de lixo tóxico, reaproveitamento, água usada, mata ciliar, proteção de mananciais).
- Certificar as cidades (ISO, selo, ambiental-prêmios) fiscalização a cargo da prefeitura; SGA municipais.
- Criar um programa de mobilização popular (conscientização em educação ambiental).
- Criar compensação financeira para os proprietários que fazem reflorestamento e a proteção dos mananciais.
- Incentivar financeiramente projetos de tratamentos de dejetos animais.
- Incentivar a perfuração de poços artesianos.
- Rever as questões de saneamento básico para todos.

- Coleta e destino adequado de todo o lixo produzido.
- Realizar e diagnosticar o Meio Ambiente e a viabilidade de drenagens de áreas.

ENERGIA

- Melhorar a distribuição e fiscalização dos royalties entre os municípios.
- Implantar energia eólica e solar, com estudo e planejamento nos locais de implantação.
- Financiar e incentivar as empresas a utilizarem fontes alternativas de energia.
- Utilizar o álcool como combustível, por ser viável e renovável.
- Utilizar o gás natural.
- Incentivar o uso de fontes alternativas de energias.
- Implantar biodigestores.
- Incentivar para a implantação de pequenas usinas (PCHs) .

TELECOMUNICAÇÕES

- Rever as concessões dos meios de comunicação.
- Maior fiscalização nas emissoras de imagens (Empresas de TV).
- Incentivar as rádios comunitárias.
- Incrementar o uso da internet através de fibras óticas.
- Financiar e popularizar os microcomputadores.
- Melhorar o sistema de comunicação Voz – celular.
- Melhorar e popularizar o sistema de telefonia rural.
- Aumentar o número de concessões de emissoras de rádio.
- Implementar programas com qualidade de educação, de cunho social, econômico, ambiental e de informática.
- Veicular programas educativos em horário nobre em rede aberta .

EIXO TEMÁTICO: INFRA-ESTRUTURA E INTEGRAÇÃO REGIONAL – RESULTADOS DO SEMINÁRIO EM MARINGÁ.

Indique as principais necessidades para o Estado do Paraná, dentro do eixo temático em discussão no seu grupo. Priorize as necessidades apontadas.

TRANSPORTE:

- Otimizar o sistema ferroviário atual, tanto para transporte de cargas quanto de passageiros.
- Implantar Portos Secos, com extensão as ferrovias - Multimodal.
- Revisar o sistema de concessão das rodovias; redução dos valores de pedágio e término de rodovias inacabadas, exemplo: Boiadeira, Campo Mourão/Guaíra.
- Desenvolver formas alternativas de transporte, envolvendo todos os segmentos, com ênfase no uso de combustíveis menos poluente.

SANEAMENTO:

- Suprir a necessidade de proteção das águas. Desenvolver e melhorar o tratamento de esgoto, criando e viabilizando sistemas para o tratamento de dejetos da rede coletora de águas pluviais.
- Conscientizar sobre a importância do saneamento básico para a saúde da população, incluindo a área rural, e a importância no uso racional da água.
- Revisar a política tarifária da água e do esgoto levando em consideração as características do município/região.
- Otimizar os projetos voltados ao saneamento rural.
- Integrar e fiscalizar nas esferas estadual e municipal e ampliação da infra-estrutura física e humana para a aplicação da legislação e controle ambiental.
- Aplicar a gestão integrada de resíduos sólidos.

ENERGIA:

- Revisar a atual política de tributação da energia elétrica.
- Estimular e priorizar o uso de fontes alternativas na obtenção de energia: eólicas e solar.

TELECOMUNICAÇÕES:

- Melhorar e ampliar o sistema de telefonia fixa, móvel e Internet.
- Utilizar telecomunicação como um difusor de informações e cultura, a desenvolver a educação ambiental e mudança e no hábito de consumo.

EIXO TEMÁTICO: INFRA-ESTRUTURA E INTEGRAÇÃO REGIONAL – RESULTADOS DO SEMINÁRIO EM LONDRINA.

Indique as principais necessidades para o Estado do Paraná, dentro do eixo temático em discussão no seu grupo. Priorize as necessidades apontadas.

ENERGIA ELÉTRICA

- Revisar o atendimento com energia elétrica das cidades de Jacarezinho e Ribeirão Claro, que terão suas terras alagadas para a construção de uma barragem da nova hidrelétrica da Cesp, inclusive pela questão de royalties. As referidas cidades são atendidas pela Cia. Luz e Força Santa Cruz.
- Viabilizar o aproveitamento de energias alternativas. Exemplo: solar, eólica e biogás, produzido no tratamento do esgoto.

INTEGRAÇÃO REGIONAL

- Consolidar os Comitês Gestores de Bacias Hidrográficas (recuperação dos recursos hídricos).
- Integrar os órgãos governamentais em prol do desenvolvimento econômico. Não ampliação indiscriminada dos perímetros urbanos impedindo a distância entre

- comunidades, para não onerar a infra-estrutura e a interface.
- Criar comitês regionais para discussão de problemas comuns, com a proposição de soluções, a fim de pleitear ações de melhoria junto à iniciativa privada e governamental.

MALHA VIÁRIA

- Ampliar, recuperar e melhorar as rodovias além do Anel de Integração.
- Revisar os valores e as concessões de pedágios.
- Ampliar os transportes ferroviários para cargas e passageiros.
- Ampliar e modernizar o aeroporto de Londrina, na sua capacidade de atendimento, e viabilizar o tráfego internacional.

REUTILIZAÇÃO DE INSUMOS E DESTINO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

- Reutilizar insumos de estações de tratamentos de esgoto, por exemplo, devem ser estudados pelos órgãos de pesquisa e reaproveitados pelas comunidades (como adubos orgânicos).
- Propor solução socioambiental para aterros sanitários com atendimento para todo Estado.
- Implantar a Educação Ambiental para diminuir a geração de lixo, priorizando a visão ecológica da reutilização.
- Implementar projetos de Coleta Seletiva melhor dimensionados, estimulando o desenvolvimento de uma cultura pro separação, organizando catadores em parceria com empresários da indústria de reciclagem, tornando o produto comercialmente viável.
- Implementar a educação ambiental para a conscientização dos problemas gerados pelo lixo lançado de maneira indiscriminada.

SANEAMENTO BÁSICO

- Ampliar a rede coletora de esgoto no Estado.
- Implantar e adequar os projetos de saneamento rural existente.

TELECOMUNICAÇÕES

- Elaborar um estudo para o controle da instalação de antenas de telecomunicações, em função da saúde da população periférica (radiação).
- Proporcionar acesso à internet via satélite para zona rural.

EIXO TEMÁTICO: INFRA-ESTRUTURA E INTEGRAÇÃO REGIONAL – RESULTADOS DO SEMINÁRIO EM CURITIBA.

Indique as principais necessidades para o Estado do Paraná, dentro do eixo temático em discussão no seu grupo. Priorize as necessidades apontadas.

ENERGIA

- Estimular o uso da tecnologia de conservação de energia e redução da intensidade de energética e proporcionar subsídios a exemplo de captação de energia solar.

INTEGRAÇÃO REGIONAL

- Utilizar o anel de integração como potencializador das vocações regionais, visando promover o desenvolvimento local com divulgações nas rodovias do potencial turístico das cidades (ex. Prudentópolis).
- Incentivar programas de pesquisa e desenvolvimento em transportes, energia e telecomunicações para promoção da eficácia da infra-estrutura.
- Programas de educação ambiental (Crianças em oficinas ambientais)
- Desenvolver projetos educativo-sociais aliados ao trabalho de melhoria da infra-estrutura local.

TRANSPORTE:

- Implantar coleta de lixo reciclado/levar indústria de reciclagem em todos os municípios com consórcios e resolver ecologicamente os demais resíduos (compostagem).
- Modernizar o transporte ferroviário como facilitador para transporte de produção. Investimento em novas vias.
- Desenvolver e fomentar a intermodalidade

TELECOMUNICAÇÕES:

- Colocar satélites regionais para atender ao Paraná.
- Treinar e capacitar os municípios para que as ações sejam efetivadas.
- Buscar mecanismos para implantar empresas visando à oferta de empregos.
- Criar um instrumento legal que garanta a continuidade das políticas urbanas de infra-estrutura e outros definidos por um consenso da sociedade e Estado, como, por exemplo, um plano diretor de desenvolvimento urbano ou a própria Agenda 21, de forma que a mudança de governo não signifique a perda do trabalho realizado no governo anterior.
- Definir as competências de infra-estrutura entre os níveis de governos.
- Investir no turismo ecológico rural, ecoturismo.
- Dar prioridades às políticas e às ações que visam agilizar /facilitar o acesso à terra e à regularização fundiária e que sejam potencializadoras das políticas e dos programas habitacionais, a serem implantados nas três esferas de governo com a finalidade de reduzir o déficit habitacional, concentrados nos segmentos populacionais de menor renda.
- Estabelecer a vinculação das políticas fundiária e habitacional nas esferas de governo.
- Criar uma compensação do tipo ICMS Ecológico para cidades com seus recursos naturais, ar e água degradadas por indústrias e portos.







EIXO TEMÁTICO: REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS – RESULTADOS DO SEMINÁRIO REALIZADO EM FOZ DO IGUAÇU.

Indique as principais necessidades para o Estado do Paraná, dentro do eixo temático em discussão no seu grupo. Priorize as necessidades apontadas.

- Criar instituições e associações, cooperativas, onde a comunidade receberá capacitação profissional gratuita em diversas áreas, para ingressar no mercado de trabalho, visando ao fortalecimento da economia local, da mão-de-obra familiar e do trabalhador informal.
- Aumentar a participação de associações civis organizadas para incrementar programas de inclusão social (de grupos como indígenas, brasiguaios, portadores de necessidades especiais, idosos e outros), garantindo assim condições de trabalho e saúde ao cidadão.
- Promover Fórum de discussão sobre Desenvolvimento Sustentável dos Assentamentos Humanos que beneficiam os grupos vulneráveis.
- Criar projetos de ações para divulgação e implementação da Agenda 21 nos municípios do Paraná, garantindo uma maior participação dos diversos grupos sociais (mulheres, crianças, adolescentes, idosos e grupos étnicos).
- Aumentar o investimento na saúde preventiva, vigilância epidemiológica e planejamento familiar mediante campanhas de esclarecimento e conscientização permanentes.
- Criar projetos de estímulo à cultura, à valorização do potencial artístico, esportivo e intelectual da comunidade, como fonte de geração de ocupação e renda.
- Incentivar programas habitacionais de interesse social, mediante a criação de associações comunitárias, grupos voluntários e mutirões, para construção de moradias para população dos grupos vulneráveis.
- Garantir ao cidadão o acesso, a permanência e excelência no aproveitamento em todas as etapas do ensino formal, para o pleno exercício de sua cidadania.
- Valorizar o profissional da educação mediante qualificação, capacitação permanente e remuneração compatível.
- Divulgar os programas e benefícios existentes que compreendam ações de combate à pobreza.

EIXO TEMÁTICO: REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS – RESULTADOS DO SEMINÁRIO REALIZADO EM MARINGÁ .

Indique as principais necessidades para o Estado do Paraná, dentro do eixo temático em discussão no seu grupo. Priorize as necessidades apontadas.

- Qualificar o profissional com encaminhamento profissional para o mercado de trabalho.
- Incentivar parcerias.
- Melhorar a qualidade de atendimento.
- Investir em estrutura, recursos materiais e humanos para o desenvolvimento dos programas.

- Aumentar o número de profissionais qualificados e capacitar as pessoas para ingressar no mercado de trabalho ou retornar ao mesmo.
- Qualificar a mão-de-obra. Tem muita mão de obra, uma fatia de trabalho, emprego, mas falta qualificação.
- Diminuir a evasão escolar (é uma conseqüência da situação socioeconômica).
- Oferecer educação pública e gratuita por meio do mantenedor e dando suporte com qualidade em recursos humanos e matérias.
- Construir centros esportivos culturais.
- Acabar com a violência.
- Acabar com a prostituição infantil.
- Criar Programas de Saúde.
- Ampliar o número de profissionais, redes hospitalares e postos de saúde com equipamentos eficientes.
- Contratar médicos que freqüentem as residências de pessoas de baixa renda.
- Oferecer orientação de profissionais como psicólogos, fonoaudiólogos e outros profissionais para as crianças que não têm acesso a esse tipo de atendimento e que freqüentem creches e centros sociais.
- Investir em clínicas de recuperação para menores dependentes químicos.
- Criar grupos de apoio aos drogados.
- Implantar Programa de assistência familiar com profissionais especializados (psicólogos, assistentes sociais, psicopedagogo).
- Implantar Programa de prevenção de doenças.
- Aumentar o número de profissionais da área da saúde para atender às necessidades.
- Qualificar os profissionais já existentes.
- Criar centros sociais, esportivos e culturais para as crianças e adolescentes com projetos diversos.
- Conscientizar e sensibilizar a população quanto ao meio ambiente e à proteção do mesmo.
- Investir no microempresário capacitando-o para o gerenciamento.
- Reduzir os tributos fiscais e incentivar a microempresa.
- Regulamentar destinação dos resíduos sólidos.
- Realizar a reforma agrária.
- Fortalecer agricultura familiar
- Incentivar a geração de renda.
- Disponibilizar atendimento de saúde, educação básica e de qualificação profissional às Vilas Rurais.
- Criar programas de moradias (incluindo principalmente as comunidades indígenas).
- Regulamentar e fiscalizar o Saneamento básico para que não ocorra o despejo de esgotos nos rios ou outros lugares inadequados.
- Regulamentar a destinação dos resíduos sólidos.
- Melhorar a distribuição da renda municipal e a transparência a comunidade.
- Ampliar e criar projetos de limpeza pública
- Criar conselhos municipais ativos com a participação da comunidade.
- Dar acesso às comunidades a todas as verbas enviadas para as realizações dos projetos, ou seja, prestação de contas.
- Utilizar os recursos fiscais de forma transparente e democrática.

EIXO TEMÁTICO: REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS – RESULTADOS DO SEMINÁRIO REALIZADO EM LONDRINA.

Indique as principais necessidades para o Estado do Paraná, dentro do eixo temático em discussão no seu grupo. Priorize as necessidades apontadas.

- Interromper o subsídio de empresas internacionais e subsidiar nossa pequena e média indústria e agricultura.
- Incentivar o primeiro emprego ao jovem, com redução de impostos à empresa que o fizer.
- Incentivar a implantação de programas de geração de renda utilizando os recursos naturais da região.
- Incentivar a implantação de programas de retorno do “homem ao campo”, respeitando as aptidões e vocações das famílias e organização da sociedade por segmentos “associações”.
- Implantar Programas, financiamentos e incentivos para a agroindústria de microempresas.
- Desenvolver o turismo regional.
- Estender a assistência técnica para a produção rural (estagiário de agronomia e veterinária).
- Revisar a legislação tributária, visando a uma distribuição justa da arrecadação per capita ao município.
- Combater a pobreza com reforma tributária e criação no âmbito municipal de um fundo especial, visando à implantação da Agenda 21 local, de projetos e orçamento participativo e a criação de um imposto único.
- Acabar com o clientelismo entre as ações governamentais e a sociedade civil.
- Incentivar a Saúde preventiva e educacional (universitários e estagiários).
- Ampliar a infra-estrutura sanitária: tratamento de esgotos.
- Regularizar a situação de aterros sanitários (lixos).
- Ampliar os serviços de água tratada
- Melhorar os equipamentos hospitalares nas cidades de pequeno porte e manutenção dos existentes.
- Criar universidades nos centros administrativos do Paraná.
- Garantir educação com qualidade para toda população,
- em todos os níveis sociais, e abolir o exame vestibular, substituir por um processo de avaliação ao longo do ensino médio.
- Colocar as universidades à disposição da população para formar uma nova linha pedagógica.
- Incentivar programas educacionais adequados às realidades locais.
- Implantar educação infantil e fundamental com período integral – educação básica do currículo em 4 horas integral e 4 horas com ações sócio educativas.
- Adotar o serviço voluntário no ensino superior porque os estudantes das universidades públicas prestem dois anos de estágio junto às comunidades carentes.
- Descentralizar a escola nas cidades.
- Fortalecer o SUS, as ações de atenção à saúde do trabalhador.

- E dentro do Conselho Municipal da Saúde ter um representante de vários segmentos da sociedade.
- Incentivar o controle da natalidade.
- Criar mecanismos de incorporação da pessoa portadora de deficiência nas diferentes ações de desenvolvimento sustentável e cidadania.
- Proteger e promover a saúde por meio de saneamento básico / com uma maior participação do governo nos programas básicos de saúde / humanizar o atendimento dos servidores da saúde / garantir atendimento a todo cidadão.
- Descentralizar e democratizar os serviços oferecidos pelo governo aos municípios do Estado.
- Fortalecer os grupos de 3ª idade com infra-estrutura, lazer e priorizar atendimento na área de saúde, garantir o atendimento por completo.
- Implantar programas de reintegração do presidiário à sociedade, com acompanhamento psicológico.
- Investir na infra-estrutura das reservas indígenas, das ocupações e dos assentamentos.
- Promover uma reforma agrária, integrada com políticas agrícolas ambientalmente sustentáveis.
- Disponibilizar créditos compatíveis à realidade do Brasil.
- Promover a participação da comunidade nos orçamentos municipais.
- Criar e dar oportunidade do bom funcionamento nos Conselhos Municipais, envolvendo a população.

EIXO TEMÁTICO: REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES RESULTADOS DO SEMINÁRIO REALIZADO EM CURITIBA.

Indique as principais necessidades para o Estado do Paraná, dentro do eixo temático em discussão no seu grupo. Priorize as necessidades apontadas.

- Incentivar programas de qualificação profissional, geração de emprego e renda respeitando as potencialidades e vocações regionais, por meio da desburocratização do crédito, primando pelo caráter associativista/cooperativista e o desenvolvimento do turismo sustentável.
- Promover a erradicação do analfabetismo e do trabalho infantil mediante programas que facilitem o acesso, a manutenção e o monitoramento da qualidade da educação.
- Incluir a educação ambiental na grade curricular.
- Garantir a Agenda 21 local nos municípios por meio de um fundo especial de financiamento. Incentivar ações de multiplicação/difusão das iniciativas da Agenda 21.
- Propor o desenvolvimento sustentável das comunidades mediante o fortalecimento dos conselhos comunitários. Descentralização das decisões locais, permitindo uma co-gestão entre estado, município e comunidade – em que o indivíduo também assuma suas responsabilidades sociais.
- Assumir suas responsabilidades (Estado) na execução das políticas públicas, com controle social e implementação do orçamento participativo em todos os níveis de gestão.
- Incentivar a valorização humana, a conscientização da cidadania a partir da criação de espaços democráticos na própria localidade.

- Capacitar agentes sócio ambientais multiplicadores de métodos de conservação e qualidade ambiental.
- Apoiar os Programas de reestruturação familiar (combate ao alcoolismo, a drogadição etc.).
- Criar e implantar um modelo de saneamento básico adequado aos critérios sócio ambientais.
- Incentivar a responsabilidade social do setor privado no apoio a programas de desenvolvimento sustentável.







CONCLUSÃO

EIXO TEMÁTICO: AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

- √ Necessidades Priorizadas nas Regiões
- √ Necessidades Priorizadas Específicas às Regiões
- √ Outras necessidades apontadas

NECESSIDADES PRIORIZADAS NAS REGIÕES (Comuns para o Estado) – Estes foram os temas citados em mais de um seminário.

- Facilitar o acesso ao crédito para pequenos produtores e associações destes, criando a modalidade em base de troca (índice preço produto), para atividades voltadas à diversificação, agroindustrialização, agronegócio, produtos estratégicos (nichos de mercado como agricultura orgânica), reforma e construção de moradias e saneamento básico no meio rural. Revisar, ainda, os critérios de enquadramento dos pequenos produtores no acesso ao crédito rural e apoio financeiro dos programas de governo, contemplando-os com juros e prazos diferenciados. Instituir seguro agrícola, independente do crédito, que garanta o total da produção estimada.
- Maximizar a capacitação e profissionalização dos agricultores, compatibilizando as várias linhas existentes, para o mais adequado gerenciamento das unidades produtivas visando à melhoria tecnológica ambiental (uso racional e controlado de agrotóxicos e demais insumos), econômica e social destas incentivando o resgate das que levem em conta valores regionais e culturais. Incentivar, mediante o processo de capacitação, o desenvolvimento de pesquisa junto aos agricultores, transformando-os em multiplicadores.
- Formular uma política agrícola comprometida com o desenvolvimento das pequenas propriedades, de comum acordo com os Conselhos de Desenvolvimento Municipais, garantindo uma renda mínima, preço mínimo, assistência técnica pública estatal (inclusive reestruturando e ampliando seu quadro profissional) e/ou em parceria com os municípios, gratuita e isenta ao pequeno produtor;
- Incentivo ao Associativismo e outras formas de organização, visando à participação dos agricultores no gerenciamento de políticas públicas e na viabilização de empreendimentos de renda (diversificação, comercialização e agroindustrialização).
- Criar mecanismos de compensação financeira para que ocorra a indenização e/ou estímulo aos produtores com parcelas a reflorestar, que inviabilizem áreas férteis e produtivas e proceder às mudanças já discutidas no código florestal, visando à recuperação e conservação da cobertura vegetal do Estado. Privilegiar áreas prioritárias na aplicação dos mecanismos que viabilizem a implantação de corredores da biodiversidade.
- Incluir no currículo escolar para o meio rural disciplinas escolares que tratem de agricultura sustentável, meio ambiente, agroecologia e educação ambiental, e para o exercício da cidadania, visando a uma maior conscientização a respeito desses temas. Preparar profissionais de educação, que atuem no meio rural, para transmitirem estes conhecimentos.

- Incentivar, reestruturar e fortalecer a pesquisa agrícola regionalizando-a, aproximando-a do setor produtivo, voltada e adequada ao fomento de tecnologias para uma agricultura sustentável, visando à melhoria da produtividade, redução do uso de agrotóxicos com o manejo e controle biológico de pragas.
- Providenciar o recolhimento e destruição de todos produtos a base de B.H.C, D.D.T. e L.V.C. (estocado nas propriedades agrícolas do Estado) e das embalagens de agrotóxicos (velhas, vazias ou cheias).Revisar, ainda, a legislação de agrotóxicos envolvendo recomendações técnicas, dosagens, classificação toxicológica e proibição de uso de agrotóxicos não liberados em outros países. Estudar e divulgar os níveis de resíduos químicos nos produtos e subprodutos agrícolas (óleo de soja, margarina etc.). Incentivar o não uso de agrotóxicos e demais insumos via crédito, assistência técnica e pesquisa.
- Suprimir o uso de transgênicos no Paraná até que se tenham informações científicas claras e precisas sob os aspectos ambientais e de saúde que envolvem estes insumos.
- Criação e/ou reestruturação de Conselhos de Desenvolvimento Rural municipais e/ou regionais promovendo a qualificação e capacitação dos seus membros, evitando a proliferação de pequenos Conselhos que não se comunicam entre si, considerando o planejamento municipal e regional em bacias hidrográficas.
- Revisão e/ou aprimoramento da legislação trabalhista e de previdência para o meio rural.

NECESSIDADES PRIORIZADAS ESPECÍFICAS – estes foram os temas citados em apenas um seminário.

- Taxação de produtos importados que venham a concorrer com produtos similares produzidos pela agricultura familiar (Foz de Iguaçu).
- Equidade na aplicação da legislação ambiental, por parte do Governo (IAP), junto às várias categorias de produtores e atuar como órgão orientador (Foz do Iguaçu).
- Criar política de comercialização de produtos diferenciados visando apoiar e viabilizar a reconversão e diversificação das unidades produtivas (Foz do Iguaçu).
- Fixar no orçamento da União, do Estado e dos Municípios um percentual do valor bruto do agronegócio destinado à implementação de uma agricultura sustentável e gerenciada pelos municípios (Maringá).
- Criar mecanismos que descentralizem do Banco do Brasil o crédito agrícola e disponibilizem microcrédito ao agricultor familiar. Incluir o SECREDI e/ou outros no repasse de recursos financeiros dos Programas Governamentais (Maringá).
- Criar Programa específico para a região Noroeste do Paraná de incentivo à produção agrícola contemplando o manejo e conservação do solo e água (Maringá).
- Desenvolver um programa de fomento à agricultura orgânica e outras alternativas sustentáveis (Maringá).
- Adequação da legislação para implantação de agroindústrias conforme particularidades por produto (Londrina).
- Criação de fundos para a agricultura provenientes da comercialização (taxa sobre o comprador do produto primário e/ou final) e da busca de recursos internacionais compensatórios pelo seqüestro de carbono promovido por nossas florestas e/ou manejo das culturas destinado à capacitação de técnicos e produtores, viabilização da assistência técnica, recuperação de áreas de preservação permanente e educação dos produtores rurais e suas famílias (Londrina).
- Reativar as escolas agrícolas (Londrina).

- Ampliar e divulgar o Programa Saúde da Família para a área rural (Londrina).
- Criar mecanismos de compensação financeira para os agricultores que usem tecnologias ambientalmente corretas (Curitiba).
- Incentivar parcerias entre Estado e sociedade civil para implementação de ações de controle ambiental (Curitiba).
- Definir em legislação específica as responsabilidades dos arrendatários e proprietários em relação aos contratos de arrendamento com vistas a uma agricultura sustentável (Curitiba).
- Criar mecanismos de apoio à legalização de propriedades agrícolas (Curitiba).
- Auditar os recursos aplicados em questões ambientais (Curitiba).
- Responsabilizar as instituições financeiras sobre os danos ambientais causados por empresas rurais que tenham recebido crédito agrícola (Curitiba).
- Ampliar os estoques reguladores de produtos agrícolas por parte do governo federal e estadual (Curitiba).
- Desenvolver políticas, por meio educacional, de agricultura de subsistência a todos os agricultores, independente da produção agrícola, visando à alimentação das famílias de forma sadia e equilibrada em termos nutritivos (Curitiba).

OUTRAS NECESSIDADES APONTADAS

- Proceder reforma tributária – tributar no consumo e não na produção (Londrina).
- Incentivar o reflorestamento energético em áreas degradadas (Londrina).
- Incentivar a criação e/ou o fortalecimento de Organizações de Produtores (associações, cooperativas, conselhos municipais...) – (Londrina).
- Priorizar atendimento ao manejo e à conservação do solo e água pelo Programa PR 12 meses (Londrina).
- Aproveitamento de resíduos (dejetos) animais como fonte de energia e fertilizante (biodigestor) – (Foz do Iguaçu).
- Manter o Programa de Florestas Municipais aumentando o número de profissionais para intensificar o trabalho de conscientização da população visando ao cumprimento da legislação ambiental (Foz do Iguaçu).

(*) Não foram feitas alterações nos textos apresentados em plenária, apenas os verbos iniciais foram flexionados no infinitivo.

EIXO TEMÁTICO: CIDADES SUSTENTÁVEIS

- √ Necessidades Priorizadas nas Regiões
- √ Necessidades Priorizadas Específicas às Regiões
- √ Outras necessidades apontadas

NECESSIDADES PRIORIZADAS NAS REGIÕES (Comuns para o Estado) – estes foram os temas citados em mais de um seminário.

PLANO DIRETOR

- Dar obrigatoriedade do Plano Diretor a todas as cidades, independentemente do número de habitantes, com vistas à sustentabilidade e com acompanhamento e fiscalização por todos os poderes públicos.
- Realizar (por parte do poder público municipal) fóruns e debates para avaliação de programas e operacionalização do Plano Diretor.
- Implementar programas de conscientização para o cumprimento do Plano Diretor do município para que haja uma estruturação adequada capaz de promover o desenvolvimento integral dos cidadãos.
- Planejar a cidade quanto à ocupação do espaço físico, aspectos sócio econômicos e culturais, mediante a elaboração e implantação do Plano Diretor incorporando os instrumentos do Estatuto da Cidade.
- Elaborar Planos de Desenvolvimento Regional que norteiem os Planos Diretores Municipais, os quais deverão focar limites naturais das bacias hidrográficas e atender à demanda das relações de produção e trabalho no espaço urbano.
- Definir as bacias hidrográficas como unidades de planejamento e gestão ambiental.

VOCAÇÃO REGIONAL

- Desenvolver estudos, pelo Governo Estadual, para identificação da vocação econômica dos municípios.
- Desenvolver ações de debate em fóruns regionais. Exemplo: o turismo, que ao ser divulgado nos municípios, geraria mais empregos, pois por meio dele muitas outras atividades diferentes seriam praticadas, melhorando a qualidade de vida da população. Obs: implantação de projetos na área de turismo educativo e palestras nas escolas com especialistas do segmento turístico.
- Promover o desenvolvimento sustentável e apropriação do território mediante programas que incentivem o turismo e as demais atividades no setor primário, secundários e terciários que valorizem as potencialidades locais e regionais.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

- Desenvolver ações pedagógicas voltadas para o estudo do meio ambiente com vistas à valorização dos patrimônios naturais e culturais.
- Desenvolver a conscientização da população por meio de programas de educação ambiental estadual e municipal, com prioridade para saneamento, recursos hídricos e destinação de esgotos.
- Implementar a educação socioambiental para a sociedade em geral além de criar programas específicos da educação ambiental sensibilizando o poder público e o setor

privado. Elaboração de uma cartilha para crianças, com linguagem adequada tratando a temática ambiental e Agenda 21.

- Educar para o Desenvolvimento Sustentável e para a Democracia, possibilitando maior participação popular e o fortalecimento da cidadania;

PARTICIPAÇÃO POPULAR

- Estabelecer políticas públicas na criação de novos pólos de desenvolvimento sustentável mediante o planejamento e a participação da comunidade. Tais pólos devem objetivar a formação de um ambiente com qualidade de vida para seus habitantes. Que a população esteja constantemente avaliando e discutindo o desenvolvimento da sua cidade numa ação participativa e cidadã.
- Democratizar a informação e criar programas para o acesso e a participação popular.

HABITAÇÃO SOCIAL

- Desenvolver programas de habitação social, em conjunto com o desenvolvimento de infra-estrutura básica de saúde, lazer e de educação, com ênfase em centros de capacitação e de oportunidades de trabalho.
- Implementar políticas de moradia de interesse social, acessíveis à população, melhorando-lhe a qualidade de vida e renda.
- Fortalecer a implantação dos programas habitacionais de interesse social com a participação da comunidade por autogestão, assim como ação social de recepção e apoio para com os migrantes que chegam nas médias e grandes cidades; quanto aos pequenos municípios gerar oportunidades de trabalho mediante a implantação de indústrias e o turismo rural.
- Fortalecer ações quanto aos assentamentos irregulares favorecendo uma ocupação adequada e instituindo programas de geração de renda viabilizando a inclusão social.
- Elaborar Política Habitacional com enfoque no atendimento de famílias com renda até 3 salários mínimos, priorizando a remoção de ocupações de áreas de risco e a urbanização/regularização fundiária, além de promover fiscalização para evitar implantação de loteamentos clandestinos e ocupações irregulares.

ÁREAS VERDES

- Priorizar as ações municipais nas áreas de preservação e em áreas verdes.
- Priorizar as ações municipais das faixas de preservação permanente e áreas verdes propondo a implantação de parques lineares no fundo de vales e protegendo e recuperando as nascentes.

CONSELHOS MUNICIPAIS

- Implantar Conselhos Municipais de Meio Ambiente nos municípios paranaenses garantindo na composição dos mesmos a real representatividade da comunidade local, visando a um melhor gerenciamento de fundos municipais e de projetos.
- Criar Conselhos Municipais com autonomia para gestão dos recursos oriundos dos Fundos Municipais de Meio Ambiente.

AGENDA 21

- Adotar incentivos ao desenvolvimento da Agenda 21 municipal, como uma obrigatoriedade, tal qual ocorre com a lei de responsabilidade fiscal.
- Divulgar a Agenda 21 junto aos diferentes segmentos dos municípios paranaenses.

PROGRAMAS AMBIENTAIS

- Criar programas ambientais, tais como:
- Criar mecanismos e atrativos, para que o homem opte pela permanência no campo e/ou pequenas cidades;
- Criar cooperativas para aproveitamento de lixo reciclável;
- Criar meios de preservação de rios, vales e espaços ecológicos;
- Criar conselhos comunitários e associação de moradores visando à sustentabilidade do seu meio social.
- Investir e priorizar a implantação de programas do governo estadual e federal que desenvolvam ações eficazes em relação à erosão, galeria de águas pluviais, saneamento básico, resíduos sólidos etc.

RESÍDUOS SÓLIDOS

- Viabilizar assessoria técnica para os municípios, para projetos, implantação e gerenciamento de aterro sanitário.
- Propor plano de gestão dos resíduos sólidos priorizando a implantação da coleta seletiva mediante consórcios microrregionais para sua viabilização.
- Criar Sistemas de Gestão Integrada para coleta e destinação final de resíduos urbanos decorrentes de atividades antrópicas.

SANEAMENTO BÁSICO

- Desenvolver ações eficazes em relação ao saneamento básico, bem como a conscientização do uso adequado das redes de drenagem e de esgoto mediante programas de governo municipal e estadual, visando cumprir a lei vigente por meio de adesão para instalação da rede de esgoto por parte dos cidadãos, sendo o mesmo feito pela empresa responsável na forma de tarifa.
- Implantação de infra-estrutura de saneamento básico (água, esgoto, drenagem) em ocupações urbanas, com prioridade para as localizadas em área de manancial e/ou fragilidade ambiental.

CONTROLE DA POLUIÇÃO

- Reforçar as atuais políticas restritivas a agentes poluidores.
- Estabelecer legislação específica quanto à inibição da poluição visual e sonora integrada com a legislação de uso e ocupação do solo, assim como monitorar de forma mais severa a emissão de gases poluentes gerados por veículos, indústrias, restaurantes, hospitais etc.

NECESSIDADES PRIORIZADAS ESPECÍFICAS ÀS REGIÕES

- Tornar obrigatório o respeito à permeabilidade do solo nas áreas urbanas, em leis específicas para cada realidade local (Foz do Iguaçu).
- Desenvolver programas governamentais de utilização de lotes urbanos não-edificados, como hortas comunitárias, dando suporte a famílias com baixa renda (Foz do Iguaçu).
- Descentralizar os programas de atendimentos básicos essenciais, como postos de saúde, segurança e educação, em atendimento às questões de cidadania, que poderão ser viabilizados por meio da instituição de "dia da cidadania", em que cada Secretaria Estadual levaria seus serviços à Prefeitura, em dias predeterminados (Foz do Iguaçu).

Fortalecer o Poder Judiciário, em especial o Ministério Público, para o cumprimento da legislação como um todo (Maringá).

- Criar uma política de fomento à tecnologia, junto às Universidades estaduais e outros institutos de pesquisa do estado ou federais, principalmente no tocante ao reaproveitamento de resíduos (Maringá).
- Exigir do Poder Público federal, estadual e municipal a implementação de projetos adequados com técnicos devidamente treinados para promover a conscientização (Maringá).
- Priorizar o ensino e a saúde pública, com investimentos na área física, na formação e valorização dos profissionais e na imagem das instituições que trabalham na área (Maringá).
- Promover o desenvolvimento humano, por meio de cursos, como artesanato, jardinagem, horta comunitária, dentre outros, segundo as potencialidades regionais para o desenvolvimento sustentável. Outros exemplos são: o apoio ao turismo rural mediante programas de agroindústrias caseiras, feiras de produtor rural, melhoria nas propriedades rurais etc.; a criação de cooperativas de produtos reciclados para a geração de renda e a criação de associações para comercialização de produtos industrializados (Maringá).
- Dar continuidade ao programa Vila Rural, com adaptações às necessidades de cada município (Maringá).
- Priorizar os planos de ação e a gestão de recursos hídricos, coibindo a poluição gerada pelas indústrias e demais usuários da água e estabelecendo critérios mais rigorosos no tratamento dos efluentes antes do lançamento nos córregos ou ribeirões (Londrina).
- Implantar o licenciamento ambiental municipal atendendo às necessidades de implementação de obras e serviços, fazendo cumprir a lei vigente, bem como a sua revisão e fiscalização, garantindo que os recursos gerados pelas multas de órgãos estaduais sejam revertidos ao município de origem (Londrina).
- Exigir relatório de impacto ambiental na solicitação e aprovação de novos loteamentos, bem como implantação de equipamentos que venham trazer impactos no uso e ocupação do solo urbano (Londrina).
- Fazer cumprir o código sanitário ambiental quanto à criação de animais dentro do perímetro urbano, bem como implantação de empresas agroindustriais que possam gerar conflitos no uso e na ocupação do solo urbano (Londrina).
- Fortalecer as ONGs no sentido de apoiar as ações governamentais na preservação e recuperação ambiental (Londrina).
- Aumentar os investimentos em equipamentos, veículos e capacitação de corpo técnico e entidades e profissionais que atuem nos municípios na área ambiental (Londrina).
- Buscar a equidade da distribuição de renda (Curitiba).
- Promover o resgate do caráter público dos espaços urbanos, mediante o fortalecimento da organização social existente e a redução da desigualdade refletida no espaço urbano (Curitiba).
- Racionalizar a atividade legislativa, compatibilizando a legislação federal, estadual e municipal (Curitiba).
- Racionalizar a utilização e o consumo dos recursos naturais, reduzindo desperdício e buscando fontes alternativas de energia (Curitiba).
- Promover o consumo sustentável a partir da conscientização da população e da "responsabilidade empresarial" na produção e remoção/destinação final de resíduos industriais, com mecanismos de fiscalização pela população (Curitiba).

OUTRAS NECESSIDADES APONTADAS

- Preparar os dirigentes de associações e conselhos comunitários para conscientizar as comunidades locais da importância da conservação e da preservação ambiental, da recuperação dos rios e evitar desperdícios de água (Foz do Iguaçu).
- Inibir a especulação imobiliária de casas e lotes como meio de subsistência nos programas de habitação social (Foz do Iguaçu).
- Rever a sistemática de saneamento implantada (lixo, esgoto) a partir da reeducação do comportamento populacional e revisão dos meios de produção e consumo (revisão dos meios de produção industrial) (Foz do Iguaçu).
- Implantar indústrias não-poluentes (Foz do Iguaçu).
- Desenvolver, na área de habitação social, projetos em parceria com órgãos públicos federal, estadual e municipal, ampliando as frentes de trabalho (Foz do Iguaçu).
- Criar indústria de reciclagem de lixo, bem como meios efetivos e adequados de coleta do lixo tóxico das cidades (Londrina).
- Implementar calçadas ecológicas para melhorar a permeabilidade do solo (Londrina).
- Viabilizar calçadas e asfalto utilizando materiais recicláveis (pneus) – (Londrina).
- Formar pólos regionais de reciclagem seletiva para viabilizar a comercialização, criando convênios com indústrias particulares e gerando empregos para a população de baixa renda (Londrina).
- Elaborar o Plano Diretor diferentemente para as pequenas, médias e grandes cidades (Londrina).
- Viabilizar assessorias técnicas para orientação e execução de projetos, e subsídios para sua manutenção e monitoramento (Londrina).
- Possibilitar a organização de uma Secretaria Municipal de Meio Ambiente, independentemente do porte do município (Londrina).
- Adequar a localização dos parques industriais (Curitiba).
- Gerar rendas tributárias que sejam aplicadas em todos os setores e criar órgão gestor que fiscalize e direcione para os setores problemáticos (Curitiba).
- Fomentar a geração de empregos mediante políticas socioambientais para o município (Curitiba).
- Incentivar alternativas de transporte coletivo e individual nos perímetros urbanos (por exemplo, o ciclismo)– (Curitiba).
- Divulgar e aplicar a Lei Federal n.º10.257 – Estatuto da Cidade – (Curitiba).
- Descentralizar a implantação de empresas e indústrias de forma a atender às necessidades sociais e econômicas de todos os municípios atendendo às normas de gestão ambiental (Curitiba).
- Elaborar Planos Diretores para cidades com menos de 20.000 habitantes (Curitiba).
- Adequar a legislação urbana para atender às atuais demandas da relação trabalho/ produção econômica (Curitiba).
- Priorizar o transporte coletivo (Curitiba).

EIXO TEMÁTICO: CIÊNCIA E TECNOLOGIA

- √ Necessidades Priorizadas nas Regiões
- √ Necessidades Priorizadas Específicas às Regiões

NECESSIDADES PRIORIZADAS NAS REGIÕES (Comuns para o Estado) – estes foram os temas citados em mais de um seminário.

- Propiciar educação em todos os níveis, bem como a formação de pesquisadores em Gestão Ambiental fomentando a construção de uma consciência cidadã a partir da realidade local.
- Estabelecer parcerias entre universidades, institutos de pesquisa e demais instituições da sociedade.
- Substituir as tecnologias comprovadamente degradantes do ambiente por tecnologias ecologicamente corretas, (agroecologia, permacultura, farmacologia, ecoconstrução, dentre outras) visando atingir um desenvolvimento sustentável.
- Incentivar projetos inovadores que tenham preocupações voltadas para questões estaduais e regionais, ambientalmente sustentáveis, e concessão de incentivos fiscais para a implantação de tecnologias limpas em todo e qualquer processo produtivo e de formação profissional.
- Criar, modernizar e/ou descentralizar os centros de pesquisas, as incubadoras tecnológicas e as áreas experimentais do Estado.
- Democratizar a formação e o conhecimento científico permitindo o livre acesso à produção científica e tecnológica por meio da inclusão digital e da radiodifusão e teledifusão comunitárias e da criação de redes de informações.
- Aumentar o aproveitamento do potencial humano nacional no desenvolvimento de pesquisas, bem como aumentar o capital destinado ao desenvolvimento tecnológico para as diversas instituições de pesquisa no Estado com dotação orçamentária, objetivando, entre outros, a realização de inventários integrados de estoques e perdas de recursos naturais.
- Fomentar a produção científica voltada à redução de resíduos e novas formas de reutilização de resíduos industriais, comerciais e residenciais, bem como o gerenciamento e a racionalização do uso da água.

NECESSIDADES PRIORIZADAS ESPECÍFICAS ÀS REGIÕES

- Incluir a Agenda 21 nas leis orgânicas de cada município (Foz do Iguaçu).
- Criar ou estruturar os órgãos gestores para implementação de programas socioambientais (Foz Iguaçu).
- Melhorar o conhecimento/divulgação e maior fiscalização das leis vigentes pelo Estado e pela sociedade, com maior rigor quanto às tecnologias sujas (Londrina).
- Capacitar tecnicamente os órgãos de gestão em todos os setores e níveis de atuação governamental. Desenvolver um planejamento urbano e rural mais integrado – preocupação com o “sustentável”, por meio da avaliação de indicadores de responsabilidade e qualidade de programas (Curitiba).
- Conservar os Recursos Hídricos: Erosão, Florestamento Sustentável, Prática Mecânica, fonte de renda social principalmente para pequenos municípios com novas idéias para microempresas e Cooperativismo (integralização) – (Maringá).

- Desenvolver tecnologias adaptáveis na agricultura em transformação de elementos primários em produtos final (consumidor) e transformações genéticas (Maringá).
- Fomentar a agroindústria (manufatura de produtos) nos pequenos municípios e com visão de empreendedorismo (Maringá).

EIXO TEMÁTICO: GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS

Ö **Necessidades Priorizadas nas Regiões**

Ö **Necessidades Priorizadas Específicas às Regiões**

NECESSIDADES PRIORIZADAS NAS REGIÕES (Comuns para o Estado) – estes foram os temas citados em mais de um seminário.

- Estimular a gestão integrada dos recursos naturais, incrementando e consolidando os comitês de bacias hidrográficas e implantando programas de conscientização para a correta utilização dos recursos hídricos nos espaços urbano e rural.
- Incrementar a conservação, a recuperação e o monitoramento dos ecossistemas e sua biodiversidade, por meio da manutenção e ampliação das áreas legalmente protegidas e da formação de corredores ecológicos promovendo a conexão entre as mesmas, com ênfase na conservação e recuperação de matas ciliares.
- Incentivar e efetivar o planejamento físico-territorial dos municípios, por meio de instrumentos como Planos Diretores, Zoneamentos, Planos de Bacias Hidrográficas e outros, enfatizando a conservação e recuperação de mananciais de abastecimento superficiais e subterrâneos, e buscando soluções para a resolução de questões relacionadas às populações ribeirinhas, principalmente dos fundos de vale, observando sempre os aspectos sociais, econômicos, de saúde e de segurança.
- Incentivar a realização de estudos que busquem a utilização adequada dos recursos renováveis, bem como a racionalidade no uso dos recursos não-renováveis, mediante a realização de pesquisas, mapeamento e implantação de bancos de dados, com a alocação dos recursos financeiros necessários para tanto.
- Implantar um amplo programa de educação ambiental, informação técnico-científica e conscientização, envolvendo todos os segmentos da sociedade. O programa deve partir da criação de políticas educacionais que capacitem professores e outros agentes multiplicadores para a Educação Ambiental. Deve ser desenvolvido de forma integrada entre os três níveis de governo, a sociedade civil organizada e o setor produtivo, para fomentar a sensibilização e capacitação dos envolvidos nas ações de gestão dos recursos naturais considerando a realidade local.
- Investir na capacitação de Recursos Humanos para implantação e implementação de planos e políticas voltados à gestão ambiental, buscando sempre a integração entre os órgãos responsáveis por seu desenvolvimento e aplicação.

NECESSIDADES PRIORIZADAS ESPECIFICAMENTE. Em cada Região – apareceram em apenas um Seminário/Região.

- Minimização da geração, destinação e tratamento adequado de resíduos sólidos e líquidos e de emissões gasosas (Foz do Iguaçu).
- Incentivar a utilização de fontes alternativas de geração de energia (Foz do Iguaçu).
- Garantir a aplicação de recursos financeiros destinados à pesquisa em recursos naturais (Foz do Iguaçu).

- Garantir e ampliar o controle da utilização dos recursos naturais, principalmente minerais, e promover a recuperação de áreas degradadas (Maringá).
- Regulamentar e dar transparência na aplicação dos recursos advindos do ICMS Ecológico para que seja investido prioritariamente em ações voltadas ao meio ambiente (Maringá).
- Promover a adequação científica para criação, introdução e controle de espécies exóticas (Maringá).
- Formar grupo de estudos técnico-científicos para avaliar e acompanhar os Organismos Geneticamente Modificados (Maringá).
- Incrementar a supressão da poluição do ar, principalmente a sonora e a proveniente de queimadas de resíduos e combustíveis urbanos e rurais, odores industriais e aplicação de agrotóxicos (Maringá).
- Promover estudo de focos epizoóticos potenciais, envolvendo as espécies hospedeiras e os agentes etiológicos (Maringá).
- Efetuar avaliação qualitativa e quantitativa dos recursos naturais hídricos, edáficos, atmosféricos e da biodiversidade (Maringá).
- Enfatizar a divulgação das leis referentes às questões ambientais e criar mecanismo de incentivo da área governamental no cumprimento das mesmas (Londrina).
- Incrementar o conhecimento da necessidade do cumprimento da legislação na área ambiental e criar mecanismo de incentivo financeiro ao proprietário que mantiver sua reserva legal e preservação permanente (exemplo: redução de impostos) – (Londrina).
- Desenvolver e implantar projetos de reciclagem associados à comercialização (Londrina).
- Incentivar o desenvolvimento de projetos que dêem direção e/ou encaminhamento correto para todos os tipos de lixo inclusive considerando a diferenciação nas cores de embalagens para disposição dos resíduos (Londrina).
- Estimular a conservação e o manejo adequado do solo e diversificação de culturas (Londrina).
- Estimular e incentivar a instalação de comitês e subcomitês da reserva da biosfera da Mata Atlântica e dos comitês e subcomitês das bacias hidrográficas e instalação dos conselhos municipais do meio ambiente e das Secretarias do Meio Ambiente em todos os municípios do Paraná (Curitiba).
- Implementar alternativas para o uso e ocupação do solo com o incentivo à agricultura orgânica e biodinâmica (Curitiba).
- Promover a recuperação e o reconhecimento de sistemas, como o SISTEMA FAXINAL, como formas de proteção de biomas e de manutenção do agricultor no campo, podendo servir como modelo sustentável, criando legislação e políticas públicas específicas (Curitiba).
- Buscar e incentivar a aplicação de tecnologias "limpas" que conciliem a conservação e o desenvolvimento (Curitiba).
- Incrementar o saneamento básico contemplando tecnologias alternativas (Curitiba).
- Disponibilizar alternativas de sobrevivência visando ao desenvolvimento sustentável para as populações locais (Curitiba).

EIXO TEMÁTICO: INFRA-ESTRUTURA

NECESSIDADES PRIORIZADAS NAS REGIÕES. (Comuns para o Estado) – estes foram os temas citados em mais de um seminário.

ENERGIA

- Estimular, Implantar, priorizar e financiar o uso de fontes alternativas na obtenção de energia: eólica e solar, com estudo e planejamento nos locais de implantação e biogás, produzido no tratamento do esgoto.
- Melhorar a distribuição e fiscalização de royalties entre os municípios (por exemplo, as cidades de Jacarezinho e Ribeirão Claro, que terão suas terras alagadas para a construção de uma barragem da hidrelétrica da Cesp, e são atendidas pela Cia. Luz e Força Santa Cruz).

SANEAMENTO

- Voltar a ser empresa 100% estatal.
- Parcerias entre municípios na construção de aterros sanitários e reaproveitamento do lixo orgânico (compostagem, biodigestor etc.).
- Investir em saneamento rural (coleta de lixo tóxico, reaproveitamento, água usada, mata ciliar, proteção de mananciais).
- Nas cidades (ISOS, selo ambiental prêmios) fiscalização a cargo da prefeitura; SGA municipais.
- Criar compensação financeira para os proprietários que fazem o reflorestamento e a proteção dos mananciais.

REUTILIZAÇÃO DE INSUMOS E DESTINO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

- Reutilizar insumos de estações de tratamentos de esgoto, por exemplo, devem ser estudados pelos órgãos de pesquisa e reaproveitados pelas comunidades (como adubos orgânicos).
- Solução socioambiental para aterros sanitários com atendimento a todo o Estado.
- Educação Ambiental para diminuir a geração de lixo, priorizando a visão ecológica da reutilização.
- Implementar projetos de Coleta Seletiva melhor dimensionados, estimulando o desenvolvimento de uma cultura prol separação, organizando catadores em parceria com empresários da indústria de reciclagem, tornando o produto comercialmente viável.

TELECOMUNICAÇÕES

- Melhorar a Internet por meio de fibras óticas e acesso via satélite para zona rural.
- Melhorar e ampliar o sistema de telefonia fixa, móvel e Internet.
- Utilizar telecomunicação como um difusor de informações, cultura, desenvolvimento ambiental e mudança e no hábito de consumo, veiculando estes programas educativos em horário nobre e em rede aberta.

TRANSPORTE

- Revisar o sistema de concessão das rodovias, para que haja redução dos valores de pedágio.

- Recuperar, ampliar, melhorar e concluir rodovias inacabadas, além do Anel de Integração, inclusive municipais.
- Ampliar e otimizar os transportes ferroviários para cargas e passageiros, investimento em novas vias, concluir a Ferroeste (Implantar o Ramal que liga Ferroeste ao Lago de Itaipu e Guaíra).
- Instalar tecnologia de ponta para os aeroportos internacionais do Paraná.
- Desenvolver e fomentar formas alternativas de transporte, envolvendo todos os segmentos - intermodalidade, com ênfase no uso de combustíveis menos poluente.

NECESSIDADES PRIORIZADAS ESPECÍFICAS ÀS REGIÕES

- Incentivar programas de pesquisa e desenvolvimento em transportes, energia e telecomunicações para promoção da eficácia da infra-estrutura.

ENERGIA

- combustível, por ser viável e renovável(Foz do Iguaçu).
- Utilizar o Gás Natural (Foz do Iguaçu).
- Implantar biodigestores (Foz do Iguaçu).
- Incentivar para a implantação de pequenas usinas (PCHs) (Foz do Iguaçu).Programas aeroespaciais (Curitiba).

SANEAMENTO

- Implantar sistemas para saneamento (normais e até alternativos) em todo o território paranaense, onde não é possível a implementação do tradicional (Foz do Iguaçu).
- Enviar as embalagens de agrotóxicos novamente para as indústria que o produziram (sem a triplíce lavagem) – (Foz do Iguaçu).
- Incentivar financeiramente projetos de tratamentos de dejetos animais (Foz do Iguaçu).
- Incentivar à perfuração de poços artesianos (Foz do Iguaçu).
- Rever as questões de saneamento básico para todos (Foz do Iguaçu).
- Coleta e destino adequado de todo o lixo produzido (Foz do Iguaçu).
- Realizar diagnósticos ambientais e viabilidade de drenagens de áreas(Foz do Iguaçu).
- Suprir a necessidade de proteção das águas. Desenvolver e melhorar o tratamento de esgoto, criando e viabilizando sistemas para o tratamento de dejetos da rede coletora de águas pluviais (Maringá).
- Conscientizar sobre a importância do saneamento básico para a saúde da população, incluindo a área rural, e a importância no uso racional da água (Maringá).
- Revisar a política tarifária da água e do esgoto levando em consideração as características do município/região(Maringá).
- Integrar e fiscalizar as esferas estadual e municipal e ampliação da infra-estrutura física e humana para a aplicação da legislação e controle ambiental.
- Gestão integrada de resíduos sólidos (Maringá).
- Ampliar a rede coletora de esgoto no Estado (Londrina).
- Implantar coleta de lixo reciclado/levar indústria de reciclagem em todos os municípios com consórcios e resolver ecologicamente os demais resíduos (compostagem) – (Curitiba).

TELECOMUNICAÇÕES

- Rever as concessões dos meios de comunicação (Foz do Iguaçu).
- Aumentar a fiscalização nas emissoras de imagens (Empresas de TV) (Foz do Iguaçu).
- Incentivar às rádios comunitárias (Foz do Iguaçu).
- Financiar e popularizar os microcomputadores (Foz do Iguaçu).
- Melhorar o sistema de comunicação Voz – celular (Foz do Iguaçu).
- Melhorar e popularizar o sistema de telefonia rural (Foz do Iguaçu).
- Aumentar o número de concessões de emissoras de rádio (Foz do Iguaçu).
- Implementar programas com qualidade de educação; de cunho social, econômico, ambiental e de informática (Foz do Iguaçu).
- Estudo para o controle da instalação de antenas de telecomunicações, em função da saúde da população periférica (radiação) – (Londrina);
- Colocar satélites regionais para atender ao Paraná (Curitiba).

TRANSPORTE

- Colocar calçamento poliédrico nas estradas rurais (Foz do Iguaçu).
- Melhorar os transportes coletivos (intermunicipais e urbanos), com ênfase na redução de poluição do ar.
- Quebrar monopólio das empresas de transporte coletivo (Foz do Iguaçu).
- Implantar o aeroporto Regional do Oeste (Foz do Iguaçu).
- Ampliar e modernizar o aeroporto de Londrina, na sua capacidade de atendimento, e viabilizar o tráfego internacional.
- Implantar Portos Secos, com extensão as ferrovias - Multimodal.
- Implementar a hidrovia nos rios Ivaí, Piquiri e Paraná (Foz do Iguaçu).

OUTRAS NECESSIDADES APONTADAS

- Consolidar os Comitês Gestores de Bacias Hidrográficas (recuperação dos recursos Hídricos) – (Londrina).
- Promover a integração entre Órgãos Governamentais em prol do desenvolvimento econômico (Londrina).
- Não ampliação indiscriminada dos perímetros urbanos impedindo a distância entre comunidades, para não onerar a infra-estrutura e a interface (Londrina).
- Criar Comitês regionais para discussão de problemas comuns, com a proposição de soluções, a fim de pleitear ações de melhoria junto à iniciativa privada e governamental (Londrina).
- Treinar e capacitar os municípios para que as ações sejam efetivadas (Curitiba).
- Buscar mecanismos para implantar empresas visando à oferta de empregos (Curitiba).
- Criar um instrumento legal que garanta a continuidade das políticas urbanas de infra-estrutura e outros definidos por um consenso da sociedade e Estado, como, por exemplo, um plano diretor de desenvolvimento urbano ou a própria Agenda 21, de forma que a mudança de governo não signifique a perda do trabalho realizado no governo anterior (Curitiba).
- Definir as competências de infra-estrutura entre os níveis de governos (Curitiba).
- Investir no turismo ecológico rural, ecoturismo (Curitiba).
- Dar prioridades às políticas e às ações que visam agilizar /facilitar o acesso à terra e à regularização fundiária e que sejam potencializadoras das políticas e dos programas habitacionais, a serem implantados nas três esferas de governo com a finalidade de

- reduzir o déficit habitacional, concentrados nos segmentos populacionais de menor renda. (Curitiba).
- Estabelecer a vinculação das políticas fundiária e habitacional nas esferas de governo (Curitiba).
- Criar uma compensação, do tipo ICMS Ecológico, para cidades degradados por indústrias e portos, cuja infra-estrutura beneficia todo Estado (Curitiba).

EIXO TEMÁTICO: REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS

- √ Necessidades Priorizadas nas Regiões
- √ Necessidades Priorizadas Específicas às Regiões
- √ Outras Necessidades Apontadas

NECESSIDADES PRIORIZADAS NAS REGIÕES (Comuns para o Estado) – estes foram os temas citados em mais de um seminário.

- Incentivar por intermédio de mecanismos que facilitem o crédito (redução tributária e desburocratização) os pequenos e médios empreendimentos que garantam a geração de emprego e renda, e que encontrem, no aproveitamento das vocações e potencialidades regionais, como é o caso da mão-de-obra familiar na agricultura e do desenvolvimento do turismo regional, ou das iniciativas de cunho associativista/cooperativista na indústria/agroindústria, as condições de sua sustentabilidade.
- Favorecer a implantação de programas de capacitação e qualificação profissional como iniciativas para o ingresso, manutenção, qualificação ou mesmo retorno ao mercado de trabalho.
- Garantir a educação pública, gratuita e de qualidade mediante um maior investimento em material e recursos humanos.
- Ampliar e fortalecer programas de combate ao analfabetismo, a evasão escolar e as situações de risco psicossocial (violência, exploração sexual e trabalho infantil), como meio de garantir o acesso, a permanência e a excelência no aproveitamento em todas as etapas do ensino formal, como condição para o exercício da cidadania.
- Incentivar a criação de educação ambiental como disciplina na grade curricular do ensino fundamental e médio.
- Fortalecer e ampliar as ações preventivas na área da saúde por meio de campanhas de esclarecimento e conscientização permanentes; formação de equipes multidisciplinares para atuação junto às famílias; ações de vigilância epidemiológica e de reestruturação familiar, inclusive com grupos de apoio aos dependentes químicos.
- Investir na ampliação, na manutenção e no aperfeiçoamento da infra-estrutura e dos equipamentos hospitalares, visando à melhoria da qualidade do atendimento nos hospitais públicos e nos postos de saúde.
- Garantir a construção da Agenda 21 no âmbito dos municípios, mediante criação de um fundo especial voltado às ações de implantação, implementação e difusão da Agenda 21 Local, considerando a participação e representatividade dos diversos grupos sociais (mulheres, crianças, adolescentes, idosos e grupos étnicos).
- Criar, ampliar e fortalecer programas de inclusão social voltados à incorporação das pessoas portadoras de deficiências e dos idosos ao mercado de trabalho e da sua inserção em ações de desenvolvimento sustentável e de cidadania.

- Democratizar o poder de decisão a partir da descentralização político-administrativa ao nível dos municípios mediante o fortalecimento dos conselhos municipais.
- Adotar o orçamento participativo e o controle social nas políticas públicas.
- Promover Fórum de discussão sobre Desenvolvimento Sustentável nos Assentamentos Humanos, visando beneficiar os grupos vulneráveis. Incentivar a melhoria da qualidade de vida das populações dos assentamentos humanos e das reservas indígenas por meio da extensão de infra-estrutura.
- Criar, ampliar ou incentivar os espaços comunitários, tais como: associações e/ou conselhos para o desenvolvimento da conscientização da responsabilidade social.
- Criar e apoiar projetos socioculturais de valorização do potencial artístico, esportivo e intelectual das comunidades como forma de lazer ou como fonte de geração de ocupação e de renda.
- Capacitar lideranças nas comunidades para atuarem como agentes socio-ambientais, multiplicadores de métodos de conservação e qualidade ambiental, de forma a atuarem em conjunto com os órgãos competentes na difusão da responsabilidade social e controle da destinação dos resíduos sólidos, enquanto estratégia para diminuição/eliminação dos altos índices de poluição ambiental.
- Adotar um padrão mínimo para os moradores no saneamento básico para que não ocorra o despejo inadequado de esgotos nos rios ou em outros lugares.

NECESSIDADES PRIORIZADAS ESPECÍFICAS ÀS REGIÕES

- Valorizar o profissional da educação por meio da qualificação, capacitação permanente e remuneração compatível (Foz do Iguaçu).
- Incentivar programas habitacionais de interesse social, mediante a criação de associações comunitárias, grupos voluntários e mutirões, para construção de moradias para população dos grupos vulneráveis (Foz do Iguaçu).
- Aumentar a participação de associações civis organizadas para incrementar programas de inclusão social (de grupos como indígenas, brasiguaios, portadores de necessidades especiais, idosos e outros), garantindo assim condições de trabalho e saúde ao cidadão.
- Definir critérios para que as indústrias, antes de serem instaladas em uma região, sejam alvo de pesquisa para verificação da capacidade de retorno para a economia local (Maringá).
- Ampliar o número de profissionais como psicólogos, fonoaudiólogos etc., no atendimento às crianças que freqüentam creches e centros sociais. (Maringá)
- Criar programas visando suprir a falta de estrutura, recursos materiais e humanos qualificados para o desenvolvimento (Maringá).
- Ampliar o número de profissionais da área da saúde (Maringá).
- Criar mais centros esportivos culturais (Maringá).
- Ampliar o número de projetos socioculturais (Maringá).
- Ampliar o número de centros sociais, esportivos e culturais com a inserção das crianças e dos adolescentes nos diversos projetos realizados nestes locais (Maringá).
- Aproveitar os espaços culturais e esportivos para o desenvolvimento de programas de conscientização e sensibilização ambiental (Maringá).
- Incentivar as empresas que derem trato/manejo adequado aos resíduos sólidos (Maringá).
- Ampliar e difundir os projetos de limpeza pública (Maringá).
- Criar programas de moradia (incluindo a participação das comunidades indígenas) – (Maringá).
- Estender e facilitar a assistência técnica especializada para a produção rural (a partir do

estágio prestado por acadêmicos das áreas afins, agronomia e veterinária) – (Londrina).

- Ampliar a participação de estudantes carentes nos cursos superiores a partir da criação de outros critérios de seleção, que suplantem do o exame vestibular, como uma avaliação sobre o desempenho curricular no ensino médio (Londrina).
- Incentivar programas educacionais adequados às realidades locais (Londrina).
- Possibilitar na educação o período integral - infantil e fundamental: grade curricular com 8 horas (4 horas para a educação básica; 4 horas para ações sócio educativas); Ensino médio: grade curricular com 8 horas (4 horas para a prática educacional, científica e cultural; 4 horas no ensino profissionalizante) – (Londrina)
- Fortalecer o ensino profissionalizante mediante a parceria com o sistema “S” - Senac, Senar, Senai, Sebrae (Londrina).
- Fortalecer o SUS, mediante a ampliação das ações de atenção à saúde, visando promover a ampliação das ações de atenção à saúde do trabalhador (Londrina).
- Melhorar a representatividade da sociedade civil no interior do Conselho da Saúde (Londrina).
- Fortalecer os grupos da Terceira Idade com Infra-estrutura e lazer, priorizando o atendimento na área da saúde com a garantia de atendimento integral (Londrina).
- Promover a qualificação profissional da área da saúde, visando promover uma humanização do atendimento (Londrina).
- Implantar o imposto único (Londrina).
- Romper com o clientelismo nas ações governamentais junto à sociedade civil.
- Implantar programas de reintegração do presidiário à sociedade com garantia de acompanhamento psicológico (Londrina).
- Incentivar programas educacionais adequados às realidades locais (Londrina).
- Criar e ampliar os aterros sanitários dentro dos padrões ambientais corretos (Londrina).
- Ampliar os serviços de água tratada (Londrina).
- Investir em reforma agrária através de ações integradas com as políticas agrícolas ambientalmente sustentáveis (Londrina).
- Melhorar a infra-estrutura sanitária com a adoção de um padrão mínimo de tratamento de esgotos (Londrina).
- Criar e implantar um modelo de saneamento básico adequado aos critérios socioambientais (Curitiba).
- Incluir a educação ambiental na grade curricular (Curitiba).
- Incentivar a valorização humana, a conscientização da cidadania a partir da criação de espaços democráticos na própria localidade; (Curitiba)
- Incentivar a responsabilidade social do setor privado no apoio a programas de desenvolvimento sustentável (Curitiba).
- Capacitar agentes socioambientais multiplicadores de métodos de conservação e qualidade ambiental (Curitiba).

OUTRAS NECESSIDADES APONTADAS

AGRICULTURA

- Investir em reforma agrária mediante ações integradas com as políticas agrícolas ambientalmente sustentáveis (Londrina).

CULTURA

- Criar projetos de estímulo à cultura, à valorização do potencial artístico, esportivo e intelectual da comunidade, como fonte de geração de ocupação e renda (Foz Iguaçu).
- Criar centros esportivos culturais (Maringá).
- Ampliar o número de projetos socioculturais (Maringá).
- Ampliar o número de centros sociais, esportivos e culturais com a inserção das crianças e adolescentes nos diversos projetos realizados nestes locais (Maringá).
- Utilizar os espaços culturais e esportivos para o desenvolvimento de programas de conscientização e sensibilização ambiental (Maringá).

EDUCAÇÃO

- Garantir ao cidadão o acesso, a permanência e excelência no aproveitamento em todas as etapas do ensino formal, para o pleno exercício de sua cidadania.
- Valorizar o profissional da educação através da qualificação, capacitação permanente e remuneração compatível. (Foz Iguaçu)
- Criar e fortalecer programas voltados ao combate da evasão escolar, seja por meio de ações de combate à violência, ao trabalho e à exploração sexual infantil (Maringá).
- Garantir a educação pública e gratuita de qualidade, com investimento em material e recursos humanos (Maringá).
- Criar universidades nos centros administrativos do Paraná (Londrina).
- Garantir uma educação de qualidade para toda a população, em todos os níveis sociais (Londrina).
- Ampliar a participação de estudantes carentes nos cursos superiores a partir da criação de um outro critério de seleção, que não o exame vestibular, a ser construído a partir do desempenho curricular no ensino médio (Londrina).
- Colocar as universidades à disposição da população para formar uma nova linha pedagógica (Londrina).
- Incentivar programas educacionais adequados às realidades locais;
- Possibilitar na educação o período integral - infantil e fundamental: grade curricular com 8 horas (4 horas para a educação básica; 4 horas para ações socioeducativas (Londrina).
- Ensino médio: grade curricular com 8 horas (4 horas para a prática educacional, científica e cultural; 4 horas no ensino profissionalizante) – (Londrina).
- Ensino profissionalizante mediante o fortalecimento da parceria com o sistema "S" - Senac, Senar, Senai, Sebrae (Londrina).
- Apoiar os programas de reestruturação familiar (combate ao alcoolismo, a drogadidos etc.) – (Curitiba).
- Criar e implantar um modelo de saneamento básico adequado aos critérios socioambientais (Curitiba).

EMPREGO

- Criar instituições e associações cooperativas onde a comunidade receberá capacitação profissional gratuita em diversas áreas, para ingressar no mercado de trabalho, visando ao fortalecimento da economia local, da mão-de-obra familiar e do trabalhador informal (Foz Iguaçu).
- Garantir o Emprego (Maringá).

- Qualificar o profissional e encaminhar o profissional (Maringá).
- Criar programas visando suprir a falta de estrutura, recursos materiais e humanos qualificados para o desenvolvimento (Maringá).
- Democratizar a capacitação para ingresso, manutenção e retorno ao mercado de trabalho (Maringá).
- Incentivar as microempresas, como a redução tributária (Maringá).
- Definir critérios para que as indústrias a serem instaladas em uma região sejam selecionadas mediante verificação da capacidade de aceitação e absorção da mão-de-obra na comunidade (Maringá).
- Capacitar o microempresário para o melhor gerenciamento de seu negócio (Maringá).
- Incentivar ações de geração de renda no campo, como o apoio agricultura familiar (Maringá).
- Interromper o subsídio concedido às empresas internacionais e priorizar os investimentos e subsídios às pequenas e médias indústrias/agroindústrias locais (Londrina).
- Incentivar que as empresas garantam/facilitem o primeiro emprego ao jovem através da redução tributária (Londrina).
- Incentivar a implantação de programas de geração de renda que utilizem recursos naturais da região (Londrina).
- Criar e fortalecer programas de retorno do homem ao campo, respeitando as suas aptidões e vocações, primando, sempre que possível, pela organização associativista/cooperativista (Londrina).
- Incentivar o desenvolvimento do turismo regional (Londrina).
- Estender e facilitar a assistência técnica especializada para a produção rural (a partir dos estágios prestados por acadêmicos de áreas afins, como agronomia e veterinária) – (Londrina).
- Disponibilizar créditos compatíveis com a realidade do Brasil (Londrina).
- Incentivar os programas de qualificação profissional, geração de emprego e renda, respeitando as potencialidades e vocações regionais, por meio da desburocratização do crédito, primando pelo caráter associativista/cooperativista e o desenvolvimento do turismo sustentável (Curitiba).

GESTÃO SOCIAL

- Aumentar a participação de associações civis organizadas para incrementar programas de inclusão social (de grupos como indígenas, brasiguaios, portadores de necessidades especiais, idosos e outros), garantindo assim condições de trabalho e saúde ao cidadão (Foz Iguaçu).
- Promover Fórum de discussão sobre Desenvolvimento Sustentável (Foz Iguaçu).
- Promover assentamentos humanos que beneficiem os grupos vulneráveis (Foz Iguaçu).
- Criar projetos de ações para divulgação e implementação da Agenda 21 nos municípios do Paraná, garantindo uma maior participação dos diversos grupos sociais (mulheres, crianças, adolescentes, idosos e grupos étnicos) – (Foz Iguaçu).
- Incentivar programas habitacionais de interesse social, mediante a criação de associações comunitárias, grupos voluntários e mutirões, para construção de moradias para população dos grupos vulneráveis (Foz Iguaçu)
- Divulgar os programas e benefícios existentes que compreendem ações à pobreza (Foz Iguaçu).

- Promover uma redução tributária justa, visando a uma melhor distribuição da arrecadação per capita por município (Londrina).
- Implantar o orçamento participativo (Londrina).
- Adotar o imposto único (Londrina).
- Criar no âmbito municipal de um fundo especial, visando à implantação da Agenda 21 local (Londrina).
- Romper com o clientelismo entre as ações governamentais e a sociedade civil.
- Criar mecanismos de incorporação da pessoa portadora de deficiência nas diferentes ações de desenvolvimento sustentável e cidadania (Londrina).
- Descentralizar e democratizar os serviços oferecidos pelo governo aos municípios do Estado (Londrina)
- Implantar programas de reintegração do presidiário à sociedade com garantia de acompanhamento psicológico (Londrina).
- Investir em infra-estrutura nas reservas indígenas e nos assentamentos humanos (Londrina).
- Garantir a Agenda 21 local nos municípios mediante um fundo especial de financiamento. Incentivar ações de multiplicação/difusão das iniciativas da Agenda 21(Curitiba)..
- Desenvolvimento sustentável das comunidades mediante o fortalecimento dos conselhos comunitários. Descentralização das decisões locais, permitindo uma co-gestão entre Estado, municípios e comunidade, em que o indivíduo também assuma suas responsabilidades (Curitiba).
- Assumir suas responsabilidades (Estado) na execução das políticas públicas, com controle social e implementação do orçamento participativo em todos os níveis de gestão (Curitiba).
- Incentivar a valorização humana, a conscientização da cidadania a partir da criação de espaços democráticos na própria localidade (Curitiba).
- Incentivar a responsabilidade social do setor privado no apoio a programas de desenvolvimento sustentável (Curitiba).

HABITAÇÃO

- Criar programas de moradia (incluindo a participação das comunidades indígenas) – (Maringá).
- Adotar um padrão mínimo para as moradias no saneamento básico para que não ocorra despejo de esgotos nos rios ou outros lugares de maneira inadequada (Maringá).
- Melhorar a infra-estrutura sanitária com a adoção de um padrão mínimo de tratamento de esgotos (Londrina).

MEIO AMBIENTE

- Incentivar as empresas que derem trato/manejo adequado os resíduos sólidos.
- Ampliar e difundir projetos de limpeza pública (Maringá).
- Criar e ampliar os aterros sanitários dentro dos padrões ambientais corretos;
- Ampliar o serviço de água tratada (Londrina).
- Capacitar agentes socioambientais multiplicadores de métodos de conservação e qualidade ambiental (Curitiba).

PÓS SEMINÁRIOS

Tendo em vista o período de transição do governo, a Comissão Governamental da Agenda - 21 / Paraná, pauta por dar cumprimento as atribuições que lhes foram conferidas na presente fase, ao indicar as representações públicas para compor o FÓRUM ESTADUAL DA AGENDA - 21 / PARANÁ, numa visão de âncoras para com os demais segmentos participativos, a saber.

FÓRUM ESTADUAL DA AGENDA - 21 / PARANÁ

- Assembléia Legislativa
- Associação de Municípios do Paraná
- Federação das Industrias dos Estados do Paraná
- OAB - Ordem dos Advogados do Brasil - Paraná
- Federação da Agricultura do Estado do Paraná
- Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Paraná
- Organização das Cooperativas do Estado do Paraná
- Associação Comercial do Paraná
- Pastoral da Criança
- Federação Estadual dos Excepcionais
- Associação Paranaense de Instituições de Ensino Superior do Paraná
- Fundação Nacional do Índio - Paraná
- Federação das Associações de Moradores do Paraná
- Associação de Combate a Fome e a Miséria
- Representação Sul do Conselho Nacional do Meio Ambiente
- Instituto de Engenharia do Paraná
- União dos Estudantes Secundaristas - Paraná

TEMAS NORTEADORES

O processo construtivo da Agenda - 21 Paraná, dar-se-á através da ampla Participação Pública, ao conclamar os cidadãos paranaenses, para debater e propor ações de curto, médio e longo prazo, através dos temas norteadores advindos das contribuições públicas expressas nos quatro Seminários Macro Regionais.

- Agricultura Sustentável
- Segurança Nutricional
- Gestão Social e Terceiro Setor
- Biodiversidade
- Gestão dos Recursos Hídricos
- Diversidade Espacial e Integração Regional
- Direitos Humanos
- Produção Científica e Tecnológica
- Padrões de Produção e de Consumo

PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

1º SEMINÁRIO MACRORREGIONAL DA AGENDA 21 EM FOZ DO IGUAÇU

Municípios Participantes

Ampére; Anahy, Assis Chateaubriand; Boa Vista da Aparecida; Bom Jesus do Sul; Bom Sucesso do Sul; Braganey; Cafelândia; Cascavel; Catanduvas; Céu Azul; Clevelândia; Corbélia; Curitiba; Diamante do Oeste; Dois Vizinhos; Entre Rios; Formosa do Oeste; Foz do Iguaçu; Francisco Beltrão; Guairá; Guaraniaçu; Itaipulândia; Iracema do Oeste; Jesuítas; Lindoeste; Marechal Cândido Rondon; Maripá; Marmeleiro; Medianeira; Mercedes; Missal; Nova Aurora; Nova Santa Rosa; Ouro Verde do Oeste; Palotina; Pato Bragado; Pato Branco; Quatro Pontes; Renascença; Santa Lúcia, Santa Terezinha de Itaipu, Santo Antônio do Sudoeste; São José das Palmeiras; São Miguel do Iguaçu; São Pedro do Iguaçu; Serranópolis do Iguaçu; Três Barras do Paraná; Tupássi; Toledo; Terra Roxa e Jaboticabal – SP.

2º SEMINÁRIO MACRORREGIONAL DA AGENDA 21 EM MARINGÁ

Municípios Participantes

Astorga; Arapongas; Altônia; Alto Piquiri; Amaporã; Califórnia; Cambe; Cianorte; Conselheiro Mairinck; Cruzeiro do Sul; Curitiba; Diamante do Norte, Doutor Camargo; Floraí; Flórida; Icaraima; Iguaçu; Inajá; Indianópolis; Iporã; Itambaracá; Lobato; Mandaguari; Maria Helena; Marialva; Mariluz; Maringá; Nossa Senhora das Graças; Ourizona; Pranacity; Paranapoema; Paranaíba; Porto Rico; Presidente Castelo Branco; Santa Fé; Santa Inês; Sarandi; São Jorge do Ivaí; São Manoel do Paraná; Uniflor; Umuarama; Vila Alta e Marilena.

3º SEMINÁRIO MACRORREGIONAL DA AGENDA 21 EM LONDRINA

Municípios Participantes

Alvorada do Sul; Apucarana; Arapongas; Barra do Jacaré; Bela Vista do Paraíso; Borrazópolis; Congonhinhas; Cornélio Procópio; Curiúva; Curitiba; Jacarezinho; Jandaia do Sul; Japira; Lindianópolis; Londrina; Lupionópolis; Marilândia do Sul; Novo Itacolomi; Quatiguá; Ribeirão Claro; Ribeirão do Pinhal; Rio Bom; Santa Mariana; Santo Antônio da Platina; São Jerônimo da Serra; Sapopema; Sertaneja; São Pedro do Ivaí; Tamarana e Uraí.

4º SEMINÁRIO MACRORREGIONAL DA AGENDA 21 EM CURITIBA

Municípios Participantes

Adrianópolis; Agudos do Sul; Almirante Tamandaré; Antonina; Apucarana; Araucária; Balsa Nova; Bituruna; Boa Ventura de São Roque; Campina Grande do Sul; Campina do Simão; Campo Largo; Campo Magro; Cândido de Abreu; Cantagalo; Carambeí; Castro; Cerro Azul; Colombo; Contenda; Curitiba; Espigão Alto do Iguaçu; Fazenda Rio Grande; Francisco Beltrão; Foz do Jordão; Guaraqueçaba; Goioxim; Irati; Itaperuçu; Lapa; Laranjal; Laranjeiras do Sul; Mallet; Mandirituba; Marquinho; Morretes; Nova Laranjeiras; Ortigueira; Palmeira; Paranguá; Pato Branco; Paula Freitas; Piên; Pinhais; Pinhão; Pinheiro; Piraí do Sul; Piraquara; Ponta Grossa; Pontal do Paraná; Porto Amazonas; Porto Vitória; Prudentópolis; Quatro Barras; Quitandinha; Reserva do Iguaçu; Rio Negro; Rebouças; Rio Bonito do Iguaçu; Rio Branco do Sul; São José dos Pinhais; São Mateus do Sul; Sengés; Teixeira Soares; União da Vitória; Virmond; Santa Rosa – RS e Horizontina-RS.

(Nota) A relação de municípios está vinculada a lista de presença nos grupos de trabalho.

Eixo Temático: Agricultura Sustentável

Plenária do Seminário da Agenda 21 em Foz do Iguaçu: Roberto Lopes

Plenária do Seminário da Agenda 21 em Maringá: João Álvaro Esquivel Silveira

Plenária do Seminário da Agenda 21 em Londrina: Claudio Klemz

Plenária do Seminário da Agenda 21 em Curitiba : Filipe Braga Farhat

Eixo Temático: Cidades Sustentáveis

Plenária do Seminário da Agenda 21 em Foz do Iguaçu: Sérgio Vulpino

Plenária do Seminário da Agenda 21 em Maringá: Valter José Vanguí

Plenária do Seminário da Agenda 21 em Londrina: Angela Canabrava Buchmann

Plenária do Seminário da Agenda 21 em Curitiba: Luis Carlos Montani

Eixo Temático: Ciência e Tecnologia

Plenária do Seminário da Agenda 21 em Foz do Iguaçu: Hélio Amâncio

Plenária do Seminário da Agenda 21 em Maringá: Flavio Cunha

Plenária do Seminário da Agenda 21 em Londrina: José Divino

Plenária do Seminário da Agenda 21 em Curitiba: Vanda Spier

Eixo Temático: Gestão dos Recursos Naturais

Plenária do Seminário da Agenda 21 em Foz do Iguaçu: Fabiana Faxina

Plenária do Seminário da Agenda 21 em Maringá: Maria Conceição de Souza

Plenária do Seminário da Agenda 21 em Londrina: Eliel Joaquim dos Santos

Plenária do Seminário da Agenda 21 em Curitiba: Samira Lins

Eixo Temático: Infra-estrutura

Plenária do Seminário da Agenda 21 em Foz do Iguaçu: Eduardo Moura

Plenária do Seminário da Agenda 21 em Maringá: Oseas Cardoso

Plenária do Seminário da Agenda 21 em Londrina: Tomiko K Falleiros

Plenária do Seminário da Agenda 21 em Curitiba: Daniel José Rachadel

Eixo Temático: Redução das Desigualdades Sociais

Plenária do Seminário da Agenda 21 em Foz do Iguaçu: Eliane Amaral

Plenária do Seminário da Agenda 21 em Maringá: Inesa N Matsuzana

Plenária do Seminário da Agenda 21 em Londrina: José Romeu Amaral

Plenária do Seminário da Agenda 21 em Curitiba: Vladimir de França

Nota Explicativa

O Relator foi escolhido pelos participantes dos grupos.

Participantes do Seminário Agenda 21 – Foz do Iguaçu

AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

Albertina Volpato; Aldoir Zampiva; Aline Machado da Cruz; Almir Antonio Rigatti; Altevir Zardinello; Ana N dos Santos; Anderson Kretzmann; Angela Maria Cavalheiro; Antonio Zanette; Aparecida Werlang; Argel Redivo; Celso Luiz Panazzolo; Cesar Antonio Ziliotto; Eliane Lima; Elizeti Mariza Frey; Ernildo dos Santos; Francieli Bastos Franzão; Francisco Dantas; Gilberto Salvador; Guisla Salvador; Helena Maria da Silva; Humberto P Neto; Ivo Jose Tofolo; Jaimer Tonidandel; Jairo Augusto Raizi; Jeferson Amaral; Jorge Augusto Daniel; Jose Araujo, Alexandre; Jose Alzir Nicoden; Jose Barth; Katia Gottardi; Lauri Costa; Leila de Fátima Alberton; Leonides Dallanova; Lianes T. Rosso Piacentini; Lineu Luiz Dewes; Lourdes Pereira de Oliveira; Lucia Celina Silvério; Luciano Serpa Chitolina; Marcia Regina Mallmann; Marcos A Baumgarten, Maria dos Santos; Maria Noemia Franzen; Marilene Prudêncio; Maristela Carrer; Marisete A F Carabolante; Martim Herpich; Melissa Mareth da Costa; Meron Haliski; Moacir Pistori; Nildo Vicente Matter; Paulo Sérgio Stadler; Paulo Ricardo W Barbosa; Raimundo Frazão do Lago; Ricardo João Finger; Roberto Lopes; Roberto Natal Dal Molin; Rodrigo Chimenez Franzon; Rosane Reina Millitz; Rosangela Resende Rozin; Rosani Ines Paulus; *Roseli Thomas*; Sadi Ferronato; Severino Antunes Bezerra; Silvana Ap Cherone da Luz; Sueli Erzinger Basso; Tereza Bilo Gonçalves; Valdecir Nery; Valeria Valente Costa; Valmir Roque Bocchi; Valquiria Rios de Lima e Vilmar de Freitas.

CIDADES SUSTENTÁVEIS

Admir Matte; Aischan K Sonda; Ana Cristina Nóbrega; Ana Paula Zago Udenal; Andréa Ribeiro Gonçalves Leal; Anestor Tombini; Antonio Edson de Oliveira Cordeiro; Alceu E Junior, Carla Limberger ;Carlos Alberto Tavares; Carlos Franco; Celia Niero; Daniele Freitag; Denise Destri; Dilma Pereira da Silva Brambilla; Dimara Wegner da Silva; Dorival Altran; Edilson Novaes; Edna Shikay Kiara; Elaine de Franchi Siqueira; Elaine Rodinski Mota Mello; Elizete M Chiodelli; Fabíola Santos Turozi; Geraldo F Lima; Gloria Fatureto; Hari Baungart; Ines Cesnik Ayres; Iracema Cerutto; Isaias Cardoso dos Santos; Ivo Alberto Borghetto; Janecir Luiz Benachio; José C Luiz; Josias Araujo dos Santos; Juraci Quevedo; Liana Marcia Justen; Ligia Maria Heinzmann; Lilliane Juanazzi Oliari; Lisete Palma de Lima; Lourenço Kürten; Marcia da Silva Pereira; Marcia Falci Ribeiro; Marcio Marcon; Marcos Roberto P Oliveira; Maria Angélica R Vilas Boas; Maria Cristina Romero; Maria do Rocio F Ramos; Maricler de Souza Garcia; Mariza Coenster C da Silva; Marlene Lopes de Almeida; Maryvânia Zanluti; Mauricio Camilo Mentz; Medelice Bortoli Buffon; Mirian Jane Morel; Nelci Madalena Rovaroto; Nelsi Freiburger; Roseli Barguez de A Carvalho; Prissita Theisen Schneders; Rami Angelo Cazola; Raquel Maria Barbosa; Rita Sabrina Krug Dias; Rodiney José Alamini; Rosangela Brocardo; Rosely Perbelini Tomiazzi; Sérgio José Moes; Sérgio Vulpini; Sueli Marrone Almeida; Tânia Maria Vaz; Verônica L Craia; Vilma Albano Gomes e Zenir Rocha da Silva.

INFRA-ESTRUTURA E INTEGRAÇÃO REGIONAL

Adriana Boaro; Adriana Dominato de Moura; AlvaDir Antoni Brun; Ana Maria O Laime; Arcili Paulino da Silva; Arnaldo Viccini; Ary Boldrini; Ary Dal Pozzy; Beatriz Schultz; Celso Carlos Conseluon; Claudio Ciro Pazza; Cladiria Aparecida P. R. Lisba; Cladir O Saho; Cleonir Fragoso Silva; Cristiane Andréa Haas; Diane Machado; Dilson O Machado; Dinalva Ferreira da Silva; Djalma Corrêa; Dulce Kretzmamm; Edelcio Lomtao; Edelmir Conti; Edemar Wietholter; Edson da Cunha; Eduardo Moura; Eliane do Rocio O Simonalto; Enrique C Neto; Elisa Regina Arnes; Eraldo Maciel de Oliveira; Erico Ferreira; Eugênio Hammes; Fabio Luis Soares; Fatima Aparecida Defende da Silva; Fenir Schmidt; Francisco A dos Santos; Gerte Cecilia Filipetto; Gilzomara Ortiz Alves

Notas Explicativas:

As menções de presenças estão indicadas, segundo assinaturas nos grupos de trabalhos.

Segantini; Giovana Aparecida P R Lisboa; Jamil José do Campos; Jesuslino B Oliveira; José Cleberson Amaral; Julio Ortapechem; Junior Mendes Leal; Lenir Schmidt; Leo Heikmann; Letícia Aguiar dos Santos; Lillian Cristina Balem; Lourenço Battistella; Lucila Lusitik Fernandes; Luiz Carlos Vicentini; Luiz Paulo Jalmissar; Marcelo Dimer da Silva; Jurema Ferla; Maria Inês Carvalho da Costa; Maria Pereira Lins; Mariley Ideming Dias da Silva; Marivone Gemini; Mauro Bernardi; Neuza Maria Burg; Noeli Kerber; Odilon Jacques de Oliveira; Patricia Cristina de Souza; Pedro Costa Lissadalpra; Pedro Simão de Abreu; Reginaldo M da Silva; Reginaldo Nicolau Galli, Rejane V Anderle; Renato Freire dos Santos; Renato Luiz Ojeda; Rosângela Campos; Roseli Bernardete Dahlem; Ruben Wess; Silma F de Souza Nicolino; Osvaldo M da Silva; Solange Stedten; Tania R Muller Valiati; Ulder Pett Lopes; Valmir Grutzmann; Vera Lúcia Cazarotto Cella e Waldir Antonio Francisco Oldoni.

GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS

Acelda Garcia Guerra; Alcides Rinoldi; Ana Maria Barbosa da Silva; Angela Maria Both; Angela Maria Follmam; Antonio Carlos Libaco; Aredil Ap dos Santos; Carlinhos Luiz Formari; Carlos Penayo; Claudinei Campanhol Miliski; Claudio Antonio Ghellere; Cleonice Tamie da Silva; Cleusa Ranuce Lemos; Cristina Emiko Honada; Daniela Diel; Darci Fracalossi Riguetti; Deusdeti Jacson Ribeiro; Edson Zanlorensi; Elisangela M. Fonseca; Elisangela Machado de Pontes; Elza Dias Rodrigues; Fabiana Faxina; Fabiana S. Royer; Fatima Orlando Fabris; Guido Luiz Barreto; Hildete Aparecida; Hitomi Mukai; Iria Mattiello; Ivan Luiz Berlanda; Ivone Claudia Zyger; Jane C. Vidal; Jefferson Rodrigo de Mel; Joana Ferreira Cardoso; Jode Volnei Bisognin; Jorge Otavio Daniel; Jose Rosa Oliveira; Karine Graciele Cardoso; Leir Alves da Silva; Leni Rodrigues do N. Reis; Luciana S. Canton; Luciani Fatima Lopes Dias; Luis Carvalho da Silva; Luzimar L. M. Gomes; Manoel Ataiades Pinheiro de Souza; Marcia M de Pádua; Maria Ap Bilo Roque; Maria Ap Furlan de Oliveira; Maria de Fatima Richter; Maria Gertrudes Damaceno; Marilda R. Godoy; Marina Postay; Mario Sérgio Curtis; Marisa dos Santos Honorio Sobrinho; Marlene Pagliarani Barros; Marli da Costa Silva; Marli Renate Roesler; Marly de Forgi; Maulda Tavares Fornari; Mavri Jose Schneider; Nanci Martins de Araújo; Nelci Carmem Piovezani; Neri Munaro; Norma Hafstaelter Barros; Norton Egilio Lazzari; Odair Vieira de Miranda; Patricia Fúret; Patricia Kidricki Iwamoto; Paulo Walcher; Pedro C. Fogaça; Ricardo M. Witzel; Roberto Teixeira de Lima; Rony Barros E Silva; Rosana Pinto de Almeida; Rosani K. Schumacher; Sandra de Medeiros; Sandra Lidio Soares; Sebastiao Cardoso; Sebastiao Nogueira; Sheila Terezinha Se Souza; Sidnei Ricardo Demenighi; Silmara Rolan; Silvana Garcia André; Silvana Votorassi; Stefânia Schier; Tercilia Ferandi; Valina Foiooto; Vanildo Ferreira Araújo; Veronice Dornelles; Vilsana Eloiza Ronsani; Volmir Wollam; Volnecir Hoffmann; Volnete Hoffmam Lizot e Wanderley M. Júnior.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Adelar Dalpizzol; Adriana A dos Santos; Alessandra Antes; Anderson N Alves Dias; Angela Maria Slongo; Angelita Maria Holdefer; Atanazia Hellmam Pedron; Carlos Edemar de Lima; Carmem Sandra Guidini; Cátia Eliza Dalposso; Claudete Dalbôsko; Cleusa Vicente de Lima; Cristiane Franco Pivalto; Cristiane Ribeiro da Silva; Daiana Hoffmann; Danieli Dresch; Dariane Angela Domin; Delci de Col; Delcia Correa Gomes Vieira; Derossi J P Carneiro; Edna José Pancier; Eliana Mara Bönmann; Eliana Márcia de Souza; Elisabete Cristina Lorscheider; Elisiany de Almeida; Elmio Fidriço; Erno Blatt; Esterina Moschem; Euclides Basso; Fábio Prim Loyola; Flavio Miguel Prigol; Francis Buzatto; Germano Luiz Kalinoski; Gilma D Garbin; Hélio Amancio; Iolanda Prudente; Jaime Luis Lerner; Jair Antonio Brem; Joanes Vinaga; João Batista da Silva; João Luis Verissimo; Johannes R Lange; Jonecir Grosselli; José Cadete da Silva; José M. Bastistella; José Valter da Rosa; Justinna Inês Hellmam; Karina de Paula Andrade; Kátia Regina Pedroso de Moraes Conter; Kazumy Chriz Barbosa de Oliveira; Laura S Hayashi; Leomar Rohaen; Lidiane Cássia Zanini; Lilia Deborah Villalba; Lizandra S Carvalho dos Santos; Loreley B Salgado Riveros; Lucilene M Leite General; Luiz Dias; Luzia de Sá Moreira; Maria Angélica Morini; Maria do Carmo Luchesi; Maria Gloria; Maria Irene

de R Boszagahah; Maria Madalena de Medeiros; Maria Margarida Pansera; Maria P Hubner; Marileia Jacinto Frigo; Marinês Fagundes; Marlene Cardoso; Marlene R Oliveira; Marli Salete Bulgarelli; Mary Bom Scoculi; Mirian Ines Curra; Neusa Lunkes; Neusa Maria Ravaroto; Neusa Maria Sanches; Nilton Martinelli França; Nilva Maria Ruiz; Ozelia de F Nesi Lavina; Patricia Apda Lopes Felipe; Paulo Cesar de Moura; Pedro A Teixeira; Pedro O da Silva; Rafael Paraginski; Rejane M A S Haratt Araujo; Ricardo Reinoldo Matte; Rita de Cassia J Pacheco; Rosane Terezinha Cazfiero; Rosani da Silva; Rosani Maria Roos; Rosemeri Gerhardt; Sandra Trevisani Jucher; Sandra M Dillenburger; Sandra Vanessa B Macc Donal; Sandro Schaedler; Sergio Luiz Winkert; Sérgio Ricardo Mestrin; Silvana Nunes Jardim; Silvia Oliveira Martins; Simone Acco; Simome Jenzura; Taciano Cesar Freire Maranhão; Terezinha Meurer; Vanilda S Justo; Vendelino Royer; Vera Cristina Martins; Vilma Rinaldi Bisonsini; Volmir Balem e Wilson Daneluz.

REDUÇÃO DAS DESIGULDADES SOCIAIS

Lueli Biskup de Aquino; Iolane Aparecida Lazaroto; Aparecida Martins; Marilda Thomé Paviani; Maria José Borges; Delercinda Luiza O Lipput; Rosângela Manzoni Siqueira; Keila de Moraes; Dalmina Maria Schamber; Sônia B. Rodrigues Pereira; Marize Maria Voltolini Zoenck; Alexandre Acroerth; Marcelo S.; Maria Aparecida F. Brites de Moraes; Moisés Simões de Oliveira; Adelina Márcia B. Ozelame; Ivete Lunkes Groeff; Ivanete Mallmann; Eneida de S. Duarte; Maria Borges Paini; Beatriz de Carli dos Santos; Marlene Ludgero Devem; Valdinei da Rocha Ruaro; Sandra R. Wiederkehr; Luciane °K. Rodrigues; Maria José de Rezende; Maria Ap. Danelon; Manoel Francisco da Silva; Irmã L. Silva; Luize Pinto Miranda; Marilene de Almeida Silva; Nilce Zilli; Josiani Vasata; Maria José Amaral; Moema L. Viezzer; Ilza Ávila Dorneles Holsbach; Ana Rute Millão Diniz; Márcia M. Marcato; Marines N. Guarda Lara; Hilda Soares Silva Dacorreo; Julian Trento Viesseli; Claudia Marisa Zamatta; Ana Andréa S. da Silva; Maristela Schllemer; Cleonice de Souza Spada; Heliae M.S. Rippiuheu; Maria Regina de Moraes; Diomar P. das Graças; Silvana Gomes; Rafaelo Lopes de Souza; Dirce D. Zydek; Marco Clauss; Ivone Lindolfo S. Vidal; Sirlene de F. da Silva; Soeli Steinnutz; Eunice M.S. Malacane; Cidinéia Aparecida Moreira; Andréa Regin Silvestri; Lúcia Fin; Vera Lúcia Q. Vitor, Cintia Inazaki; Sandra Finkler; Paulo Bernardi; Vera Lúcia Nunes Harabi; Maria Aparecida Colaço; Benedit Penochio; Sônia Doldan Bettin; Maria do Belen Careaga; Neuza Batista Ramos; Marilene da Silva Jung; Loicim M. Coletto; Mariza Lemes Bernardine; Maria de Lourdes F. Cabral; Eli Inês D'Agostini; Roseli Brandalise; Manoel Marcos Prestes Oliveira; Leani Kirsten; Marilei B. Lerner; Jadna Mafioletti Nunes; Adriana Marshal Tavares; Nelson Zanin Jr; Célia Rosimair dos Reis; Valéria L.R. Nogueira; Anderson Luiz de Carvalho;

Seminário Agenda 21 – Maringá

AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

Adélia Aparecida S Haracenko; Ademir Pereira; Ademir Pertenelli; Ailton da S Cordeiro; André Luis Portes; Antonio Emiliano Leal da Cunha; Aparecida Josefine Rondis; Augusto Fernando Neto; Awanio de Jesus Meneguetti; Celso Bentacin Damy; Claudia S Milani; Cristiane Tomen; Cristina Aparecida Leandro da Fonseca; Daniel Alves; Danielli Gansian; Edson R. Henrique; Eduardo Yabushita; Eleandro Sitta Pereira; Elmano Engel Ayer; Elson Buaski; Emerson Claiton Moreira; Ermelinda Aparecida de Araújo; Ernandes Luiz da Graça; Erni Limberger; Eunice Maria Cardoso da Silva; Evaristo M dos Santos; Fabio Tadashi Acutu; Gerson dos Santos; Gisele Petinelle da Silva; João Alvaro Silveira; José Aparecido Martins dos Santos; José Batista; José Carlos da Silva; José Peguin; José Turozi; Joé Valeo Garcia; Juliano Jose Berto; Júlio M Tominaga; Laercio Dechiche; Lúcia de Melo; Luizinho Jagelski; Marcio Antonio Baliscei; Marcio Luciano da Silva; Maria Aparecida de Castro; Maria Auxiliadora Ulian; Maria José O Irie; Marlene F Calzavara; Marli dos Santos Marques; Marlos Akira Kita; Mauricio Amorim Pereira; Mônica Casagrande; Natalício Saraiva dos

Santos; Nelson Aparecido Bossi; Neusa Aparecida da Mata; Nilton César T Brito; Nilton Franciz Machado; Paulo de Tarso Rosa; Raquel da Silva Souza; Renato de Lima Correia; Robson Badocco; Roque Toulho; Salvador Farias de Souza; Salvador José de Souza Filho; Sebastião Milani; Sebastião Moreira Soliza; Sidnei P Furlaneto; Silvio Silvestre Barczsz; Solange M A Muniz; Sueli Parsareli Corcelini Assis; Valdemar Brandalise; Valter A Carvalho ; Veranice C Silva Paulino; Vilson Roberto P Gabiano e Wagner Boyem.

CIDADES SUSTENTÁVEIS

Aischam Karolyne Sonda; Ana Cristina Nóbrega; Ana Paula Zago Udinal; Andréa Ribeiro Gonçalves Leal; Anestor Tombini; Antonio Edson de Oliveira Cordeiro; Carla Limberger; Carlos Alberto Tavares; Carlos Franco; Celia Niero; Daniele Freitas; Denise Destri; Dilma Pereira da Silva Brambilla; Dimara Wegner da Silva; Dorival Altran; Edilson Navaes; Edna Shikay Kiara; Elaine de Frenchi Siqueira; Elaine Rodinski Mota Mello; Elisete Mari Chiodelli; Fabíola Santos Jurozi; Faemir Matte; Geraldo de Lima; Gloria Patureto; Hari Baungart; Ines Cesnik Ayres; Iracema Cerutto; Isaias Cardoso dos Santos; Ivo Alberto Boghetto; Janecir Luiz Benachio; José Carlos Luiz; Josias Araujo dos Santos; Juraci Quevedo; Krana Marcia Justem; Ligia Maria Heinzmann; Lilliane Juanazzi Oliari; Lisete Palma de Lima; Lourenço Klirten; Marcia da Silva Pereira; Marcia Falci Ribeiro; Marcio Marcon; Marcos Roberto P Oliveira; Maria Angélica R Vilas Boas; Maria Cristina Romero; Maria do Rocio F Ramos; Maricler de Souza Garcia; Mariza Coenster C da Silva; Marlene Lopes de Almeida; Maryvânia Zanluti; Mauricio Camila Mentz; Medelice Bortoli Buffon; Mirian Jane Morel; Nelci Madalena Rovaroto; Nelsi Freiburger; Posinei Barguez de A Carvalho; Prissita Theisen Schnedens; Rami Angelo Carola; Raquel Maria Barlosa; Rita Sabrina Krug Dias; Rodiney Alamini; Rodiney José Alini; Rosangela Brocardo; Rosely Perbelini Tomiazzi; Sergio Volpini; Sueli Marrone Almeida; Tânia Maria Vaz; Verônica L F L C Craia; Vilma Albano Gomes e Zenir Rocha da Silva.

INFRA-ESTRUTURA E INTEGRAÇÃO REGIONAL

Adailio Villi Cavallari; Alvaiz Ap de Carvalho; Carlos Alberto Schicoski; Celso Daniel Seratto; Claudir G P Clososki; Edinéia Vilanova Grizio; Estela Daltro Nogueira; Eucir Antonio Zanatta; Fernanda Fancisco Banz; Gilberto Jans; Gysele Rezende Santos; Haroldo Alves de Almeida; Ivone de S Mucabi; Jeanne M de Oliveira; João Pereira Pinto; Jocelino Francisco da Costa; Jose Bento Pini; Juliana Cavalcante; Lenilda de Assis; Lucielin Cristina Rosa; Luiz Rorato; Manoel Loureiro Santos; Marcelo José Pochapski; Maria Rosa G Mendes; Maricelma Bregole; Mario R G Molina; Moacir L Sgarboz; Morgana Suzin; Myriam V Camimo Tardit; Norma S G Comenici; Oséias; Osmar S Braidó; Patrícia C Pauola; Paulo B Tamalaki; Paulo Paiva; Regina Celia Zaminelo Vieira; Severino Mario Thomazoni; Sidnei Jardim; Silvana Aparecida de Oliveira; Tania Mara F Shiruo; Thaís Gonçalves Lins; Tokio Yamakawa; Tonia Carla da Silva; Wagner Duarte; Vera Camargo; Vera Lucia Ribeiro; Walter Yashnio Rameoka e Wanda V Pille.

GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS

Adriano Oliveira Mesquita; Alan Cassiano Secorun, Alinne Franscielli Villa; Amanda N. Noventa; Ana Cláudia Pericaro; Ana Domingues; Ana Lucia Oliva Rosas Moreira; Andréia Lopes de Almeida; Antonio Everson Soares Nairne; Cecília S de Freitas; Cesar Miguel C dos Santos; Cintia Regina Bordin; Cleres do Nascimento Mansano. Cristovão D Macena; Deise Tatiane Bueno Miola; Dirceu Vedovello Filho; Edson Paulo Calirio ; Elmiro Genero; Fernanda Rhoden; Helena Amália Schelive; Herivelto K Souza ; Izabel Ferreira Vrizzi; Jair Figueira; Jairo Silveira de Arruda; Jefferson Raphael Yukio Hara; João Martins; José Amilton Novack ; Leandro Fessarotto; Lorenzo Cassaro; Luciana Patrícia Roldi, Lucinéia Aparecida Amâncio ; Lucio Alessandro Spinelli; Luiz Antonio M Miotto; Luiz Vanderley da Silva; Marco C. Pimentel Maria Conceição de Souza; Maria Madalena Ferreira; Maria V Garcia; Mariele F Pegoraro; Moacir A Vissato; Nivaldo Antonio Novack; Olavo Bilac Costa; Peter Ferreira Maldonado; Rildo Alves da Silva; Roberto Heizi Nishiyama; Roberval Zago;

Rogério A Francisco; Sabrina de Assis Andrade; Sandra Maria Alves de Lima; Sergio Gonçalves ; Tatiane de Abreu Simom; Thaiza Grandi Bottega; Valdemar Canavezi; Vanderson Dubinski; Vanessa Hering Santos; Vanessa Tomazini; Vanildo Albino; Vilmar A da Silva; Vitor de Souza Ferreira ; Waldilei José Domingos; Walter Antonio de Sordi Jr e Walter Salles Damha.

REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS

Ademilson Martins; Ademir C E Silva; Ana Justina Salvadori Santos; Ana Maria de Barros Esteves; Andre Ruiz; Martinez Filho; Antonio Soares; Aparecida Viana de O Azzuda; Áudrea Regina Palma Freitas; Benedita Pereira da Silva; Cláudia Marisa Zanatta; Claudio Ferreira dos Santos; Cleide Aparecida Rodrigues; Cleonice Palozzi Natário; Douglas J Aguilár; Geraldo Bassani; Grazieli Souza Conceição; Gustavo Santinello Mazzaro; Hilda Soares Silva; Inesa Nahomi Matsuzawa; Ironi M Klagenberg; Ivone Ap M de Matos; Juliana Bezerra de Souza; Kelly Christine F Gatti; Leia Almeida Lima; Leila Said Abraham; Lucia Teixeira; Luiz Altino Seixas Borba; Lurdes Berça da Silva; Luzia Edna Aguilár; Maria de Lourdes Silva Barros Cavicchioli; Maria Mercedes Naroine; Maristela Martim Bossoni; Marlene Malamar; Neide Jacinto Candido de Souza; Renata Lessie Machado; Rose Mari Maybok Dói; Roseni das Graças Nery; Silvana Rosa dos Santos; Sonia Maria Picanço de S Borba; Sonia Regina de Araujo Walker; Sonia Siley Trivilin Tessaro; Thais Botelho Junqueira; Vera Lucia Pedroso Nogueira; Veronica Mortari Baffi; Vilma de F L Forestiero e Wivina R Sincero dos Reis.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Abdias Mendes da Silva; Ailton L Ferreira; Angelo Liberio Robertina; Aparecida Cristina P Cardoso; Beaiza Felipe Mendez; Camila S Cerqueira; Carla Franciele Chiquito; Carlos Henrique Lelis; Cláudia Medonça; Cristiane Aparecida Gomes; Élcer Luiz Arruda; Erzília F de Araújo; Flávio A D Cunha; Geremias Cilião de Araujo Junior; Geuri Smith Alves; Jahir da Cunha Messias; Jaine Ruiz dos Santos; João Pedro Vofato; Joaquim José Pereira; José Roberto Marin; Leici Regina Alves; Levy B L Braga; Lidia H F Carostica; Lidia Santana Laet; Luiz Fernando Bueno; Manuel Cirilo de Oliveira; Maria Benardete P Buzatto; Maria C S Beube; Maria Celia Andretto Gandoulfo; Maria Celia Marcondes; Maria Izabel Ferezin; Olavo F Moraes; Otavio Dalago; Pérsio Sandir D'oliveira; Priscila Farias Ronqui; Robson Pablo Sobradie! Peguim; Silverio Candido da Silva; Vanessa Jacob da Silva e Zeneide Aparecida R Fonseca.

Seminário Agenda 21 – Londrina

AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

Aldo Antonio Rossi; Ana Maria Lovorato Castro; Andréa Pereira Pinto; Anita Castilho C Ramalho; Aparecido Pedro Serzi; Bruno Duarte; Cláudia Klemz; Cornelia Margot Gamerschlag; Gislaine Idalvo Revallo; David Ferreira Júnior; Edvaldo Michelim; Eliani F Simoes Oliveira; Élio Brás Ferreira; Erasmo Carlos Moro; Evandro L Abelha; Francisco Carneiro Filho; João Alexandre Siqueira Dias; José Augusto Samadecco; José Carlos Santini; Jusciane M P S Santos Camargo; Laudemir Peres; Leamar R Brancalhão; Leonilde Brancalhão da Costa; Liliana Giovanetti Eulâmpio; Luiz Carlos Botelho Mamha; Mara E de Castro Pangone; Marcos Minghini C Loureiro; Marcus Vinicius; Marina M O Santos; Marta Magares dos Santos; Maurício Ribas Guimarães; Milton Ribeiro; Mauro Capeldai; Nilton Yoshio Fukushima; Nivaldo Suame; Petra Maria Wagner; Renato Abelha; Rita C C Polido; Rogério Rett e Sandra Regina Landgraf.

CIDADES SUSTENTÁVEIS

Álvaro Aparecido Marques; André Louis; Angela C Buchmann; Anne Christina Hiltel; Aparecida Enes de Campos; Augusto E Eidugelst; Edemir A Piva; Glaucia Pagotto Carneiro; Gustavo H Marcani;

Ieda Cristina de Oliveira; Janeiva E da S Bruni; Josefina Souza de Oliveira; Lari Carlos Dit Cut; Luciano Rodrigues dos Santos; Margit Boye; Maria Clementina Espiler Calito; Marilane de Jesus Ferreira; Mario Antonio N. Costa; Marta M Francisco; Mercedes Osachuk; Micheli G Cruz; Miriam T. K. da Silva; Rosangela Ap R Gondo; João Batista Souza; Salete Roneri Alves; Solange F B Paveolo e Vergilio Premon.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Adão Porforio Borges; Ademir Alves de Camargo; Adilson Nalin Luiz; André Tolino Neto; Antonio de Padua Gerônimo; Danieli Aparecida Cristina Leite; Edson José dos Santos; Edson Luis Casimiro; Inês Messias Rodrigues Pinheiro; José Divino de Oliveira; Leonardo Alex Lopes; Lucilene T Furlan; Mario Zanetta; Neriton Berbert; Paulo Roberto de Freitas e Vinicius Cateano Martin.

GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS

Alda Maria Aguiar Cruz; Ana Maria Moliwi Bellia; Andre Luciano Fostes; Armando Salustiano; Catarina Miyuki Ide; Célia Sandra de Souza; Claudenir Ap Tozzi; Cláudia da Silva Machado; Cleuza Aparecida Passerine de Castro; Eliel Joaquim Santos; Gentil Bruno Ribeiro; Giovana Aparcida Conélio; Hieda Kacsan; Izanete Inácio Suzuki; Irene S Dutra; Izabel Massote Sanches; Jaber P da Silva; Joana D'arc Franco Bertoni; José Augusto dos Santos; José Geraldo de Castro; José Luiz Ossovski; Lauro S Takahashi; Lidia C Correia; Lourdes Ferreira Candido; Lourenço J da Silva; Lucia Helena Batista Gratão; Mário Mendes; Maria A S Zanatta; Maria Angélica G Mozelli; Maria Ap Pedrão de Castro; Maria Aparecida Sana; Maria Cristina da A Moreira; Maria Devonete Calsavara Silva; Maria Eugenia Linham Ferreira; Maria Regina Peloni; Marilsa G. de Freitas; Marilda B Ormeneze; Marilene Gorine Pivato; Milton Casaroli Junior; Moisés M Nicoletto; Nair Martins da Silva; Neusa Manganaro de Araújo; Neuza Magalhães Floriano; Nilton José Medeiro; Nilza Maria Woitas Sereza; Paulo A Lovato; Paulo Roberto da Silva; Paulo Roberto Mrtui; Paulo Rogério de Silva; Raquel Fila Vicente; Ricardo Cardoso Benini; Rodolfo Lucas Garcia; Rogério Alves Silva; Rosilaine de Loudes Migoto; Rozelei Maria Codogno Valeze; Rudiger Borges; Sara Rocha Daniel; Satico Osaku Leite; Shubo Kamik; Sidnei Cirelli; Silvana C Fais; Silvana do Prado Dias; Silviane C Fais; Sonia Maria Nobre Gimenez; Telma Del Centurion Shirata; Wagner Luiz Krelorg e Zelia Henrique de Campos.

REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS

Ary E Bender; Ayres A Galhira; Clotilde da Silva C Godoi; Débora Cristina Calixto dos Santos; Denise dos Anjos; Devanil José Bonni; Douglas Santiago F da Cunha; Eliane Christine S Campos; Eliane Teixeira França; Eliane Yassugui Almeida; Glaucia Martins; Igor Fernando Santini Zanatta; Jesus Sambudio Sanches; Joana Chie T Yoshida; José Romen do Amaral Neto; Leonice Aparecida Machado; Luciana Maciel Ferreira; Maria Márcia Deziró; Maria Silmara Machado Basilio; Mario dos Santos; Renan Cesar Deziró; Rogério Ferreira da Costa; Rosangela Arimatcas Caldas; Selma Jroymer de Arruda Jaesel; Silvana de Castro Moreira; Sonia Maria Lázaro Jossiani B C Silva; Terezinha Aparecida G Gasparelli e Valter José Lopes da Silva.

INFRA-ESTRUTURA E INTEGRAÇÃO REGIONAL

Adalberto Carraro; Edilson Piwi Inácio; Giovanna Migotto da Fonseca; Helio Domingos Ferreira; José Rubens Rigo; Lineu Gonçalves; Mara Lúcia Pereira Kalinowski; Terezinha da Costa Lovo; Tomiko Kiyoku Falleiros e Ulisses Costa Junior.

Seminário Agenda 21 – Curitiba

AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

Adalton de Melo Gregório; Airton Joe Mattlie; Allan G C Pimentel; Anja Moses; Antonio José Fonseca; Aparecido Ernesto Martins; Arildo J Hamerschmidt; Arthur Oscar Kruger Passos; Bruno Miguel Keminski; Claudio Klemz; Cristiane Dolores Martins; Daniele Hobacz; Danniell Varella Rios; Danille Favro; Diogenes M Menon; Dinorá R C Moraes; Ebrahim Curi; Eliane Fila; Eneida W Martins; Ereni Laura Sonninstrahl; Ereni Leal Bispo; Fabio V Ferreira; Fabiola F Schwartz; Fatima Regina Nogueira Vieira; Fernanda C Cordeiro; Filipe Braga Farhat; Francine Valente; Francisco dos Santos Oliveira; Freddie Alexandre P Leonardi; Gabriela Schmitz Gomes; Gilberto Possanai; Hamia Maria F Magppe; Ivonei Oliveira Limor; Isis W Dusjal; Ivo Hibel; Jair Vicente Wroblewski Joana Przysieszny; João Carlos Lopes; João Claiton de Castro; João Ivo S Lara; Joel Carlos Sarmick; Joel E. Kersten; José S Maciel; José Alexandre Zawadzki; José Jaime Colatusso; José Maria de Oliveira; Jose Silvestre Maciel; Marianne Spiller; Laércio Bischoff; Lincon S Sakamoto; Loidemar Pananolo; Luiz Renato Scremin; Magali Fontana Barbosa; Marcia Salete Grenteshi Dal Magro; Marcia Valeria F de Lima; Marcel Delalibera; Marcio Bruneti; Marcio Castelhana; Marco Antonio B Borges; Marco Antonio da Fonseca; Marcos Aurélio Campos; Marcos Antonio Gemieski; Marcus Tito de Luca; Maristela Vantropa; Marlene N Azevedo; Mauricio de Barros; Mauro Cesar Wosniacki; Mauro Kassow Schom; Mauro Passos; Michelle Bianca Bolgan; Moacir Alves de Oliveira; Nanci Ferreira Pinto; Nereu Edmundo Dal Lago; Onildo Benvenho; Paulo Cesar Brustolin; Paulo F Conte; Paulo Roberto Schaedler; Raul Cezar Dangui Moraes; Rogerio Lopes; Rosane Cristina Mazurechen; Rosemeri Metz; Sergio Augusto Schenelder; Sharlene Aparecida Pires; Sidney Hirt; Udo Bublitz; Vania Mara Moreira dos Santos; Vanuza da Lus; Vera Lucia Dambroski de Castilho; Vilson Antonio Buskenicz; Vilson Jose Lorenzzi; Werner Kessler e Yumie Murakami.

CIDADES SUSTENTÁVEIS

Adalto Luiz de Freitas; Adriana Martins; Amelia Moteka de Queiroz; Ana Cristina Gonçalves dos Santos; Ana Lucia C Nishimoto; Ana Paula Bueno; Ana Paula Martins Machado; Anderson Mauricio de Siqueira; Andressa Faiçal Cruz; Angela Rita Perussoco; Aparecida de Fatima de Oliveira Castanho; Beatriz Trem; Cacilda Redivo; Carla A Dantas Silva; Edson Denobi; Carlos Antonio Flores de Moura; Carlos Groth; Carlos Guilherme C de Albuquerque; Carlos Vagner Corrêa; Cassiana S Ferreira; Catarina dos Santos Hassan; Celia Regina Auana Ribeiro; Celso L. Okoinski; Christiane Costa Soutela; Clarissa Age; Claudio Messias Medeiros; Cleia de Fátima Wolski; Clelia Litomar; Cloá Cavaliri Witcel; Cristiane Carnevalli; Cristine Araújo; Cleusa Rosane Ferreira; Daily Reinke; Denise Ennes de Oliveira; Divanir Ribeiro; Dolores Dorigam; Edemilso Pedro Rech; Eduino Lorentz; Elizabeth Rodrigues; Emilia R Hinning; Eriel F Andrade; Everaldo Viana; Ezael Pereira de Araújo; Fabiana Moro Martins; Fabio Luis Azevedo; Fabricio Salvador Vidal; Felipe Tokaz Budil; Fernanda Bronzel; Fernanda Macedo; Jorge R.C. Grandó; Gabriela Loureiro Martins; Giselle Viezer; Gláucia Bárbara Costa; Greicy Vieira Garcia; Greicy Milani Fraguas; Helena Schwab; Heloisa Karine Eidam; Loremo Gulin Costa ; Isete Nascimento de Souza; Ivan Pagra; Jamar Rossoni Clivatti; Jane Mari Durigan; Jaqueline de Melo de Freitas; João Amadeu S da Silva; João Batista de Souza Filho; João Roberto Barros Maceno Silva; Joicei Fagundes; Jorge R C Grandó; Jose Carlos Nogueira; José Cordeiro Santo; José Elias Cruz; José Leopoldo Longe Zonetti; José Osny Schôn; José Vicente Sobrinho; Josiane do Rocio M Prestes; Jowa C Moura de Almeida; Kelly Katherineloi Bettio; Larissa Kluler; Lenir Maria Garbim; Leticia Andreguetto Maciel; Licimar Meinelecki; Luci Mara Pereira; Luiz Antonio de Assis Portes; Luiz Carlos Montani; Luiz Cesar Zaranski; Luzia Maria Oliveira Cabral; Manoel Pacifico da Costa; Marcia Aparecida Ravonelo; Marcia Garcia Micheletti; Maria Aparecida Camargo; Maria Aparecida O Hinsalming; Maria C Ambrosinha; Maria de F M Batista; Maria de Lourdes da Conceição; Maria Regina Klapoewska; Marisa Ap. Retzlaff Milleo; Marli E Glienke; Marta Millan; Michele Bermel; Michiko Nakai de Araújo; Mirian Izabel Tullio Sevário;

Michele Maitê Flores; Noeli T Moreira; Odenr Pinheiro da Luz; Osvaldo Lupepsa; Patricia Albanex; Patricia de Quadros Ferreira Netto; Paulo Augusto Mierjam; Paulo Celso Carneiro; Pedro Luiz de Carvalho; Priscila C Bachann; Reginaldo de Castro Hiraoka; Rosana Maria Bara Castella; Rosangela Grigal; Rosane Fontoura; Roswita Jahnke; Rosangela de Castro Goubetti; Rubens Lessa; Sadiomar Santos; Sandra da Rosa; Sérgio Luiz C Camargo; Sidinéia Lonrado Uczok; Sidney Walfrido Mayer; Silmere C. Moura; Simone Pimentel; Sueli do Rocio Meretika; Tais Maria Mendes; Tamara Simone Van Kaick; Tatiane Ribeiro; Terezinha Varela Schirlei; Theodorio Stachera Junior; Vagner D'agnoluzo; Vera Lucia Rocha de Oliveira; Vinicius Bettio; Yure Lobo; Yuri Cleverthon Sica e Zélia Bochnek.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Alemoir Camargo; Alibertino Xavier de Souza; Amadeu Masiarani; Ana Maria Stelle Borba; Anelise Gomes Wielewicki; Camilo S. Lemos; Carlos A Saresch; Claudia M Gonçalves; Claudio Pedro de Oliveira; Cleberson Marcondes Pereira; Edson Jose Redulski; Elcio Jogue Colaço; Eliane Maria Roos Matte; Elza Sumi Kumagai Suga; Emerson Luiz Goms Carneiro; Emerson R. de Campos; Fabiana Silveira; Flavia Luiza Cecon; Flávio Luiz Doruilles; Geisa S Mendonça; Itamara Francelize Cristo; Janete Ap dos Santos Neves; José Carlos Zocante; Jose Horodenski; Jimene Luciane A Costa; Kelly Fernanda Bordignon; Luiz Fernando P da Costa; Marcia Morski Maciel; Marcos Bohler; Mario T Sakimoto; Marli A Thizotti; Marta Andréia Maliski; Michele C Krenczejnski; Nathália T. Zeschotko; Paulo Cesar da Motta Ribeiro; Paulo Rogério Furmann; Pedro C J Reichmann; Roberson Salache; Roberto Sentone; Rodolfo Del C G Estrada; Rodrigo Berte; Rodrigo Pissetti; Rochyo F Schultz; Rosana Sandra Pszedzimirski; Rosangela Jucoski; Rosemeri Immich Schimitz; Rosiane Paulino Alexandre; Rozilda da Graça R Martins; Rute Laluski da Luz; Sandra Ap de Paula E Souza; Sérgio Roberto de Souza Blico; Taciane Mroczo; Tania M Fenber Ragugnett e Vitor Hugo Dal Pupo.

GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS

Adelar Canolido Pereira; Ademar Rosner; Albano Roberto Drescher Van Maymitz; Alberto Katsumitn; Aline Maria Dlugosz; Aline Vhren; Amarildo Piovesan; Ana Paula Cristine Prati; Andre Feggiano A Rego; Andréa Lunarlon; Andréia Ciolfi; Andréia Maria Awilfi; Andréia Novello; Andrey D de Zima; Angela Ecrecil A Panizzi; Angela Guedes Moreira Lara; Antônio Arnildo Petry; Argemiro A Camargo; Ariani Francis da Silva da Conceição; Arnaldo Pereira de Oliveira; Bolivar Luiz Menoncin Junior; Carla G Machado; Carlos Cesar Gomes; Carolina Ximenes de Macedo; Caroline Lipinski; Cássio Roth Brins; Celia Regina Hansen Damiani; Célia Zubacz; Celso Alves de Araújo; Celso Luis Maceno Filho; Claudia Madalena N de Lima; Cristiane L Wengrzen; Critiane Mendes Furlin; Tiago Alfredo Woem; Darci Orestes Bida; Debora Cristina Arguas Horácio; Dimas Correia; Dimas Kopanski; Disone Zampieri; Edir Souza das Neves; Eduardo A Koloski; Elizabete J R da Costa; Eloir Jose Voichicoski; Evanir Silva Santos Fernandes; Fábio L. de Pinão; Francisco Paulo de Camargo; Giancarla Selau Cataneo; Gisele Isfer Ribas; Gislaine Patricia Marques Gregori; Giuliano Viezzer; Heiton Vidal Leonardi; Hereide Ferreira de Andrade; Irani de Souza Partilho; Itamara Presa; Ivan de Almeida Garrett; Ivone Ribatski; Jairo Corrent; Jaqueline Rosa Pontarolo; Jemifer Nosses Costa; João Carlos Teixeira; João Teixeira da Cruz; Jociane Silva Balcer; Jorge R A M; Joselene Ribeiro Santos; Josiane Ribeiro; Joyce Silva Santos Fernandes; Katia Vanessa de Souza; Katy Merolyn de Souza; Laureia Schimitz de Moraes; Léa A Janowski; Lenir Maria Giovelli; Lenita Terezinha Kozak; Leonilda de Lima; Leticia Lopes Koettler; Liselis Sabrina M da Fonseca; Lislei Aparecida Dias; Lucia R Babato; Luiz Augusto Diedrichs; Luiz Ivan Soares Rocha; Manoel Vicente Machado; Marçal Ussui Sobrin; Marcelo Passos; Marcelo R Fagundes Ribas; Marcio G Monteiro; Maria Angela de Carvalho Caron; Maria Dolores Alves dos Santos Dawit; Maria Ivanilde B Krambeck; Marielaine Weigert Queiroz; Marília Corrêa Salustiano; Mario Avelino de Deus; Marisa F Lima; Marli de Fatima de O Amaral; Mary C Gugelmin; Melissa Franciele Brotto; Mesaque Kecot Veres; Micheline Mira; Vanderléia C Madalena; Nelei Maria de Souza Ribeiro; Nelson Pszybilska; Nereide Ferreira

de Andrade; Neurici B Alcântara; Nivaldo R Anomi; Nivon Krutsch; Patrizia Ivana Giovanna Falvo; Priscila Alves dos Anjos; Renato Cabral Bossue; Rodolfo N de Haro; Rodrigo Adriano Kancz; Ronaldo Paulani; Roseli A S Prochera; Rosemari Malinowski; Rosiane Ap. Schadeck; Samira Leme; Sandra Regina Kimak; Selma Troyam; Sérgio Godoy Lemos; Silviane Ferry; Simone Cordeiro Barbosa; Simone de Fátima Bonacordi; Simone Regina Betin; Sonia Cristina Ferrari; Sueli da Silva; Suzana Zimmermann; Tânia D M Martins; Tânia Mara Cabral; Tatiane Lorena de Oliveira; Tatieli Nogueira Elianes; Thiago de Castro Araújo; Tiago Areiski; Vanize B Boldrini; Vera A Venaute; Vera Ragina Ruppel; Vilma Lucia Jankowski; Wilson Hulmes e Zilvalda Barbosa.

REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS

Adir José Romitti; Adriane Milleo; Alice Horst; Angela Guylmin; Aparecida Donizetti da Silva; Aparecida F Machado Gonzaga; Beatriz Lucy Bernardi; Beatriz M C Narciso; Bertelia Borges Bachenski; Carmen C Guimarães; Caroline Przewdzucki; Celso Moro; Claries Rosa Calla; Clarissa Moreira Endeve; Cleri do Belém Antonichen; Danielle Christine F Oliveira; Dany J da Silva; Edmilson Maximo Ross; Edvardo Kudvavski; Eliane Dalazoana; Eliane do Raio S da Rocha; Elizete Piamoro Chiarello; Elson R Kuiski; Estela Maris G Voss; Giselle Aparecida Pirages; Jaqueline Cerrêa B de Almeida; Jelma Regina B Jenker; Jenifer Cristina de Souza; Joaquim F M Morais; José Carlos Tarylia Stefans; José Henrique Filho; Jose Vilmor Montami; Josiane Caldas; Jucielli Karem Moller; Kelles C S Reis; Lenir Wutzki; Lucinéia Gonçalves Siqueira; Luiza Wanderléia Petrechen; Lygia M Vaz Pereira; Marcelo Augusto Nascimento; Marcelo Guimarães; Márcia Vanessa Correa; Marcos Antonio de Freitas; Maria Alice E P Bello; Maria Cristina de A O Nascimento; Maria Cristina M da Luz; Maria das Neves Rosa; Maria S Z Schan; Maristela Marcondes; Marluce Lori Moro; Marta Beatriz Malvestili; Milce de Sesxa; Mistes M Mioranza; Noeme M de Oliveira; Raquel Mendes Gazar; Renata G Machado; Rosângela Delgado; Roseli P Przedjmirski; Roseli Slominski; Rosemeire Altero Velozo; Rucilda Milena Geske; Sandra Mara Bertanolo; Silvia E Albertini; Solange do R Pedroso Zambizycki; Terezinha de O Rawanelo e Vladimir de França.

INFRA-ESTRUTURA E INTEGRAÇÃO REGIONAL

Aba Pott; Ademir Padilha Fagundes; Adriano Piccolomini; Bernadete Brondani; Cesar Luis Caimi; Clotilde Brey; Creusa Nogueira B Frães; Cristiane Fugita; Daniel Fernando Mora Ortigoza; Daniel José Rachadel; Daoralisa Miranda Coures; Diego Henrique de Silveira; Edison Vieira Gonçalves; Elizanita Albuquerque; Emerson José Barbosa; Frederico Reichmann Neto; Joana Flavia S B Maciel; Jonildo A Concesão; José Martins Oliveira; Joseli Maria M de França; Luis Alfredo Pereira Hilu; Luiz C Antoniuk; Maria Fernanda; Lagana de A Santos; Maria Lorena G Bandeira; Nadia Tereme Lobos; Orlando A Marcimem; Orlei C Vieira; Pureza da Conceição Leite; Rafaela Marinho Antunes; Rodnei D Fruri; Rodrigo M Nora; Seraci H Hoffmann; Sueleen Miranda; Suzana de Fatima Almeida; Valdete Zolet Joaldo; Valeria Aparecida Monteiro; Vanessa Padilha Wosniak; Vitalia F de Lara; Wilson Jeal e Zilda Ap Gama.

Notas Explicativas:

As menções de presenças estão indicadas, segundo assinaturas nos grupos de trabalhos.

SIGLAS

COHAPAR - Companhia de Habitação do Paraná
COPEL - Companhia Paranaense de Energia
IAP - Instituto Ambiental do Paraná
IBID - Instituto Brasil de Integração e Desenvolvimento Econômico e Social
IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento
SEAB - Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento
SECR - Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família
SETI - Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia
SEIT - Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Turismo
SESA - Secretaria de Estado da Saúde
SESP - Secretaria de Estado da Segurança Pública
SEMA - Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
SEPL - Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral
SETR - Secretaria de Estado dos Transportes
SUS - Sistema Único de Saúde
ONGs - Organizações Não Governamentais
UNEM - Universidade Estadual Maringá
UNILIVRE - Universidade Livre do Meio Ambiente
UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná
UFPR - Universidade Federal do Paraná
UTP - Universidade Tuiuti do Paraná